



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ELCIVÂNIA DE OLVEIRA BARRETO – MATRÍCULA 201315570005

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E USO DO TERRITÓRIO EM
COMUNIDADE RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA PARAENSE: O caso de Anã no
Município de Santarém/Pará

Belém-Pará

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ELCIVÂNIA DE OLIVEIRA BARRETO – MATRÍCULA 201315570005

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E USO DO TERRITÓRIO EM
COMUNIDADE RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA PARAENSE: O caso de Anã no
Município de Santarém/Pará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, para obtenção de título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Prof.^a Dra. Maria Goretti da Costa Tavares e co-orientação da Prof.^a Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz.

Belém-Pará

2015

ELCIVÂNIA DE OLIVEIRA BARRETO

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E USO DO TERRITÓRIO EM COMUNIDADE RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA PARAENSE: O caso de Anã no Município de Santarém/Pará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, para obtenção de título de Mestre em Geografia.

Data de Aprovação: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Maria Goretti da Costa Tavares – Orientadora
PPGEO/Universidade Federal do Pará.

Prof.^a Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz – Co-orientadora
PPGH/Universidade de São Paulo.

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito do Amaral – Examinador Interno
PPGEO/Universidade Federal do Pará.

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo – Examinador Externo
Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP.

Prof.^a Dra. Marcia Aparecida Pimentel - Examinador Suplente
PPGEO/ Universidade Federal do Pará.

Dedico inteiramente aos meus queridos pais, Valdina e Elson, que sempre acreditaram em meu potencial e que de forma incansável e incondicional me concederam apoio.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa caminhada (quase sempre solitária), tive a oportunidade de conhecer pessoas que de uma forma ou de outra compartilharam comigo experiências acadêmicas, conhecimentos, os quais foram fundamentais para aperfeiçoar o meu desempenho e aperfeiçoamento enquanto pesquisadora.

Há ainda que lembrar aquelas que na sua luta de vida cotidiana, os quais tem buscado a construção de um espaço geográfico mais justo e solidário, resistindo frente às vicissitudes de um espaço cada dia mais racional, deram sua contribuição a esta pesquisa e com suas experiências de vida permitiram-me conhecer um pouco mais sobre uma fração do território Amazônico, tão uno e ao mesmo tempo tão diverso...

Não posso deixar de lembrar aqueles, que perto ou longe, entre risos e choros vibraram pelas minhas conquistas, com uma palavra, com um sorriso, com um olhar...

Por tudo isso, este agradecimento torna-se tão importante, além do que, esta é uma das singelas formas encontradas para dizer, muito obrigada a todos, que compartilharam seus conhecimentos científicos e/ou tradicionais comigo nesta jornada.

É claro que Deus foi fundamental nesta jornada, pois sem dúvida Ele me permitiu inicia-la e conhecer neste caminho, pessoas que só acrescentaram em minha vida acadêmica.

Mediante a isso, vale lembrar pessoas como a minha inestimável Orientadora, professora Maria Goretti Tavares que desde o início assumiu um papel fundamental em minha vida acadêmica, esta que se iniciou ainda na graduação, o qual me inseriu de fato ao mundo da pesquisa científica, e que me possibilitou um contato mais profundo com a temática abordada neste trabalho. Obrigada Prof.^a Goretti, pela dedicação, pelos conhecimentos, pelas orientações, e sobretudo pela paciência, pois sei que nem sempre fui merecida dela.

Quero agradecer ainda, a minha co-orientadora, Prof.^a Rita de Cássia Ariza da Cruz, também imprescindível nesta caminhada, que me auxiliou fazendo as correções necessárias na redação em minha dissertação, me indicando referências de livros, mostrando caminhos e me fazendo refletir sobre o meu projeto de estudo. Obrigada pelas orientações e pela paciência de sempre.

Quero externar ainda meus agradecimentos ao professor Márcio Douglas, que diante aos meus vários conflitos teóricos, buscou auxiliar-me com a indicação de livros, conversas reflexivas sobre o tema, e com os debates em sala de aula de sua disciplina.

Não poderia deixar de agradecer os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, com os quais tive a oportunidade de aprofundar um pouco mais meus conhecimentos sobre a ciência Geografia.

Vale lembrar, dos meus queridos colegas de sala de aula, Rosemildo, Milvio, Luís Mendes, Diego, Weliton, Cleison, Figueiredo, Carlos e Adilton, pela companhia e pelos conhecimentos compartilhados em sala de aula.

Devo mencionar a importância de duas pessoas ao longo desta caminhada, as quais foram imprescindíveis tanto na minha vida acadêmica, como na vida pessoal, uma amizade que se construiu ao longo desses 2 anos de pós-graduação, Alessandra Lobato e Débora Rodrigues. Obrigada pela companhia, pelas palavras por vezes “duras”, pela amizade e confiança.

Aos colegas do Grupo GGeotur pela companhia durante os longos dias na sala de estudo.

Lembrar ainda de minha família, meus pais Valdina e Elson, e meus irmãos Elcivaldo e Elcivana, pela confiança, compreensão e apoio ao longo desta jornada.

Não poderia deixar de agradecer meu namorado Elier, que também acompanhou a minha luta ao longo de todo este percurso, sendo paciente, companheiro, amigo. Obrigada pela compreensão, pela paciência e pelo apoio incondicional de sempre.

As companheiras da geografia de longa data, Elisane, Silvia, Jânia, Patrícia, Juliana, Rosinês e Luciene.

Devo agradecer ainda as instituições que colaboram com esta pesquisa, como a Secretaria de Turismo de Santarém e a ONG Projeto Saúde e Alegria. Assim também como as demais pessoas que contribuíram com informações para a concretização deste trabalho.

A comunidade de Anã pela hospitalidade e informações concedidas para a realização desta dissertação, sem a qual nada disso seria possível.

Enfim, a todos que de uma forma e outra contribuíram para a minha formação, enquanto pesquisadora e pessoa... A todos que colaboraram para realização desta pesquisa.

Muito Obrigada!

*Tive um chão (mas já faz tempo)
todo feito de certezas
tão duras como lajedos.*

*Agora (o tempo é que fez)
tenho um caminho de barro
umedecido de dúvidas.*

(...)

*(Thiago de Mello - As ensinanças
das dúvidas).*

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a relação do turismo de base comunitária e o uso do território na comunidade ribeirinha Anã, localizada no Município de Santarém, no oeste do estado do Pará, considerando as participações da ONG Saúde e Alegria e do Estado, considerando este último em escala nacional, estadual e municipal. Diante disso, buscamos dialogar com a teoria da modernização do espaço de Santos, articulando com a noção uso do território (Santos e Silveira, 2008), que nos deram base para tecer a reflexão diante do nosso objeto de estudo, bem como dar respostas aos questionamentos que foram a gênese dessa pesquisa. Nesta pesquisa fizemos ainda uma revisão bibliográfica, sobre a categoria Terceiro Setor e conseqüentemente sobre o termo ONG – Organização Não Governamental, já que além do Estado e dos comunitários de Anã, a ONG Saúde e Alegria se configuraram como sujeitos de nossa pesquisa. Partimos da premissa que o turismo de base comunitária é uma contraponto ao turismo convencional, por assim dizer uma contra-racionalidade hegemônica. E é dentro dessa abordagem, que identificamos que o turismo de base comunitária desenvolvido em Anã, ainda não se configura como uma contra-racionalidade, uma vez que a ONG PSA atua com hegemonia frente ao turismo de base comunitária, e isso se perpetua principalmente pelas ações e inações do Estado na comunidade ribeirinha de Anã.

Palavras Chave: Turismo de Base Comunitária, Uso do Território, Anã, Estado, ONG Saúde & Alegria.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the relationship of community-based tourism and the use of the territory in the riverside community Anã, in the municipality of Santarém in western Pará state, considering the interests of the NGO Saúde e Alegria and the State, considering this latest in national, state and municipal level. Therefore, we seek dialogue with the theory of modernization Space (Santos, 2009), articulating with the notion use of the territory (Santos and Silveira, 2008), which gave us the base to weave reflection before our object of study, as well as provide answers to questions that were the genesis of this research. This survey also did a literature review on the category Third Sector and consequently on the term NGO - Non Governmental Organization, since beyond the state and community Anã, NGO Saúde e Alegria, took shape as subjects of our research. We start from the premise that the community-based tourism is a counterpoint to the conventional tourism, as it were a hegemonic counter-rationality. And it is within this approach, we identified that the community-based tourism developed in Anã, yet is configured as counter-rationality, since the PSA NGO works with front hegemony to community-based tourism, and this is mainly perpetuated by actions and inactions of the State in the riverside community Anã.

Keywords: Community Based Tourism, Use of the Territory, Anã, State, NGO Saúde e Alegria.

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EBC – Ecoturismo de Base Comunitária

EMBRATUR – Empresa brasileira de turismo.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MTur – Ministério do Turismo

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

PARATUR- Companhia Paraense de Turismo.

PDT-PA – Plano de desenvolvimento turístico do Estado do Pará

PRODETUR-NE – Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste

PROECOTUR – O Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal

PSA – Projeto Saúde e Alegria

RESEX – Reserva Extrativista

SEMTUR – Secretaria Municipal de Turismo de Santarém

TBC – Turismo de Base Comunitária

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.1. Localização da Comunidade Ribeirinha de Anã-Santarém/Pará.....	30
Mapa 1.2. Plano de Uso da Comunidade Ribeirinha de Anã.....	41
Mapa 2.1. Área de Atuação da ONG Projeto Saúde e Alegria no Oeste do Pará a partir de 1990.....	73
Mapa 2.2. Articulação da ONG PSA no Brasil e no Mundo.....	92
Mapa 3.1. Turismo de Base Comunitária no Pará (Projetos de TBC contemplados com o Edital nº 001/2008 do Ministério do Turismo).....	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1. Imagem de Satélite da Comunidade as margens do Rio Arapiuns.....	33
Figura 2.1. Regionalização do Turismo no Estado do Pará/ Polos Turísticos.....	66
Figura 2.2. Programas Desenvolvidos pela ONG Projeto Saúde e Alegria.....	75
Figura 3.1. Estados brasileiros que tiveram projetos de turismo de base comunitária, selecionados através do Edital 001/2008 do Ministério do Turismo.....	103
Figura 3.2. Campanha veiculada na internet para arrecadação de recursos para a construção da pousada em Anã.....	118

LISTA DE FOTOS

Foto 1.1. Casas em Anã.....	34
Foto 1.2. Microsistema de Abastecimento de Água.....	35
Foto 1.3. Posto de Saúde.....	36
Foto 1.4. Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima.....	37
Foto 1.5. Projeto de Criação de Peixes - Tanques redes no lago da comunidade.....	39
Foto 2.1. Centro Experimental Floresta Ativa – CEFA.....	78
Foto 2.2. Navio-Hospital Abaré.....	80
Foto 2.3. Projeto Artesanato na Floresta.....	84
Foto 2.4. Artesanato com a marca Tramas e Cores.....	85
Foto 2.5. Estrutura da Pousada Encanto do Arapiuns na comunidade de Atodí.....	86
Foto 3.1. Construção do Redário da hospedaria comunitária de Anã.....	119
Foto 3.2. Banheiros em fase de construção.....	120
Foto 3.3. Local onde eram servidas as refeições aos visitantes.....	120
Foto 3.4. Redário da Hospedaria Comunitária.....	121
Foto 3.5. Banheiros da Hospedaria Comunitária.....	122
Foto 3.6. Cozinha da Hospedaria Comunitária.....	122
Foto 3.7. Refeitório da hospedaria comunitária de Anã.....	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1. Objetivos Gerais e Específicos do Plano Nacional do Turismo 2003-2007.....	60
Quadro 1.2. Objetivos Gerais e Específicos no Plano Nacional do Turismo 2007-2010.....	61
Quadro 2.3. Histórico de Parceiros e Financiamentos.....	88
Quadro 3.1. Trechos de Entrevistas realizadas com comunitários de Anã.....	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - CARATERIZAÇÃO HISTÓRICA GEOGRÁFICA DE ANÃ	23
1.1. Aspectos históricos do Município de Santarém	23
1.2. A comunidade ribeirinha de Anã: Caracterização histórica e Geográfica.....	29
CAPÍTULO 2 – O TURISMO E O USO DO TERRITÓRIO: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O PAPEL DO ESTADO E DO TERCEIRO SETOR NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO PERÍODO HISTÓRICO ATUAL	42
2.1 O papel do Estado na organização do espaço no período histórico atual.....	42
2.2. O uso do território para o turismo	49
2.2.1. Políticas Nacionais de Turismo no Brasil: uma breve abordagem histórica	57
2.2.2. O uso do território para o turismo na Amazônia Paraense	63
2.3. O Papel do Terceiro Setor no período histórico atual	68
2.3.1. A ONG “Projeto Saúde & Alegria” e sua atuação no Oeste do estado do Pará	71
CAPÍTULO 3 – O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE ANÃ	93
3.1. Reflexões teóricas sobre o Turismo de Base Comunitária.....	93
3.2. O Turismo de Base Comunitária no Brasil: O Caso da Amazônia Paraense	102
3.3. A Trajetória do turismo de Base Comunitária em Anã: A Atuação da ONG PSA	108
3.4. As (in) ações do Estado para o desenvolvimento do turismo de base comunitária em Anã.	127
3.5. Implicações sócio-espaciais do Turismo de Base Comunitária em Anã.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
APÊNDICES	153

INTRODUÇÃO

Quando se fala em turismo na Amazônia, é comum apontar-se para o mesmo discurso “o grande potencial turístico da região”, seja por sua imensa biodiversidade, seja esta por sua diversidade cultural, que a torna sem dúvida peculiar diante de outras destinações turísticas brasileiras. No entanto, deve-se dar uma atenção maior à forma como o turismo vem sendo introduzido/incorporado no território amazônico, tendo em vista os modelos de desenvolvimento impostos pelo Estado para a Amazônia principalmente a partir da década de 1960, modelos pensados a partir de interesses exógenos, bem como excludente às necessidades da população local, pois como ressalta Gonçalves (2010, p.22) “não é o patrimônio de conhecimentos das populações que tradicionalmente habitam a região que tem sido tomado como referencial. Se assim o fosse a cultura não estaria de um lado e a natureza de outro”.

Diante disso, os modelos de desenvolvimento pensados para a região são pautados inteiramente em interesses exógenos, sem levar em consideração a população local e as fragilidades do lugar. A questão é que, a intervenção do Estado visando o desenvolvimento da região, provocou e continua provocando intensas transformações sócio-espaciais na Amazônia, como aponta Tavares (2009). Para tanto, pensar o turismo para esta região, somente a partir de interesses exógenos, ou como a solução para todos os males, principalmente sociais e econômicos, é sem dúvida recriar novamente políticas de desenvolvimento ineficientes para a região, remetendo à exclusão da população local do processo.

Levando em consideração que o turismo consome elementarmente o espaço, tendo este como seu principal objeto de consumo (CRUZ, 2002) a pesquisa foi feita dentro de uma perspectiva da ciência geográfica, esta que nos deu um suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, que tem como objeto de estudo “Turismo de Base Comunitária e Uso do Território em Vila Anã no Município de Santarém/Pará, tomando como referencia a experiência de turismo de base comunitária coordenada pela ONG Projeto Saúde & Alegria”.

O interesse em estudar a temática “turismo de base comunitária em comunidades ribeirinhas do município de Santarém” surgiu durante o curso de graduação em Geografia no município de Oriximiná, em decorrência de um convite lançado pela professora Dra. Maria Goretti da Costa Tavares para participar de seu Grupo de Pesquisa Geografia do Turismo-

GGeoTur da Universidade Federal do Pará. A participação no grupo foi crucial, para tão logo me inserir na pesquisa de iniciação científica da UFPA, como bolsista PIBIC/ CNPQ, na qual fui incumbida de desenvolver o plano de trabalho intitulado “Possibilidades e Limites do Turismo de base comunitária nos Municípios de Santarém e Belterra-Pará”. Este sem dúvida foi o momento no qual entrei no mundo da pesquisa científica, bem como passei a dedicar-me aos estudos da temática “Turismo de Base Comunitária”.

Diante disso, pude conhecer melhor esta nova prática de turismo, que diferente dos demais segmentos, nos traz uma proposta ousada de turismo, pensada, aparentemente, a partir do olhar da população local, entendendo-a como principal agente no processo de elaboração, planejamento e execução do turismo. No entanto, o estudo desta temática está muito longe de ser esgotado, há ainda muito que conhecer e produzir, e acredita-se que a geografia, assim como as demais ciências têm muito ainda por contribuir na construção de bases teóricas e conceituais sobre a temática.

Mais que descrever o espaço terrestre, a geografia permite uma visão analítica, tomando como base, sobretudo a historicidade construída neste. As transformações ocorridas ao longo da história no espaço permitem estabelecer relação entre o “ontem” (passado) e o “hoje” (presente), e entender como o homem, parte e construtor desta historicidade, se dinamiza neste espaço. Santos (1991, p. 37) afirma que “o fenômeno humano é dinâmico e uma das formas desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado”. Partindo dessa premissa, é que se faz necessário o estudo desta temática, tendo em vista que o território dessas comunidades ribeirinhas, ganham uma nova dinâmica a partir da inserção do turismo, este que passa a se apropriar e (re) organizar o espaço, e isso será fundamental para entender melhor o território da comunidade aqui estudada, principalmente quando esta se encontra na Amazônia.

Além do mais, devemos levar ainda em conta a contribuição teórica e conceitual que pesquisas como estas, possam dar para a subárea da Geografia, a geografia do turismo, revelando como este tipo de turismo vem organizando e se apropriando do espaço da comunidade ribeirinha em estudo, nos permitindo ainda, contribuir com a formulação de políticas públicas que vislumbrem as especificidades locais e que contemplem a melhoria na qualidade de vida da população local.

Diante disso, este trabalho tem como recorte empírico a comunidade ribeirinha de Anã, localizada no município de Santarém, no Estado do Pará. O Turismo na comunidade é desenvolvido em parceria com a ONG Projeto Saúde e Alegria desde o ano de 2008. Vale ressaltar que a ONG PSA atua no Estado do Pará, mais precisamente no Oeste Paraense desde

o ano de 1987. Seus trabalhos voltavam-se a princípio para a área de saúde; atualmente observa-se uma diversidade de ações, que se concretizam através de programas voltados para organização social, direitos humanos, saúde, saneamento, geração de renda, educação, cultura, comunicação e inclusão digital.

Sendo assim, visando contribuir na geração de renda das comunidades ribeirinhas da região, a ONG propôs o projeto de Ecoturismo de Base Comunitária, que parte de uma perspectiva de turismo que “privilegia o ser humano, garantindo condições de vida digna a todos os cidadãos, centrado em uma cultura de cooperação, parceria e solidariedade. (...) pretendendo ser antes de tudo um momento de encontro entre pessoas e culturas diferentes e este elemento precisa ser resgatado com muita ênfase, com todas suas implicações, para sair da lógica restrita e mercantilista do turismo de massa” (ONG Saúde e Alegria, 2011.).

O projeto contemplou inicialmente 4 (quatro) comunidades localizadas no interior da Reserva Extrativista¹ Tapajós-Arapiuns e no Projeto de Assentamento Extrativista Gleba Lago Grande, situadas a uma distância que varia de três a dez horas de navegação fluvial, tendo como ponto de partida a sede do município de Santarém. As comunidades inseridas no projeto foram: Anã (Localizada na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns), Atodí, Arimum e Vila Amazonas (Projeto de Assentamento Extrativista Gleba Lago Grande).

Levando em consideração o interesse em aprofundarmos mais os estudos sobre a temática “turismo de base comunitária”, optamos por dar continuidade aos estudos somente em uma das comunidades, no caso a comunidade Anã, tendo em vista, que esta é uma comunidade que segundo Barreto (2012) tem se destacado principalmente no que se refere à organização comunitária, não restrita apenas às questões relativas ao turismo, mas em questões que envolvem diretamente melhorias para a comunidade.

Diante das considerações apresentadas, fomos remetidos a vários questionamentos, porém os quais mais nos inquietara foram:

- Como se dá a relação do turismo e os demais usos do território na comunidade ribeirinha “Anã”?
- Qual o papel do Estado e da ONG PSA na organização do espaço para o desenvolvimento do projeto de TBC em Anã?

¹ Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicionais. Em tais áreas é possível materializar o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, com interesses sociais de melhoria de vida das populações que ali habitam (IBAMA, 2014). Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/resex.htm>. Acesso: Agosto de 2014.

- Quais as implicações sócio-espaciais do turismo de base comunitária no território de Anã?

Nesse sentido, esta pesquisa, teve como objetivo principal, analisar a relação do turismo e o uso do território na comunidade ribeirinha Vila Anã no Município de Santarém/Pará, considerando as participações da ONG Saúde e Alegria, do Estado e de Vila Anã. Buscando alcançar tal objetivo, subdividimo-lo em três objetivos específicos, como segue:

1. Analisar como se dá a relação do turismo com os demais usos do território na comunidade Anã;
2. Identificar e analisar o papel do Estado e da ONG PSA na organização do espaço para o desenvolvimento do turismo de base comunitária em Anã;
3. Identificar e analisar as implicações sócio-espaciais que o turismo acarreta ao território de Anã.

Diante disso, foi necessário lançarmos mão de um esquema metodológico que nos possibilitasse um entendimento da realidade apresentada pelo nosso recorte espacial, contudo, isso só seria possível, conforme menciona Silveira (1999) mediante o embasamento em uma teoria. Para tanto, a presente pesquisa adotou como teoria de base, a teoria do Espaço como instância social de Milton Santos (2012; 2008; 2004; 1991).

Toda teoria é composta por categorias, que auxiliam no entendimento da totalidade. Desta forma, Silva (1986) ao tratar da importância das categorias como fundamento para o conhecimento geográfico questiona se as categorias são entes lógicos ou ontológicos, uma vez que não existe ontologia que não se dê primeiro como epistemologia e, portanto como teoria do conhecimento. Sendo assim, considera as categorias como pontos de apoio do conhecimento e da prática, mas produzidas pela práxis.

Originalmente, as categorias são formas, modos do ser. A postura filosófica irá determinar se são entes ideais produzidos pela razão ou se são determinações de existência. No entanto, Silva (1986) considera a categoria como ente ontológico. Entendidos como ente ontológico, o autor diz que as categorias são inicialmente universais abstratos, e que se transformam em universais concretos pela práxis.

Em seguida, traça uma distinção entre categoria filosófica e categoria científica, e adentra ainda em distinções de conceito e definição. Diante disso, Silva (1986) diz que a categoria filosófica determina o conteúdo dos conceitos utilizados por um autor, sobrepondo-se ao conceito, este que corresponde a uma representação do objeto pelo pensamento, por suas características gerais, diferente de definição, que é a determinação da compreensão de um

conceito. A partir desse entendimento, o autor aponta o que seriam as categorias científicas que são modos do ser, determinações da existência dos particulares de cada ciência, distinguindo-se das categorias filosóficas, pelo elemento divisão intelectual do trabalho, que torna sua dimensão menor em relação às categorias filosóficas e não a uma determinação do pensamento lógico.

No campo da Geografia, o autor enfatiza as categorias fundamentais do conhecimento geográfico, dentre as quais destaca: espaço, lugar, área, região, território, habitat, paisagem e população, as quais definem o objeto da Geografia em seu relacionamento.

Para entender tal relacionamento, precisa-se entender categorias como a divisão territorial do trabalho, a produção dos modos de produção, a apropriação diversa do espaço, o desenvolvimento desigual e as categorias da formação espacial, entendendo que as categorias do ser geográfico, têm como ponto de partida o espaço e os homens. Para poder se chegar ao objeto da geografia, para tanto, é preciso entender que o espaço e os homens estão inteiramente relacionados, recuperando desta forma o que o autor chama de “recuperação da totalidade”. A partir desta recuperação da totalidade, o espaço, tomado como fundamental para compreender os modos de produção contemporâneos, se revela como fundamental para prever uma dimensão de futuro, esta que não está mais atrelada somente ao planeta, mas que extrapola suas fronteiras, suscitando novas perspectivas à vida humana (SILVA, 1986).

Diante disso, e tomando como referência base a teoria de Santos, utilizaremos como categoria de análise em nossa pesquisa o território. A utilização de tal categoria em tal abordagem justifica-se pelo objetivo de iluminar, em nossa análise, uma porção do espaço geográfico apropriada por diferentes sujeitos sociais, um território, portanto, social historicamente produzido, considerar todos os agentes do território, e não restringir a abordagem apenas ao Estado. Destarte, damos ênfase em nossa abordagem à noção uso do território, que no caso mais específico de nossa pesquisa, traçamos uma análise sobre o uso do território para o turismo na comunidade ribeirinha de Anã, no qual buscou-se ainda entender como os agentes, neste caso, representados, pelos próprios moradores das comunidades ribeirinhas; pela ONG Saúde e Alegria; e pelo Estado (nível federal, estadual e municipal) atuam, qual o papel destes nesse território tendo em vista a atividade turística.

Para tanto, e levando em consideração a dimensão e a complexidade do nosso objeto de estudo, a natureza de nossa pesquisa caracterizou-se tanto como qualitativa, quanto quantitativa, tomando como ponto de partida suas diferenciações e similaridades e pretendendo alcançar os objetivos propostos neste trabalho.

Günther (2006) aponta a relevância das pesquisas qualitativa e quantitativa, justamente a partir das suas diferenciações e similaridades, discorrendo que a pesquisa qualitativa não é definida por si só, mas em contraponto à pesquisa quantitativa.

Sendo assim o autor leva em consideração para estabelecer tais diferenças e similaridades pontos como: características da pesquisa qualitativa; postura do pesquisador; estratégias de coleta de dados; estudo de caso; papel do sujeito, e aplicabilidade e uso dos resultados da pesquisa.

No que se refere às características da pesquisa qualitativa, Günther (2006) elenca os seguintes pontos: características gerais; coleta de dados; objeto de estudo; interpretação; resultados; generalização.

Ao se referir à postura do pesquisador, outro ponto importante em suas análises, Günther (2006) aponta que uma primeira distinção entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa refere-se ao fato de que na pesquisa qualitativa há aceitação explícita da influência de crenças e valores sobre a teoria, sobre a escolha de tópicos de pesquisa, sobre o método e sobre a interpretação de resultados. Já na pesquisa quantitativa, crenças e valores pessoais não são considerados fontes de influência no processo científico. Porém o mesmo questiona, que se de fato ocorre desta maneira, uma vez que ambos os tipos de pesquisa são sujeitos à interferência de estados subjetivos, inclusive dos valores do cientista; o que de fato se questiona é como lidar com esta interferência no contexto da pesquisa.

Quanto às estratégias de coleta de dados, leva-se em consideração o contraponto feito entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa, que se refere ao fato de se estudar um determinado fenômeno no seu contexto natural versus estudá-lo no laboratório, ambos partindo das variáveis, apontando que limitar o número de variáveis estudadas numa determinada pesquisa não implica que as demais variáveis sejam necessariamente consideradas improcedentes – uma boa pesquisa sempre está aberta ao surgimento de novas variáveis e a explicações alternativas do cenário considerado no início da investigação (GÜNTHER, 2006).

Ao tratar do estudo de caso, Günther (2006) diz que apesar de ser utilizado a partir de abordagens qualitativas dependem de estudos quantitativos, que visem gerar resultados generalizáveis, discorrendo que neste é possível utilizar tanto procedimentos qualitativos quanto quantitativos. No que se refere ao papel do sujeito da pesquisa, o autor invoca a atenção para o grau de passividade dos participantes de uma pesquisa.

Sendo assim, enquanto participante do processo de construção de conhecimento, idealmente, o pesquisador não deveria escolher entre um método ou outro, mas utilizar as

várias abordagens, qualitativas e quantitativas que se adequam à sua questão de pesquisa. Do ponto de vista prático existem razões de ordens diversas que podem induzir um pesquisador a escolher uma abordagem ou outra (GÜNTHER, 2006).

Diante disso, podemos considerar que o pesquisador é peça chave na realização e no direcionamento de sua pesquisa, cabendo ao mesmo a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social.

Levando em consideração o processo contraditório e conflituoso da produção do espaço pelo turismo, utilizou-se como método de interpretação e análise do nosso trabalho, o materialismo histórico e dialético, tomando como princípios de análise, os pressupostos do conflito social e a unidade de contrários.

Utilizamos ainda um sistema instrumental técnico-empírico o qual nos auxiliou no alcance dos objetivos deste trabalho, os quais foram:

1. Revisão bibliográfica de temas pertinentes à realização da pesquisa, assentados na teoria do espaço como instância social de Santos (1991; 2009a; 2009b; 2009c; 2012a; 2012b); Santos e Silveira (2008); a partir deste que se discorrerá sobre a noção uso do território na análise do nosso objeto de estudo. Além deste, revisamos ainda o conceito de turismo de base comunitária de autores como Sansolo (2009); Ivan Bursztyn (2009); Marta Irving (2009); Maldonado (2009); Bartholo (2009).

2. Levantamento e análise documental: De acordo com Silva (et al. 2009 p. 4547) a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem [...]. Estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo. Desta forma, para dar mais subsídios ao trabalho, foram consultados e analisados documentos da Secretaria de Turismo de Santarém, Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará de 2001; 2012; Plano Nacional de Turismo 2003-2007; 2007-2010.

3. Levantamento de dados primários, através de realização de entrevistas individuais gravadas, com questões semiestruturadas. Levando em consideração os diferentes sujeitos da pesquisa, elaboraram-se 3 (três) roteiros de entrevistas, os quais direcionaram-se aos seguintes atores: Secretária de Turismo de Santarém 2013-atual; secretário de turismo de Santarém no período de 2009 a 2010; secretário de turismo de Santarém no período de 2010 a 2012. Coordenador do Projeto de Turismo de Base Comunitária da ONG Saúde e Alegria; e 18

comunitários de Anã, dentre os quais seis destes são envolvidos diretamente com o projeto de turismo de base comunitária, quatro fornecem algum tipo de produto, como galinha, canoa, barco, e oito não são envolvidos com o projeto de TBC. Auxiliando o trabalho em campo, utilizou-se gravador de voz no momento das entrevistas, máquina fotográfica para o levantamento fotográfico, caderneta para registro das atividades de campo, além de cópias impressas do termo de consentimento de pesquisa e de registro de imagem e voz cedida pelo entrevistado.

5. Análise e sistematização de todos os dados coletados e a redação final da dissertação, esta que estruturamos em 4 capítulos, conforme apresentados a seguir.

No capítulo 1, apresentamos a caracterização do local de estudo, contextualizando com o processo de formação histórica do Município de Santarém, uma vez que Anã se configura como uma fração deste território.

No capítulo 2, apresentamos uma reflexão teórica sobre o papel do Estado na organização do espaço, bem como o seu papel mais especificamente na organização do espaço para o turismo, contextualizando com a realidade concreta brasileira, e, por conseguinte no Estado do Pará, partindo de uma análise dos Planos de turismo desenvolvidas em âmbito nacional e estadual no período que remonta à década de 90 ao período histórico atual, quando se tem definitivamente formalizada uma mudança no papel Estado. Ainda neste capítulo apresentamos uma discussão teórica sobre o terceiro setor, ressaltando as ONGs como novos atores no processo de modernização do espaço, contextualizando assim com a realidade empírica, enfatizando nesse momento a ONG Projeto Saúde e Alegria e sua área de atuação no baixo amazonas paraense e os programas que tem desenvolvido.

Por fim, no capítulo 4, apresentamos a caracterização do turismo de base comunitária desenvolvido em Anã, identificando aí qual o papel do Estado, da ONG Saúde e Alegria no desenvolvimento do projeto de turismo de base comunitária em Anã, sendo ainda possível apontar as implicações que o turismo de base comunitária vem ocasionando nesta fração de território santareno.

Optamos por esta forma de abordagem, bem como dos procedimentos técnico-empírico, pois os mesmos nos possibilitaram alcançar resultados que nos remeteram à confirmação e à contestação das hipóteses da pesquisa, as quais foram:

1. A relação do turismo e com os demais usos do território ocorre de forma harmoniosa, porém o turismo ao utilizar o território da comunidade atribui novos valores aos objetos já existentes nas comunidades, ressignificando os demais usos do território, como por exemplo, o projeto de criação de peixe na comunidade, que além de constituir uma fonte de

renda para algumas famílias na comunidade, é ofertado como “atrativo turístico” para os visitantes, assumindo nesse sentido outro significado. Os demais usos do território existentes antes do turismo ganham em certa medida novos valores pelo turismo e pela própria comunidade.

2. A comunidade utiliza o território como abrigo e como recurso, sendo que a ONG atua como um parceiro junto à comunidade, intermediando a interlocução da comunidade com outros parceiros, facilitando assim a introdução dos fixos e fluxos que darão suporte não somente à atividade turística, mas que subsidiaram o desenvolvimento territorial de Anã. No caso do Estado, pode-se constatar sua quase ausência no território das comunidades, bem como pouco tem contribuído na formulação de políticas públicas de turismo pensando a inclusão das comunidades tradicionais ou mesmo pensando o turismo de base comunitária em suas ações.

3. As implicações do turismo no território de Anã são de ordem sócio-espacial, e voltam-se tanto aos comunitários envolvidos direta como indiretamente no projeto de TBC. Supõe-se que as implicações sócio-espaciais do turismo estão traduzidas nos seguintes pontos: implicações do turismo nas relações sociais do território de Anã; as implicações do Turismo na economia da Comunidade; as implicações do Turismo na infraestrutura básica da Comunidade; e por fim as implicações do turismo nos serviços de saúde e educação de Anã.

Ao final desta dissertação, ainda podemos encontrar os apêndices, os quais se configuram como os roteiros das entrevistas, destinados aos sujeitos da pesquisa, os quais foram: os comunitários de Anã, o coordenador da ONG Saúde e Alegria e com secretários de turismo que estiveram a frente da Secretaria Municipal de Turismo de Santarém.

Por tudo, é importante ressaltar a importância desta pesquisa, quando se busca evidenciar uma prática de turismo localizada no interior da Amazônia, mais especificamente em uma comunidade ribeirinha. Buscamos nesse sentido, enfatizar como o turismo tem utilizado tais territórios, mais precisamente o território de Anã. É sem dúvida um desafio a qual nos propomos, contudo esperamos com este contribuir com as reflexões sobre o turismo de base comunitária, em particular o TBC na Amazônia.

CAPÍTULO 1 - CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA GEOGRÁFICA DE ANÃ

Este capítulo versa sobre o processo de formação histórica e caracterização geográfica de Anã. Contudo, para entender esta fração de território, fez-se necessário retomar a formação histórica do Município de Santarém, uma vez que a parte é entendida pelo todo, assim para se entender Vila Anã, é preciso antes de tudo conhecer como se deu o processo de formação sócio-espacial de Santarém.

1.1. Aspectos históricos do Município de Santarém

Para se entender a formação da Comunidade de Anã, é preciso conhecer como se deu o processo de ocupação da região do Tapajós, para tanto, faz-se necessário recorrer ao passado para nos auxiliar nesse entendimento, bem como para entendermos o presente, que insere o turismo como um uso do território do campo em Santarém, Pará.

Diante disso, retoma-se um período que como Santos (2012) denominou, de período do comércio em grande escala (a partir dos fins do século XV até mais ou menos 1620), para iniciarmos o nosso entendimento sobre Santarém, mais precisamente sobre a fração do território, onde vive a comunidade de Anã, localizada na reserva extrativista Tapajós-Arapiuns no município de Santarém.

De acordo com Santos e Silveira (2012) este é delineado como o primeiro período da história da organização do espaço brasileiro, o qual é:

marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas de diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus, empenhados todos, cada qual a seu modo, em amansar esses ritmos (SANTOS E SILVEIRA, 2012, p. 27).

Relatos evidenciam que fora o espanhol Francisco Orelana o primeiro europeu a encontrar as águas do Tapajós em junho de 1542; no entanto, ficou para os luso-brasileiros, o título de “descobridores” dessa região, conforme ressalta Reis (1979):

(...) apesar da façanha de Orelana, de Ursua Aguirre e de concessões que os reis da Espanha fizeram a soldados da empresa conquistadora na Sul-América, um episódio

realizado por esses mesmos soldados da grande aventura política. Ao contrário a empresa esteve a cargo dos lusos-brasileiros, que a promoveram com decisão, enfrentando o desconhecido com um realismo verdadeiramente ponderável. (REIS, 1979, p. 12).

A “descoberta” de fato da Região do Tapajós ocorrera somente após a chegada dos luso-brasileiros ao delta do Amazonas em janeiro de 1616, os quais firmaram-se permanentemente na região com “a criação a margem do rio Pará, de uma praça militar fortificada, o forte do Presépio²”, atual cidade de Belém. (...). (REIS, 1979, p. 13).

Cabe lembrar que a ocupação da Amazônia ocorrera como parte de uma estratégia de defesa para proteger as zonas canavieiras de Pernambuco e Bahia e a foz do Amazonas das invasões dos ingleses e holandeses (REIS, 1979; MACHADO, 1997), já que estes conforme revela Reis (1979), já “dominavam grandes trechos interiores do vale”.

Para tanto, os lusos brasileiros não se contiveram apenas com o feito da construção do Forte do Presépio; adentraram a região, desbravando-a, e, por conseguinte, no ano de 1626, através de uma expedição comandada por Pedro Teixeira descobriram a região do Tapajós. Assim inicia-se a introdução de novos objetos na Amazônia, que passam a estabelecer uma ligação direta com Portugal, e a expansão do domínio português, que buscava ampliar além de seu território, novos mercados e a conquista de especiarias para a comercialização no mercado externo.

Contudo, ainda não fora com Pedro Teixeira que os portugueses se estabeleceram de forma definitiva no Tapajós; a ocupação de fato se dera somente com a chegada da Companhia de Jesus na Amazônia como um todo. Sendo enviada no ano de 1661 a primeira expedição para a região, esta comandada pelos Padres Tomé Ribeiro e Gaspar Mischk.

Saíram os dois de Gurupá no dia 31 de maio de 1661 e acharam a Aldeia dos Tapajós, com índios de seis tribos diferentes. No dia seguinte ao dia da chegada, os índios com mulheres e filhos vieram ofertar-lhes os habituais presentes: mandioca, milho, galinha, ovos, beijús, mel, peixes e carne de moquéim. E por sua vez receberam as dádivas que mais ambicionavam: espelhos, facas machados, velórios, vidrilhos, etc. os padres celebraram a festa da ascensão do senhor, à portuguesa, com tiros e morteiros. Houve missa, fez-se a catequese, realizaram-se batismos e antes de descerem ao Pará os Padres ergueram, entre expectativa e comoção geral, no terreiro da Aldeia, uma grande Cruz. (LEITE, 1943, p. 358, apud REIS, 1979, p. 26).

² Construção feita de taipa contendo inicialmente 12 (doze) peças de artilharia. Recebera este nome, forte do Presépio, em homenagem ao dia de Natal, pois foi quando partira a expedição do Maranhão. No interior do forte ainda foram construídos alojamentos com cobertura de palha para as guarnições. O principal objetivo do forte era estabelecer de fato a presença e domínio da coroa portuguesa na região, bem como se defender de possíveis ataques indígenas, assim como dos corsários ingleses e holandeses. Disponível em http://www.funceb.org.br/images/revista/20_8e5h.pdf. Acesso em setembro de 2014.

A ocupação só fora efetivada de fato com o envio do padre João Felipe Bettendorf, o qual corresponderia não somente o cumprimento e consolidação da missão religiosa na região, mas, sobretudo, como revela Reis (1979), a própria expansão do domínio português no território.

O plano da missão dos Tapajós não compreendia, exclusivamente, a conversão ou a ajuda espiritual dos indígenas aquele grupo de gentil local, mas perseguia objetivo territorial muito mais vasto _ estendia-se aos mais dilatado sertão, até onde chegasse a fronteira de Portugal, com os distritos de Espanha no vale amazônico, portanto a própria fronteira estabelecida por Pedro Teixeira em 1639, isto é, a fronteira plantada por Aguarico. A aldeia dos Tapajós, transformada em sede de missão católica, passava a servir de cabeça-de-ponte para a penetração a longa distancia (REIS, 1979, p. 31).

Convém ressaltar que a relação dos religiosos com os grupos indígenas da região ocorria de forma amistosa; os indígenas depositavam confiança nos religiosos, portanto não fora difícil empreender a missão religiosa no Tapajós. Porém, conforme revela Reis (1979) o padre Bettendorf teve que retornar ao Pará, ficando assim a missão destinada ao Tapajós interrompida até 1657, quando um novo missionário, o padre Manoel Pires, é enviado para retomar a missão.

Novamente Bettendorf retorna ao Tapajós, agora, no entanto, com funções de Padre Superior da Amazônia, e acompanhado do Padre Pedro Luís, dá início mais uma vez às missões. Com a atuação dos padres na região, a missão começava a prosperar, e os sertanistas, também começaram a buscar apoio junto à missão, uma vez que adentravam o interior do Tapajós, em busca de escravos e das “drogas do sertão” (REIS, 1979).

Diante disso, devemos mencionar que apesar da não resistência dos grupos gentios existentes no Tapajós em relação à “ajuda espiritual” fornecida pelos missionários, era possível identificar certo descontentamento por parte dos colonos que passaram a ocupar a região, uma vez que estes consideravam a mão de obra indígena fundamental para a coleta das drogas do sertão. No entanto, os missionários não permitiam a escravização dos índios, surgindo assim alguns embates ente missionários e colonos.

Os colonos, é certo, viam a matéria sob o ângulo diferente. A ação dos missionários significativa contenção ao apetite que revelavam, apetite dirigido sobre aquela mão-de-obra imensa e fundamental para as tarefas da colheita das drogas, para os serviços domésticos, para a movimentação das embarcações, para os ensaios de lavoura de sustentação em que andavam empenhados e constituíam o seu fundamento de vida (REIS, 1979, p. 24).

Contudo, não se deve deixar de considerar que, mesmo indiretamente, os missionários mantinham os grupos gentios existentes na região escravizados, ao impor-lhes uma nova forma de organização social, bem como ao aproveitar-se dos conhecimentos desses para a busca de produtos na floresta. Isso ocorreu principalmente com a crise financeira que afetava Portugal, a qual fora agravada pelo declínio do açúcar e de outros produtos coloniais no mercado europeu, que fez com que fosse intensificada a presença dos missionários não apenas na região do Tapajós, mas em todo o Vale do Amazonas, os quais, como revela Machado (1979), dividiram entre si Vale do Amazonas, assegurando assim o controle dos grupos indígenas o sob o território. Diante disso, vale mencionar Machado (1997):

O vale do Amazonas foi repartido entre as várias ordens religiosas que asseguravam o controle sobre os índios e o território, proibindo a entrada de brancos no interior nas missões, impedindo que esses se estabelecessem nas áreas próximas as vilas indígenas e ensinando não o português, mas um dialeto indígena na pacificação das tribos. Netas condições os religiosos empreenderam uma exploração da floresta economicamente bem sucedida, complementada por culturas comerciais e de subsistência ao longo do Vale do Rio Amazonas. Na medida em que progredia a exploração/extermínio/pacificação das nações indígenas, aumentava também o poder dos missionários (MACHADO, 1979, p. 2).

A residência da missão religiosa denominou-se de Nossa Senhora da Conceição, a qual compreendia não apenas a aldeia dos Tapajós, mas toda a região do Baixo Amazonas, a aldeia do Tapajós como revela Reis (1979, p. 33), era como se fosse “a capital de todo o distrito missionário”. A missão de fato prosperou no Tapajós, atingindo assim as estratégias propostas por Portugal, correspondendo conforme mencionado, não apenas à ajuda religiosa, mas à ampliação e consolidação do território português.

(...) devia-se a ela, evidentemente, a incorporação do grande curso d’água ao Império, integração efetivada através da redução da gentilidade. Os grupos regionais estavam sendo defendidos da escravização e contidos para os aldeamentos missionários. Impedira-se, conseqüentemente, o despovoamento. Ao contrário, conseguira-se adensar esse mesmo povoamento (...). (REIS, 1979, p. 34).

Portanto, a missão no Tapajós também auxiliou Portugal na obtenção de especiarias, que também ficaram conhecidas como “drogas do sertão”³. A busca pelas “drogas do sertão” na nova hinterlândia tornou-se fundamental principalmente pelo fato de Portugal ter perdido

³ Eram produtos valorizados na Europa, utilizados como condimentos, em uso farmacêutico, enfeites e como material de construção: cacau, cravo, canela, salsaparrilha, madeiras e manteiga de peixe, entre outros. (CORRÊA, R. L. Estudos sobre a Rede Urbana na Amazônia. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2006).

as especiarias do mercado do Oriente, e este se constituía como mais um elemento para a defesa do território por parte dos portugueses. Iniciou-se, então a construção de várias fortificações, dentre as quais a do Tapajós, principalmente por esta ser uma das mais ricas quanto as “drogas do sertão” conforme menciona Reis (1979).

A região, assim garantida para os domínios régios era considerada das mais ricas. Falava-se com certo entusiasmo da abundancia de “drogas”, representadas principalmente pelo cravo, pelo cacau e pela noz-moscada. Relatórios eram endereçados a Lisboa referindo-se pormenorizadamente a essa abundância de especiaria. O cravo local parecia a entendidos, com experiência nas Moluscas, muito superior ao que vinha do Oriente. E a quantidade era tal que se poderia carregar navios e mais navios. Existiam, conseqüentemente, as mais sérias razões de Estado para que aquele trecho do Império permanecesse defendido, garantido pela Coroa portuguesa (REIS, 1979, p. 41).

Podemos considerar desta forma, que com as “drogas do sertão” não somente a região do Tapajós, mas do então Estado do Grão-Pará e Maranhão passa a ser inserida no mercado internacional, relação esta que se fortaleceu com a criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, por Marquês de Pombal, como revela Corrêa (1987). A criação da Companhia do Grão Pará marca o início de nova política na região, agora regida pelas ordens religiosas, estas que foram expulsas da região com o Governo de Marquês de Pombal.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Marquês de Pombal, que viera governar o então, Estado do Grão-Pará e Maranhão a partir de 1751, buscou implementar uma política realista de ocupação imediata de integração ao quadro político ultramarino. Desta forma, identificou que as missões religiosas estavam servindo como verdadeiras ameaças ao próprio Império Português, pois Mendonça Furtado começou a suspeitar que o trabalho das ordens religiosas no Estado, não tinha apenas o interesse religioso, mas acreditava que “tudo aquilo era a consequência ou a exteriorização perigosa de um plano de transformação do espaço sul-ultramarino numa ordem política desligada de qualquer obediência ou vassalagem às mães-pátrias peninsulares” (REIS, 1979, p. 66).

Com base nesse tipo de pensamento, Mendonça Furtado colocou fim às ordens religiosas na região, expulsando definitivamente os missionários da Companhia de Jesus, não somente do Vale do Tapajós, mas todos os missionários localizados no Vale do Amazonas, e passou a incrementar uma política de ocupação mais efetiva, que se daria segundo ele somente “com a presença da autoridade civil ou com o aproveitamento do próprio elemento nativo para a sua ascensão política, o que importava em se desprender da tutela da autoridade missionária” (REIS, 1979, p. 66).

Diante disso, inicia uma política interna na qual passa elevar as aldeias indígenas à categoria de Vilas e outras em povoados. Assim, no ano de 1757, cria as Vilas de Alter do Chão e Boim, e posteriormente, no ano de 1758, eleva a aldeia dos Tapajós à categoria de Vila, a qual dera mais tarde o nome de Santarém.

Segundo Machado (1997), isso fazia parte de uma política que pretendia diretamente criar no povo da colônia um sentimento de pertencimento. Para tanto, devia-se criar um valor simbólico nos mesmos, e a forma para tal, seria dentre outras coisas a elevação das aldeias a categorias de vilas, bem como a substituição dos nomes indígenas (das Vilas) por nomes portugueses.

O governo colonial enfatizava que estas mudanças, em si mesmas, tinham pouco valor militar, mas um alto valor simbólico. As formas espaciais (cidades, vilas, novas construções, fortes) complementadas por uma população *civil*, imprimiram nas mentes dos índios, colonos e vizinhos rivais uma presença portuguesa, o que representaria segundo o governo a melhor defesa possível a longo prazo (MENDONÇA, 1963, p. 48, apud MACHADO, 1997, p 21).

Por tudo isso, pretende-se destacar principalmente como foi o processo de ocupação da região, assim como os grupos gentios que deram origem à formação da população do Santarena. Conforme observamos, o processo de ocupação da região deu-se inicialmente pela população da própria tribo dos Tapajós, assim como demais grupos indígenas, além da presença dos jesuítas que, como vimos, foram fundamentais na fundação das vilas e na organização social das aldeias.

Posteriormente, acompanhamos a chegada dos reinóis, incentivada por uma política imperial, que remetia principalmente à ocupação efetiva do território. Os núcleos passam então a ser ocupados não somente por indígenas, mas agora também passam a ser constituídos “por reinóis e mestiços, escravos e homens livres” (REIS, 1979, p. 153).

A multidão indígena constituía o elemento populacional por excelência, quantitativamente. A presença portuguesa representara-se também por número elevado, com a particularidade de ser cheia de prosápia, de poder, comendo, em consequência, com seus descendentes diretos, uma sociedade branca a mestiçagem processando-se, porém, como nos demais trechos do mundo amazônico, em Santarém não deixara de ocorrer. Bates, que a sentiu de perto, apontou-a como das menores da Província, não esquecendo de registrar também que o contingente indígena, todavia, ao que se verifica da documentação relativa à vida sob a colônia e sob o Império, teve preponderância (REIS, 1979, p. 155).

Diante de tais fatos, é possível apontarmos que a população santarena inicialmente foi constituída principalmente por população indígena, mas não podemos deixar de mencionar a influência portuguesa, assim como posteriormente a presença dos negros africanos, que corroboraram para a constituição da população santarena. Pode-se dizer com isto, que:

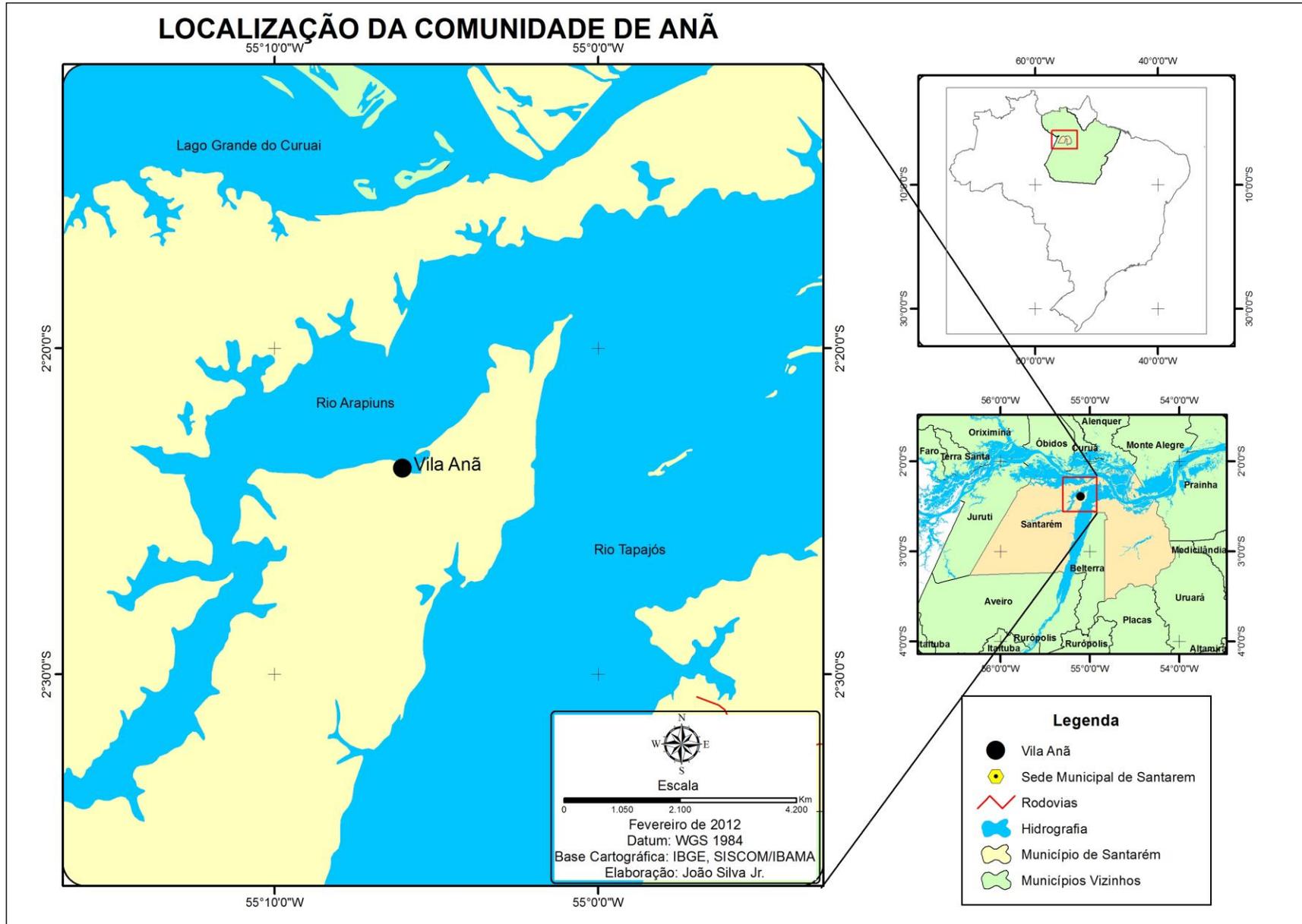
As comunidades ribeirinhas⁴ atuais se formaram a partir das vilas resultantes destas velhas missões e de antigas aldeias indígenas. As vilas e cidades da região se originaram no período de chegada dos primeiros missionários portugueses, enquanto que as comunidades que surgiram pós esse período se originaram de antigos aldeamentos indígenas, para onde se dirigiam os nativos que escapavam das missões religiosas. Outras comunidades surgiram mais tarde, a partir de agrupamentos formados no período da Cabanagem (1835-1840).

Assim que também vai se configurando a comunidade de Anã, uma comunidade formada principalmente por descendentes indígenas. Vale mencionar, que neste trabalho, ao nos referirmos a Anã utilizaremos o termo comunidade ribeirinha, evitando assim terminologias como população ou comunidade tradicional, que muito mais do que nos auxiliar na construção deste trabalho, poderá em certa medida nos direcionar a outros caminhos não propostos nesta pesquisa.

1.2. A comunidade ribeirinha de Anã: Caracterização histórica e Geográfica

A comunidade Anã (mapa 1.1) está situada na margem esquerda do Rio Arapiuns, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, a cerca de quatro horas de navegação de Santarém, sendo que o acesso à comunidade se dá exclusivamente por via fluvial.

⁴ Comunidades ribeirinhas da Amazônia são compostas em sua grande maioria por moradores que dividem o tempo entre a agricultura e a pesca artesanal, sendo essa a sua maior fonte de proteína animal. Essa pesca é de subsistência, mas eventualmente, a produção excedente é comercializada, principalmente no período de seca. Esse pescador é usualmente classificado como pescador-lavrador ou polivalente. (Pretrere Jr., 1992; Furtado, 1993, apud MENDONÇA et al., 2007, p.)



Assim como nas demais comunidades pertencentes à Reserva Extrativista do Tapajós-Arapiuns, o clima predominante em Anã é o equatorial continental megatérmico úmido da Amazônia Central, que tem como uma de suas características a associação do calor elevado (temperaturas médias anuais entre 26 e 28°C) com umidade alta (valores médios anuais entre 80 a 85%) (ICMBio, 2014). Anã apresenta ainda um solo bastante arenoso, de origem fluvial e uma vegetação composta de capoeiras e matas secundárias, resultado da exploração madeireira e da agricultura de corte e queima (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2013).

Como já relatamos em tópico anterior, Santarém foi ocupada fortemente por populações indígenas, daí um elemento predominante na formação da própria população santarena, assim como na formação de aldeamentos, que posteriormente se tornaram comunidades. A formação da população da comunidade ribeirinha de Anã também está relacionada diretamente com antigas aldeias indígenas que habitaram a região, principalmente quando levamos em consideração a descendência de sua população, predominantemente indígena, que são ratificados pelos próprios relatos dos moradores de Anã.

Sobre o histórico de formação da comunidade, há vários relatos que num misto de fantasia e regionalismo buscam explicar desde o processo de formação ao atual topônimo da comunidade.

De acordo com os moradores mais antigos, a fundação de Anã se deu nos fins do século XIX, com a chegada do Senhor Ivo Godinho juntamente com sua esposa Severina Maria Cashemira, casal este que estava a procura de uma terra boa e fértil para habitar e cultivar. Ao encontrarem o local que hoje é Anã, decidiram que permaneceriam ali, e logo começaram a construir seu casebre com o roçado, e mais tarde também vieram os filhos do casal.

Posteriormente, outras famílias a convite do senhor Ivo Godinho também se deslocaram para o local, onde passaram a estabelecer residência. Passaram então a residir no local as famílias: Dina, Chica, Maximiano, Ismael, Auzier e Zé Imbiriba, estas que junto com a família Godinho começaram a dar origem a um pequeno povoado, que a princípio denominou-se de Piquiá (*Caryocar villosum*), devido a existência de um imenso piquiazeiro⁵ localizado na frente da comunidade.

⁵ O piquiazeiro é uma árvore majestosa da mata primária que pode atingir grandes dimensões como 40 a 50 metros de altura. Possui tronco de até 2,5 metros de diâmetro, ou rodo superior a 5 metros, e uma copa enorme que se destaca na floresta. Ocorre em toda a Amazônia, com maior concentração na terra firme da região do grande estuário. Disponível em: http://www.cifor.org/publications/pdf_files/Books/BShanley1001/127_136.pdf. Acesso: outubro de 2014.

Este nome permanecera até a década de 1950, quando o vilarejo passou a denominar-se Anã⁶, momento também que a comunidade passou a estruturar-se e ser reconhecida como uma comunidade, mudança esta motivada inclusive pela presença da igreja católica no local, que até então foi um dos atores principais na organização sócio-espacial da comunidade.

Com a construção do barracão comunitário, logo se celebrou a primeira missa no ano de 1963, e posteriormente o padre responsável, organizou o primeiro grupo da comunidade, que foi o grupo do apostolado, e no ano de 1966 realizou-se o primeiro casamento na comunidade.

A comunidade também organizou outros grupos, como o relacionado ao clube de futebol, que não se limitava apenas aos comunitários de Anã, mas que se estendia também aos comunitários de outras comunidades próximas como Raposa, Maripá, dentre outras. Foi nesse período também que a comunidade recebeu a primeira professora, a qual ministrava as aulas na sede do primeiro clube da comunidade (ENTREVISTADO A, 2014)⁷.

Desde o período da década de 1950 em que se iniciaram as primeiras organizações sócio-espaciais em Anã, até o período atual, século XXI, mais precisamente ano de 2014, muitas mudanças ocorreram na comunidade, não somente em termos de organização social, mas na própria organização espacial da comunidade, que permite o encontro entre o velho e o novo, um encontro entre velhas e novas formas, funções estruturais e processos, que passam a revelar uma configuração territorial não constituída mais por conjuntos dos complexos naturais, mas constituída por um conjunto dos complexos de natureza humanizada.

Se na década de 50 do século XX, Anã era constituída apenas por 11 famílias, no ano de 2014 havia na comunidade 94 famílias, com uma população aproximada de 480 pessoas, distribuindo-se numa área territorial com cerca de 1.200 hectares, que conforme já mencionado, está inserida na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. As residências dos comunitários estão concentradas às margens do Rio Arapiuns (figura 1.1).

⁶ Esse nome surgiu a partir da lenda do Moanã, um ser sobrenatural que segundo relatos de moradores vivia encantado no lago, e o mesmo assustava pescadores e incutia medo aos moradores (AMARAL, 2012).

⁷ Entrevistado A, comunitário de Vila Anã, em entrevista realizada por Elcivânia Barreto, em setembro de 2014.

Figura 1.1. Imagem de Satélite da Comunidade as margens do Rio Arapiuns.



Fonte: ONG Projeto Saúde e Alegria, s/d.

A comunidade ribeirinha de Anã vem se destacando entre as comunidades da reserva extrativista Tapajós-Arapiuns, seja pela sua organização enquanto associação, bem como pelos projetos que estão sendo desenvolvidos pelos comunitários em parcerias com outras instituições. Como organização comunitária, Anã organizou-se através da criação da APRONÃ (Associação dos Produtores Rurais de Anã), uma associação criada na década de 90 para representar e fortalecer os interesses da comunidade. A APRONÃ, ainda está ligada diretamente a Tapajoara⁸ (Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns), esta que os representa social e politicamente enquanto pertencentes a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Além de tal associação, Anã apresenta ainda mais duas organizações, que são: APAA (Associação de Piscicultores e extrativistas da comunidade de Anã) e MUSA (Mulheres Sonhadoras em Ação). Há ainda grupos, que organizados desenvolvem alguns projetos que tem contribuído na renda de algumas famílias da comunidade, o Grupo Melipomel (Projeto de manejo das abelhas sem ferrão), Grupo do viveiro (projeto de cultivo de mudas florestais nativas), e o grupo do turismo, detalharemos sobre estes mais adiante.

As casas (foto 1.1) em Anã atualmente são, na maioria construções, em alvenaria. Essa alteração nas estruturas das casas de Anã ocorreu por volta dos anos 2000, mais precisamente a partir de 2004, quando não somente Anã, mas, várias comunidades da Resex Tapajós-

⁸ Criada em julho de 1999 para cuidar da representação e promover a gestão participativa da RESEX Tapajós-Arapiuns, a partir dos interesses coletivos das associações e comunidades. A TAPAJOARA é a instância política de representação máxima das comunidades e associações de residentes, com a missão de discutir, encaminhar e orientar as estratégias, políticas e projetos de interesse coletivo das comunidades. Sua base de organização e sustentação política são as associações e comunidades da UC (ICMBIO, 2014, p.77).

Arapiuns foram contempladas pelo programa do Governo Federal para a melhoria da estrutura de suas casas, o chamado Programa Nacional de Habitação Rural⁹, que até meados de 2013 fora executado através dos créditos da reforma agrária em parceria com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, na implementação do crédito instalação, ou também conhecida como crédito habitação” (ICMBio, 2014). Mas, ainda podemos encontrar em Anã, habitações feitas em madeira e barro.

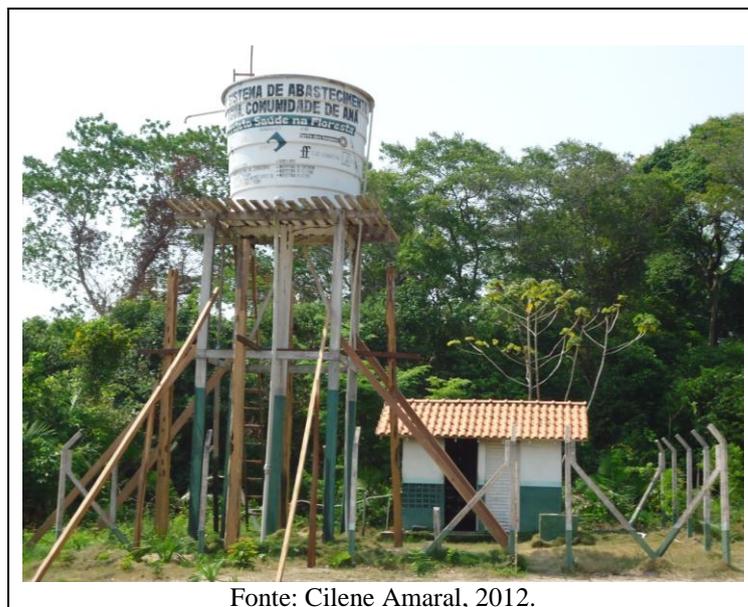
Foto 1.1. Casas em Anã



⁹ Trata-se de incentivos iniciais dos programas de reforma agrária para instalação do homem no campo, onde são financiados e subsidiados recursos financeiros para construção da habitação e o crédito para fomento, objetivando a compra de pequenos materiais e ferramentas para implementação das Atividades produtivas (ICMBIO, 2014, p. 82).

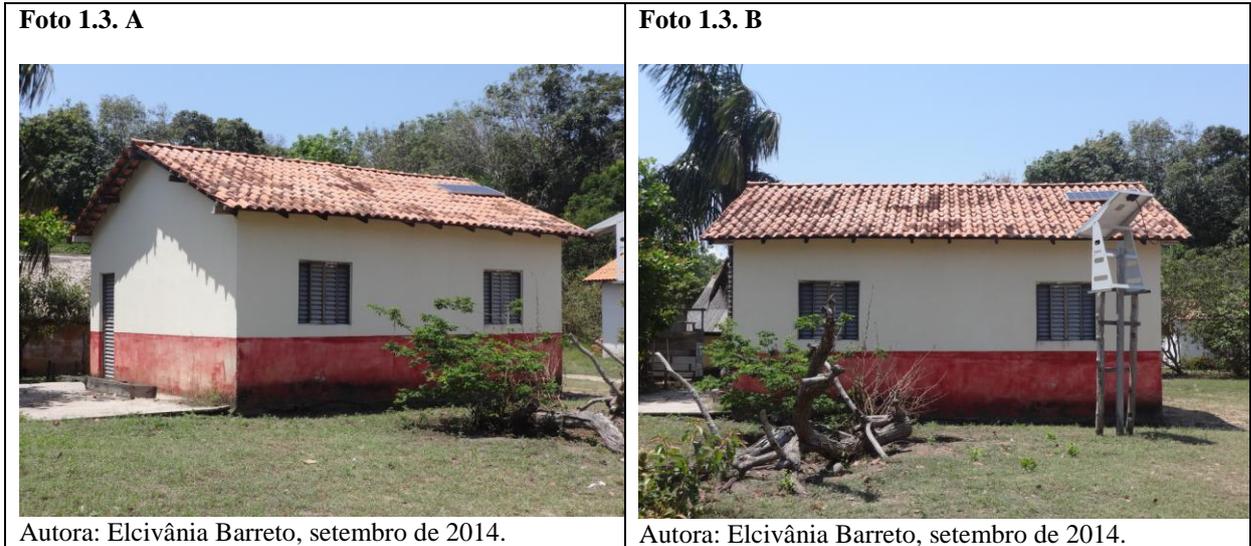
A comunidade possui um microssistema de abastecimento de água (foto 1.2) que atende todas as famílias da comunidade. O microssistema foi criado no ano de 2005 em parceria com a ONG Saúde e Alegria, esta que através de um projeto recebera recursos de outras instituições como BNDS e pela ONG holandesa Terra dos Homens para construção do microssistema, e os próprios moradores trabalharam na construção deste. Segundo informações dos entrevistados, antes do microssistema os comunitários de Anã, principalmente as crianças e os mais velhos da comunidade adoeciam com vômito e diarreia devido à qualidade da água que tinham acesso, problemas estes que foram minimizados com a instalação do microssistema. Vale mencionar que a comunidade paga uma pequena taxa para custear os serviços de manutenção do microssistema.

Foto 1.2. Microssistema de Abastecimento de Água



Fonte: Cilene Amaral, 2012.

Falando em saúde, há um posto de saúde (foto 1.3) na comunidade, no qual trabalha um agente de saúde e um enfermeiro. Contudo, o posto de saúde funciona de forma irregular em uma das casas do INCRA, pois não há um local adequado para o funcionamento do mesmo.

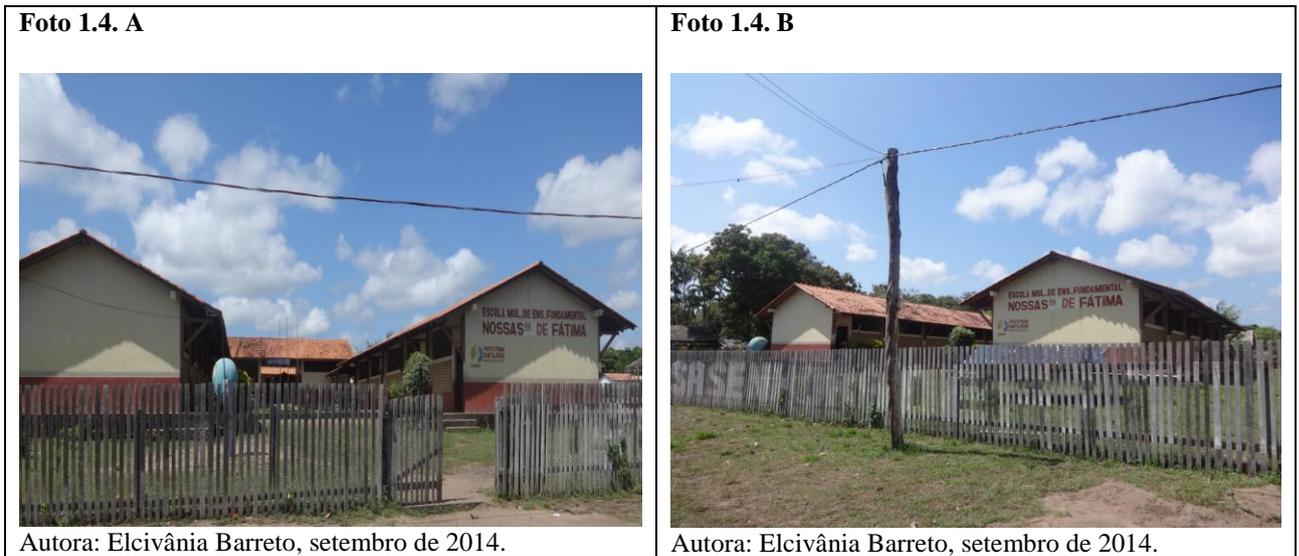
Foto 1.3. Posto de Saúde

A geração de energia elétrica em Anã ocorre por meio de um gerador de 12KVA que funciona a diesel, e que atende a maioria da população da comunidade, contudo funciona apenas um período da noite, que corresponde às 19h até 22 h 30m. Por este serviço, a comunidade paga uma taxa de R\$20,00¹⁰ (vinte reais), mensal. Segundo a presidente da associação da comunidade, há planos para se comprar outro gerador, devido as frequentes falhas de energia na comunidade.

No que tange aos serviços de educação em Anã, há uma escola de ensino fundamental (foto 1.4) que atende 118 alunos, estes distribuídos entres as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

¹⁰ Valores referentes ao ano de 2014.

Foto 1.4. Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima



O ensino na comunidade funciona desde o ano de 1958, tendo se iniciado por iniciativa dos comunitários e dos padres que eram responsáveis pela igreja católica na comunidade. Porém somente em 1973 foi instalado oficialmente pelo município de Santarém o ensino fundamental em Anã, consolidado com a construção da escola Nossa Senhora de Fátima, que inicialmente apresentava estrutura em madeira, mas que desde o ano de 1999 passou a funcionar em uma nova estrutura, toda em alvenaria conforme menciona Amaral (2012).

Em 1999 inaugurou-se a Escola com nova estrutura, toda em alvenaria com quatro salas de aula, uma secretaria, uma sala de professores, cozinha, refeitório, dispensa, banheiros. Com a falta de salas os comunitários juntamente com a gestão anterior, construíram uma sala adaptada, onde funciona uma turma pela manhã e outra a tarde, sem a mínima estrutura, apenas para suprir a necessidade que até então não foi solucionada (AMARAL, 2012).

O prédio da escola ainda sedia o ensino médio modular¹¹ através do Some (Sistema de Organização Modular de Ensino). Esta modalidade de ensino é ofertada pela Rede Estadual de Ensino do Pará desde o ano de 2005 na comunidade, e atende tanto estudantes de Vila Anã

¹¹ O Ensino Modular visa garantir aos alunos acesso à educação básica e isonomia nos direitos, assegurando a ampliação do nível de escolaridade e a permanência dos alunos em suas comunidades, observando as peculiaridades e diversidades encontradas no campo, águas, florestas e aldeias do Estado do Pará (PARÁ. Lei nº 7.806, de 29 de abril de 2014. Dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, e dá outras providências. 2014). Disponível em: <http://biblioteca.mppa.mp.br/phl82/capas/Lei7.806.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

como estudantes de comunidades próximas a esta, como o caso da comunidade de Maripá. Desta forma, há um total de 41 alunos cursando o ensino médio na comunidade.

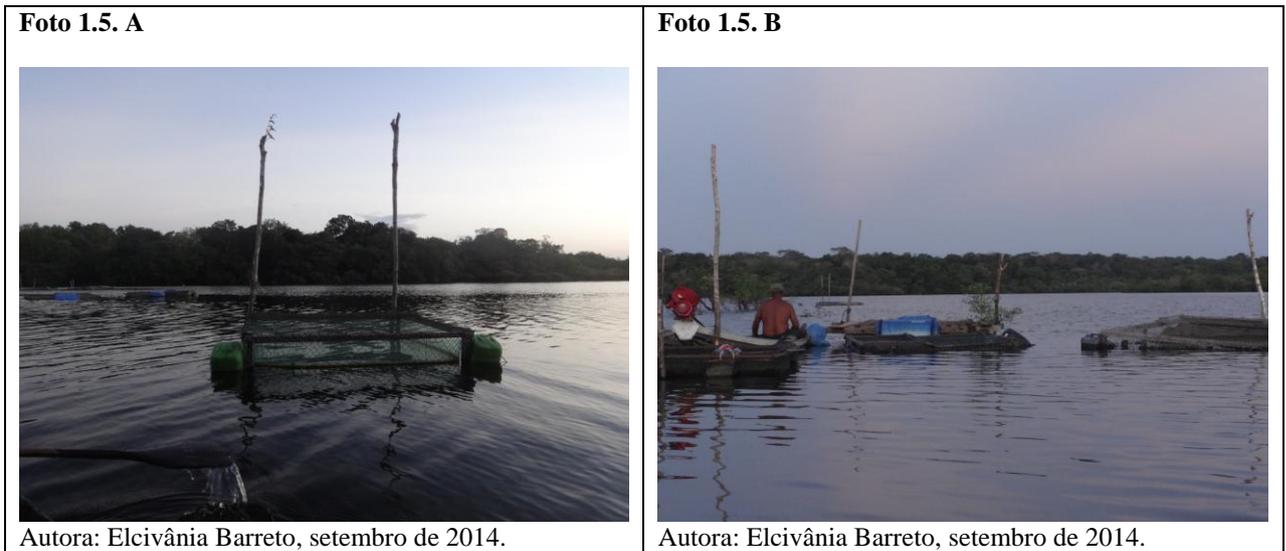
Quanto aos serviços de telefonia pública na comunidade, há 3 (três) telefones públicos que funcionam de forma bem precária, uma vez que quase sempre encontram-se com defeitos. Há famílias que possuem antena externa que fazem conexão com o aparelho celular permitindo a comunicação, mas isso ainda é restrito a algumas famílias. Observou-se ainda, que em determinados pontos da comunidade é possível se obter serviço de pelo menos uma operadora de celular, mas também de forma precária.

Apesar dos projetos desenvolvidos na comunidade de Anã, que de certa forma representam verticalidades, já que são geralmente caracterizados como atividades “novas”, externas ao cotidiano dos comunitários, os comunitários ainda conseguem manter um elemento forte da cultura Amazônica, que é a produção da farinha de mandioca, que remete não apenas ao seu preparo na “casa de farinha”, mas ao cultivo e colheita da mandioca, pois como identificado nas entrevistas realizadas com os comunitários, todos ainda mantem seu roçado, localizado em local denominado pelos mesmos de colônia. Diante disso, a produção da farinha, mesmo que seja para consumo de cada família, ainda sim, se mantém dentre as principais atividades econômicas da comunidade (FERREIRA; MONTE-MOR, 2014).

Conforme mencionamos anteriormente, Anã tem se destacado dentre outros fatores, pela sua organização comunitária, e subsequente a formação de grupos, que tem possibilitado a consolidação de forma gradativa dos projetos que estão sendo implementados em parcerias com outras instituições na comunidade, os quais em certa medida se configuram como elementos novos dentro da comunidade, novos fixos que lhes permitiram o desenvolvimento de outras alternativas de geração de renda na comunidade.

O *Musa* desenvolve o projeto de criação de peixes em gaiolas no lago da comunidade, e também envolve a fabricação da ração orgânica (alimentação dos peixes), mas há mulheres do grupo que também trabalham com a criação de galinhas, sendo assim, 13 (treze) mulheres trabalham com a criação de peixe, e conseqüentemente a fabricação da ração orgânica e 5 (cinco) com a criação de galinhas. Porém o grupo *Musa* começou de fato com o projeto de criação de peixe (foto 1.5), que além de contribuir na renda das famílias das mulheres envolvidas, garante o peixe na alimentação das famílias da comunidade no período da sazonalidade, que é o período em que a pesca se torna fraca para os comunitários. O peixe criado em cativeiro é o tambaqui (*Colossoma macropomum*).

Foto 1.5. Projeto de Criação de Peixes - Tanques redes no lago da comunidade



O grupo do mel, atualmente formado por 8 (oito) famílias, desenvolve o projeto de manejo das abelhas nativas sem ferrão e o mel é comercializado na cidade de Santarém e também na própria comunidade, uma vez que há pessoas que visitam a comunidade e compram o produto.

O Grupo do viveiro é um dos grupos mais recentes na comunidade, o mesmo desenvolve o projeto de cultivo de mudas para o reflorestamento de áreas degradadas na comunidade, assim como para plantio nos quintais dos comunitários. O projeto do viveiro ocorre em parceria com a ONG Saúde e Alegria, e está inserido dentro de um programa maior implementado pela ONG, que é o Floresta Ativa¹².

No caso do grupo do viveiro há 20 sócios, e como o projeto desenvolvido ainda é recente não começou a gerar renda aos envolvidos, conforme podemos constatar na fala de uma comunitária envolvida no projeto: “esse viveiro ainda não tá trazendo nenhuma renda neh, mas segundo a nossa técnica, mas ela disse que mais daqui há mais uns 4, 5 anos vai dá uma renda [...]” (ENTREVISTADO K¹³, 2014).

Sobre o *projeto de turismo de base comunitária* desenvolvido em Vila Anã, abordaremos com mais profundidade no capítulo 3, no qual discorreremos sobre a forma como este foi inserido, e como vem se reproduzindo atualmente na comunidade.

¹² Programa desenvolvido pela ONG Saúde e Alegria junto as comunidades da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, que contempla diversas ações que auxiliam na renda, na alimentação e na conservação do meio ambiente, como viveiros para reposição florestal e sistemas agroflorestais; extração de óleos; ecoturismo de base comunitária; artesanatos e Centro Experimental de Permacultura.

¹³ Entrevistado K, comunitário de Vila Anã, em entrevista realizada por Elcivânia Barreto, em setembro de 2014.

Como anunciado anteriormente, pretendemos considerar os vários usos do território em Anã, este que se iniciou como o próprio sentido de comunidade para os comunitários, o território como abrigo, desencadeando assim vários usos para a comunidade, que permeia como lugar de morada, mas também como território que lhes proporciona possibilidade de subsistência.

Se no início a comunidade tinha o cultivo da mandioca para a produção da farinha como atividade econômica predominante na comunidade e fazendo uso do território, atualmente estes usos se diversificam na comunidade, até pela própria necessidade da comunidade em auxiliar na renda familiar ou pelo fato de ter mecanismos para manter-se em seu território, é possível perceber diversos usos do território em Anã (mapa 1.2¹⁴), os quais em certos momentos interagem, como uma forma de agregar valor em um uso específico.

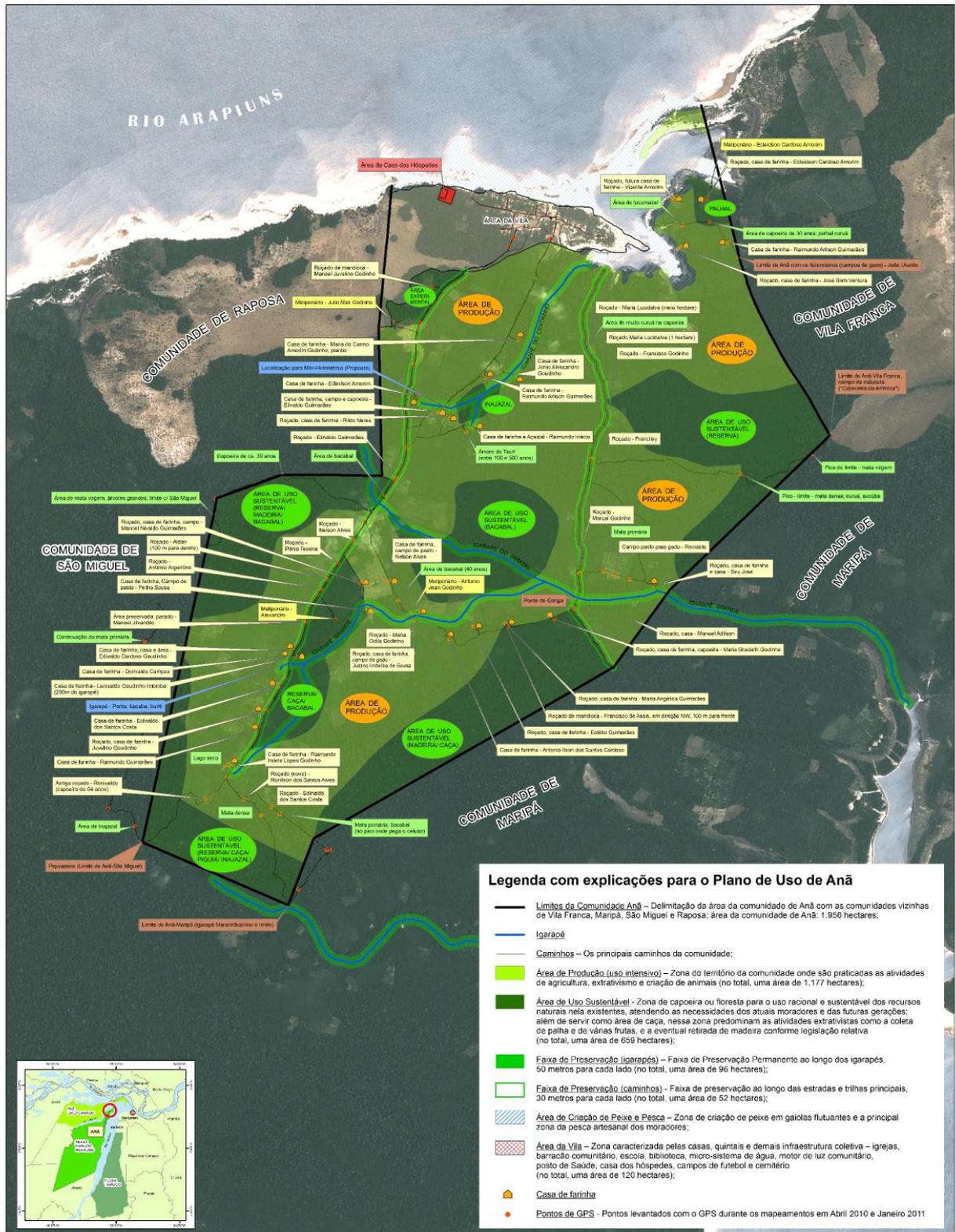
Diante disso, a configuração econômica de Anã assenta-se no extrativismo; na agricultura e na prática de recepção de visitantes através do projeto de ecoturismo de base comunitária, chamada de forma convencional, de ecoturismo. Ainda que estejam sendo inseridos novos usos ao território, ainda constatou-se o predomínio do roçado, área em que é cultivada principalmente a mandioca para a produção da farinha.

¹⁴ A figura 02 tem como fonte a ONG Projeto Saúde e Alegria. A figura 02 trata-se do resultado de um dos projetos desenvolvidos pela ONG PSA junto a comunidade de Anã.

Comunidade de Anã - Plano de Uso



FORDFOUNDATION



0 1.000 2.000 3.000 4.000 Metros

Imagem SPOT 689-355/2010



CAPÍTULO 2 – O TURISMO E O USO DO TERRITÓRIO: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O PAPEL DO ESTADO E DO TERCEIRO SETOR NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO PERÍODO HISTÓRICO ATUAL

Este capítulo permitiu-nos refletir sobre a noção “uso do território” pelo turismo tomando como referência base de nossas análises a categoria território usado proposta por Santos e Silveira (2008). Apresentamos ainda um breve relato das políticas públicas de turismo no Brasil, assim como no estado do Pará, visando de certa forma identificar como se tem cogitado pelo Estado o uso do território para o turismo, e em que medida as políticas públicas de turismo tem diversificado suas ações, no sentido de vislumbrarem o desenvolvimento social e territorial.

Devemos ressaltar a necessidade que sentimos em apresentar uma discussão teórica sobre o Estado e Terceiro Setor neste capítulo, portanto, antes de adentrarmos a discussão sobre uso do território pelo e para o turismo, fez-se necessário trazer reflexões sobre o papel do Estado, bem como do Terceiro Setor no cenário Nacional, para, por conseguinte entendermos suas respectivas funções na organização do espaço para o turismo, e assim nos auxiliar em nossas análises sobre o caso de Vila Anã, que como já relatamos, desenvolve-se em parceria com a ONG Saúde e Alegria um projeto de turismo de base comunitária. Neste momento, traremos apenas uma reflexão teórica, com base fundamental em Santos (2009; 2012a; 2012b; 2012c), e ainda de autores como Harvey (2013; 2005); Costa (2013); Castro (2009) e Mariano (2007) que nos ajudaram em nossa reflexão sobre o Estado, além de autores como Coutinho (2004); Monte (2002) e Landim (2002), que possibilitaram reflexões importantes sobre o Terceiro Setor, no caso mais específico sobre ONGs.

2.1 O papel do Estado na organização do espaço no período histórico atual

Mas qual o papel do Estado na atualidade, em um período que tem sido marcado pela presença e hegemonia do capital internacional nos Territórios nacionais? Dialogando com o Estado brasileiro, quais as características deste no período denominado por Santos (2009; 2012a; 2012b; 2012c) de técnico-científico e informacional, e qual o seu papel no uso do

território para e pelo o turismo no Brasil. São alguns dos questionamentos que buscaremos refletir a partir deste momento.

A discussão sobre o Estado não é recente, contudo na Geografia ganhou força principalmente nas discussões de Geografia Política, consolidadas com Ratzel no século XIX, o qual toma como referência principalmente a consolidação dos Estados na Europa, mais precisamente na Alemanha, que em situação mais peculiar, vivenciava disputas territoriais com a finalidade de estabelecer a unificação dos Estados germânicos (Castro, 2009). Ratzel ainda sofrera influências das teorias darwinista, através das ideias de seu mentor, o viajante e etnógrafo Moritz Wagner (SEEMANN, 2012). Tais referências levaram Ratzel a elaborar sua acepção de Estado como um organismo, elencando o solo, como elemento crucial para a formação de em Estado forte, conforme se observa a seguir:

(...) o Estado constitui-se como organismo ligado a uma fração determinada da superfície da terra, de modo que as suas propriedades se originam das do povo e do solo. (...). O Estado é um organismo não somente porque articula a vida do povo sobre a fixidez do solo, mas porque esta relação reforça-se por reciprocidade, ao ponto que formam não mais do que um único ser e que não se possa mais pensar em um sem o outro. (RATZEL, 1987, p. 61, tradução PFRIMER, 2011, p. 52).

Contudo, tal relação não é simples, pois repercute diretamente a relação do povo com o solo, relação que se da a partir de “motivações religiosas e nacionais, lembranças históricas, vontade de potência de um indivíduo” e são motivações como estas, que dão origem aos Estados, mais precisamente ao Estado-Nação, pois Ratzel acreditava que somente a partir da criação simbólica, do sentimento de pertencimento do povo com o solo, é que poderia haver o fortalecimento do Estado, no que se refere à Alemanha do século XIX, esta “só realizaria seu destino de potência para fazer frente a outras potencias europeias, através da consolidação duradoura da reunificação germânica (...). Mas, isto só seria possível com a adesão do *povo* a ideologia do nacionalismo” (Castro, 2009, p. 73-74, grifo do autor).

Conforme mencionam Costa (2013) e Castro (2009), Ratzel foi um dos clássicos da geografia política, assim como um dos expoentes na elaboração de uma densidade teórica sobre o Estado no âmbito da geografia, porem cabe lembrar Costa (2013, p. 257-261), quando se tenta formalizar uma teoria de Estado absoluto,

Não é produtivo o debate sobre o ‘caráter absoluto do Estado’, (...), pois esse modo de organização política só pode ser compreendido à luz das sociedades histórico-concretas, o que elimina a possibilidade de uma ideia universal a seu respeito. (...). Isto não significa, por outro lado, a impossibilidade total da teoria, mas apenas a necessidade de que o conhecimento da estrutura estatal deverá dar-se em

consonância com as determinações históricas. (...) Fica afastada assim, a possibilidade de uma ‘estrutura geral’ do Estado moderno, por mais que algumas de suas funções no interior da sociedade aparentemente se repitam de lugar para lugar e ao longo do tempo.

Para tanto, convém salientar, a importância de entendermos o Estado no período histórico atual, assim como as suas funções que como revela cada período histórico, são renovadas e /ou ampliadas, pois diferentemente do que afirmaram diversos autores, Santos (2009, p. 19) opõem-se a ideia de morte do Estado, uma vez que tem se presenciado “(...) é seu fortalecimento pra atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil”.

Sendo assim, o Estado não desapareceu, continua presente, assumindo no contexto da globalização novos contornos, que passam a legitimar um novo comportamento deste mediante os desafios impostos pelo período técnico-científico e informacional. Um dos elementos fundamentais nesse novo contexto que formaliza uma nova configuração do Estado é, sem dúvida, a “força” que este antes detinha, pois com a globalização a sua atuação enquanto ator hegemônico no processo de (...) passa a dar lugar a atuação de outros atores, mais precisamente passa a atuar de forma dialética com novos atores. A função do Estado é remodelada, passando a assumir novos papéis, tornando-o tão ou mais necessário para a expansão de territorialidades hegemônicas, que passaram a ganhar foco a partir da década de 1970 e que se consolidaram pós Guerra Fria, com a era do neoliberalismo.

Todavia, convém ressaltar que seria inócua refletir sobre o Estado sem relacioná-lo a um território, conforme mencionam Santos e Silveira (2008, p. 19) “é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território”. Desta forma, destacam Santos e Silveira (op cit):

impõem-se a noção de ‘espaço territorial’: um Estado, um espaço, mesmo que as nações sejam muitas. Esse espaço territorial está sujeito a transformações sucessivas, mas em qualquer momento os termos da equação permanecem os mesmos: uma ou mais nações, um Estado, um espaço.

Diante disso, podemos considerar que o papel do Estado tem-se reformulado e vem reformulando-se em cada período histórico, considerando, sobretudo a sua força de atuação, levando em consideração os fatores internos e externos ao território, assim como os atores hegemônicos em cada período. Desde o surgimento do Estado moderno, observou-se que

sempre há atores que buscam se beneficiar das ações do Estado, ou este atua literalmente em prol do fortalecimento de tais atores, contudo não há como tais ações não afetarem diretamente a organização do espaço, assim como os demais atores hegemônicos que ficam alheios a tais decisões, podemos ratificar isso, através de Castro (2009), ao tratar dos interesses dos atores que o Estado incorporou a partir do século XIX:

É inegável que as decisões desse universo afetam a organização do espaço e o cotidiano dos seus habitantes mesmo que a partir do final do século XX o poder regulador das instituições políticas localizadas no aparato estatal tenha que se incorporar os interesses a outras instituições supranacionais, como o FMI, a OMC, o Banco Mundial e o mercado financeiro. Da mesma forma, no século XIX os Estados incorporam os interesses da burguesia industrial e, no século XX, incorporam os interesses dos trabalhadores na constituição do Estado do Bem-Estar (CASTRO, 2009, p. 78).

Isso nos exige ainda, que façamos um esforço ao pensar o território para além do conceito cunhado por Ratzel, vinculado estritamente ao poder e atuação do Estado. É preciso doravante, considerá-lo a partir de seus objetos e suas ações, a história dos movimentos, movimentos da sociedade, é preciso pensa-lo a partir de sua apropriação e de seu uso, é necessário pensa-lo enquanto “sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2012, p.138). Dai, conforme já destacamos no início deste trabalho a escolha pela noção “uso do território” de Santos e Silveira (2008), que nos remete a entender “o espaço geográfico como sinônimo também de espaço banal”, nos estimulando a pensar o espaço enquanto um direito de todos, um espaço de todos os homens, de todas as instituições, de todas as empresas (SANTOS, 2012b).

Refletir sobre o papel do Estado neste âmbito, e no período histórico atual, é reconhecer que estamos diante de um novo comportamento do Estado, movido, sobretudo pela necessidade de expansão do modo de produção capitalista, que necessita sempre de novos espaços para consolidar-se. Mediante o exposto, convém ressaltar Harvey (2013, p. 79), o qual nos lembra, que (...) “a formação do Estado em associação com o surgimento da constitucionalidade burguesa tem sido, por conseguinte características cruciais da longa geografia histórica do capitalismo”.

Portanto, o período histórico atual, movido pela égide da globalização, o qual submete os Estados a desafios de inserção e superação das vicissitudes do mercado mundial, sendo o ditador das regras o sistema financeiro internacional, modifica consideravelmente o papel do Estado, o qual passa a funcionar em consonância com as políticas empresárias (SANTOS,

1998). Seguindo o mesmo pensamento, Herz (1999, apud, MARIANO, 2007, p. 127), diz que:

O Estado tradicional estaria dando lugar a uma nova forma ou lógica de Estado na qual as decisões políticas são permeadas e influenciadas por redes transnacionais intergovernamentais. Em consequência, o papel do Estado transforma-se: é crescentemente um instrumento de adaptação das políticas domésticas à realidade internacional e, portanto, de decisões tomadas em outras esferas de poder, sejam elas regionais, transnacionais ou internacionais.

Conquanto, aponta Harvey (2013, p. 79), “os capitalistas não requererem absolutamente esse arcabouço para funcionar, mas na ausência dele encontram maiores riscos”. Até porque, é por meio das ações Estatais que a atividade capitalista poderá encontrar as melhores condições para poder se instalar e se desenvolver em determinada porção do território. Sendo assim, revela Harvey (2013, p. 111):

[...] O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito.

Harvey (2013) revela, nessa passagem um importante elemento, que o papel do Estado está adequado para e principalmente os interesses dos capitalistas dominantes, melhor dizendo, Estados ou conjuntos de Estados, tomados como potências capitalistas.

Diante disso, principalmente a partir da década de 1980, assiste-se a uma considerável política de desestatização, a chamada era das privatizações, na qual as empresas públicas passaram a pertencer às iniciativas privadas, e até mesmo corporações internacionais; nutre-se o mercado internacional por meio de prerrogativas que lhes possibilitam cada vez mais a sua expansão, por meio de políticas estatais. Paralelo a isto, assiste-se, cada vez menos o Estado preocupado com a elaboração e implementação de políticas sociais, pois o recurso público passa a ser utilizado intensivamente para melhorias e ampliação de infraestruturas que possam servir ao capital, dotando o território (porções do território) de sistemas de engenharia, tornando-o assim mais fluido, contudo cada vez mais corporativo e fragmentado, estabelecendo, doravante um uso diferencial do território.

Esse uso diferencial do território se realiza, conforme Santos e Silveira (2008), na disputa pelos lugares luminosos e lugares opacos entre empresas com diferentes graus de modernidade capitalista ou organizacional. Nessa disputa, as empresas mais hegemônicas

reivindicam os lugares mais luminosos, em virtude principalmente de sua densidade técnica que dará melhores condições às atividades econômicas que serão desenvolvidas, além é claro, do lugar, onde encontrarão a mais-valia desejada, para que se obtenha mais lucro.

Apesar do papel de grande intermediário, entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade nacional, não se pode considerar o Estado como um intermediário passivo (SANTOS, 2012c), pois,

[...] ao acolher os feixes de influencias, ele os deforma, modificando sua importância, sua direção e, mesmo sua natureza. Isto significa que a reorganização de um subespaço sob a influência de forças externas depende sempre do papel que o Estado exerce (SANTOS, 2012c, p. 226).

Portanto, é necessário refletir em até que medida pode-se falar em Estado mínimo, em falência do Estado, em morte do Estado no período histórico atual. Tanto Harvey (2005; 2013) como Santos (2009; 2012a; 2012b; 2012c) nos mostram o papel marcante e decisivo do Estado na (re) produção do espaço, no fortalecimento do modo de produção vigente. Talvez se encontre aí um ponto elementar em nossa discussão, e nos convoque a refletir e a questionar, Estado mínimo, morte, falência do Estado em quê e para quem?

Presencia-se a cada dia deste período hodierno, que as ações do Estado voltam-se fundamentalmente para a organização do espaço para atender conforme já enfatizamos, aos interesses de uma lógica global, portanto, se por um lado as ações do Estado se dão de forma efetiva por outro lado, no que tange principalmente às suas funções sociais e políticas, observa-se um encolhimento de suas ações (SANTOS, 2009c). É possível, diante disso, afirmar que:

[...] o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social (...). Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante (SANTOS, 2009c, p.68).

Nesse sentido, podemos considerar Todesco (2010) ao tratar sobre o papel do Estado na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira, classificando sua atuação da seguinte forma: “Presença ausente do Estado” e “Ausência presente do Estado”, classificação esta que sinaliza bem a atuação do Estado no período histórico atual. O primeiro corresponde a presença do Estado em dada fração, através de planos, programas e projetos dentre outras ações, contudo ineficientes para proporcionar um resultado efetivo frente a demanda

almejada. O Segundo refere-se à modificação da atuação do Estado em dada fração do território, no qual passa a não mais implementar ações diretas sobre tal, porém passa a delegá-las a outros sujeitos, como no caso o terceiro setor, este que em diversos momentos será financiado pelo próprio Estado. É assim que o Estado vai se configurando como mínimo em território nacional, num primeiro momento mostrando sua ineficiência quanto a execução de suas ações, tornando-se presente, mas ausente, e por outro, delegando e financiando ações de outras instituições não públicas, como no caso instituições pertencentes ao terceiro setor, para realizar suas funções, mostrando-se ausente mas presente. É assim que vai se configurando as (in) ações do Estado no território nacional, principalmente o que se refere às questões sociais.

Restringindo suas funções políticas e sociais, o Estado amplia consideravelmente suas funções para o Mercado, mostrando políticas cada vez mais eficientes ao benefício deste, principalmente no que se refere à instalação ou requalificação de fixos e fluxos que darão suporte a sua ampliação e fortalecimento. Contudo, nem todo território interessa ao capital, em se tratando do Brasil, observa-se como o território é descontínuo em termos de densidade de objetos e ações. E isso é algo histórico, que configura continuamente um agravamento das diferenças territoriais, onde tais diferenças são assinaladas principalmente pelo uso do território pelo mercado e pelo Estado, os quais, num jogo dialético, serão determinantes para o uso de uma dada porção do território em determinado período, dotando-a de valor ou não, de acordo com interesses externos ao território.

Tratando-se do período atual, em que a evolução das técnicas a partir da ciência foram fundamentais para promover uma modernização do espaço, é importante destacar que:

[...] Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. [...] Alargam-se os contextos ao mesmo tempo em que as regiões perdem o comando sobre o que nelas acontece, contribuindo para uma verdadeira fragmentação territorial. As novas vocações regionais são amiúde produtoras de alienação, pela pressão da ordem global sobre as populações locais (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 106).

Diante disso, assim como porções do território são valorizadas num dado período histórico, por uma determinada atividade econômica, elas poderão deixar de vir a ser em outro. Sua valorização e/ou desvalorização dar-se-á de acordo com as leis do mercado, mas não nacional, e sim mundial, que ao impor uma lógica externa, desencadeia implicações territoriais e sociais, que se sobrepõem a lógica do lugar.

É desta forma que o turismo, enquanto atividade econômica foi sendo incorporado ao território brasileiro; se consideramos a sua ocorrência de forma efetiva, podemos considerar

apenas frações do território, já que tanto o Estado quanto o mercado selecionam apenas frações do território brasileiro para o investimento em tal setor.

Diante disso, cria-se uma racionalidade para o desenvolvimento do turismo no Brasil, em que prevalece o imperativo do mercado, principalmente quando se estimula a construção de destinos turísticos como simulacros, visando simplesmente atender um mercado consumidor, desvirtuando o cotidiano e transformando a imagem do lugar.

2.2. O uso do território para o turismo

Entender como se dinamiza o espaço, a partir do uso do território para o turismo, no território da comunidade ribeirinha de Anã, é um dos principais objetivos deste trabalho, para tanto iniciaremos nossas discussões discorrendo sobre a categoria *território usado*, este que também é sinônimo de espaço geográfico (SANTOS 1994; 1996; SANTOS & SILVEIRA, 2008).

Apresenta-se uma discussão em torno desta categoria, buscando situa-la em nossa pesquisa, pois levando em conta o espaço geográfico como sinônimo também de espaço banal, que nos estimula a pensar o espaço enquanto um direito de todos, um espaço de todos os homens, de todas as instituições, de todas as empresas (SANTOS, 2012b), compreendendo o território não simplesmente como materialidade, mas como uma relação da sociedade e espaço, “o qual tem em vista seu uso histórico particularizado necessita redefinições periódicas” (MORAES, 2013 p.112).

Se antes o território era tido como algo estritamente vinculado ao poder estatal, Santos (2012b) nos propõe uma nova forma de repensar o território, levando em conta o uso deste; desta forma, não é o território em si que nos interessa, mas sim o território usado como afirma Santos.

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 2012b p.137)

A noção de território herdada da Modernidade nos revela um conceito que já não mais se adequa à realidade atual, uma vez que se tinha o território somente como a base tangível do Estado-Nação, e o que importava neste era o poder do Estado, que se dava principalmente pela sua dimensão territorial.

Contudo, na atualidade, faz-se necessário adequá-lo, levando em conta a dinâmica sócio-espacial, com suas novas formas, novos usos, ações do passado com ações do presente. Para tanto, não cabe entendê-lo a partir de seu conceito puro, mas como um conceito híbrido, o qual se configura como “sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1994, p. 16). Refletir a partir do uso que se deu e tem se dado ao território, é reconhecer conforme ressalta Silveira (2011, p.154).

uma dialética entre os homens no território; é o território no processo de ser usado. Tratar-se-ia de uma obra de permanente reconstrução do território já utilizado pelas gerações precedentes, por meio das diversas instâncias da produção, isto é, de sistemas de objetos e normas presentificados pelas desiguais ações contemporâneas.

Para tanto, ao adotarmos a noção de uso do território como categoria de análise, nos debruçamos sobre uma teoria maior, a teoria de espaço de Milton Santos, o qual nos propõe o espaço como uma instância social. Para Santos (2009a, p. 63) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Isso nos permite dizer, que é e há na verdade uma dialética constante entre sociedade e espaço, uma vez que um se realiza no outro, assim como o espaço está contido e se realiza na sociedade, o mesmo pode se falar da sociedade, que está contida e se realiza como real-concreto somente pelo espaço.

Partindo desse pressuposto, será necessário realizarmos uma reconstituição histórico-geográfica de Anã, para justamente conhecermos os usos anteriores do território, antes da inserção do turismo. Essa reconstituição também nos permitirá entender a relação do turismo com os demais usos do território na comunidade.

Conforme menciona Santos (2012a, p.15) tem-se assistido no Brasil, “um notável progresso material tendo como base a aceitação extrema de uma racionalidade econômica exercida pelas firmas mais poderosas, estrangeiras ou nacionais, e o uso extremo e do poder do Estado na criação de condições gerais de produção propícia à forma de crescimento adotada”. Isso se dá em detrimento dos demais agentes, no caso, o “cidadão” brasileiro, que como um agente hegemônico pelos agentes hegemônicos, como empresas nacionais e

multinacionais e o próprio Estado, se vê cada vez mais subordinado à lógica do mercado global, que de um cidadão imperfeito, torna-o um consumidor mais-que-perfeito. (SANTOS, 2012a).

Nesse contexto, cabe ressaltar que o turismo contemporâneo desenvolveu-se sob o viés de uma política econômica mundial alicerçada no interesse de agentes hegemônicos, neste caso grandes empresas nacionais e internacionais, que passam a utilizar o território de forma corporativa, que passam a organizar o espaço para o consumo turístico. Sendo assim, podemos considerar que o desejo na prática turística, advém justamente de “uma produção e de um consumo de massa” (BOYER, p. 15).

No que tange ao uso do território pelo turismo no Brasil, observa-se que a atividade turística tem se concentrado no domínio dos agentes hegemônicos, como o Estado e o Mercado, que através de suas ações políticas tem estimulado cada vez mais a instalação de fixos e fluxos que permitam a fluidez do território para o desenvolvimento da atividade. No caso da Amazônia, especificamente, observa-se que as ONGs têm desempenhado essa hegemonia mais que agentes de mercado em diversos lugares, corroborando nesse sentido uma peculiaridade dos agentes hegemônicos predominantes no território amazônico, que passam a desempenhar em certa medida o papel do Estado.

Cruz (2007, p.12) diz que “o turismo, tal como outras atividades, introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade”. Vale lembrar ainda dos objetos já existentes no espaço, que poderão ser absorvidos pelo e para o turismo, ganhando assim um novo significado, que sem dúvida atenderá uma nova demanda de uso, a demanda de uso turístico (CRUZ, 2007). Sendo assim, deve se levar em conta os fixos e fluxos pré-existentes e que passam a existir no território como estratégia de desenvolvimento da prática turística.

Segundo Santos e Silveira (2008, p.247) “os fixos são geralmente constituintes de ordem pública ou social enquanto os fluxos são formados por elementos públicos e privados, em proporções que variam segundo os países, na medida em que estes são mais ou menos abertos a teses privatistas.” Tais autores ainda enfatizam que há a produção de um espaço corporativo, para não falar da privatização do território, conforme desatamos a seguir:

A medida que o território brasileiro se torna fluido, as atividades econômicas modernas se difundem e uma cooperação entre as empresas se impõe, produzindo-se topologias de empresas de geometria variável, que cobrem vastas porções do território, unindo pontos distantes sob uma mesma lógica particularista. Os sistemas de engenharia que permitem esse relacionamento constituem recursos públicos, cujo

uso privatista autoriza dizer que um novo processo ganha corpo – o da privatização do território. (SANTOS e SILVEIRA, 2008 p. 291).

Considerado por Santos um par dialético, Estado e Mercado, não se pode negar o grande auxílio dado pelo Estado ao Mercado, assim como não se pode deixar de mencionar a grande influência que o Mercado tem sobre o primeiro. Observa-se diante disso, que o Estado tem se fortalecido justamente “para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil” (SANTOS, 2009c).

Sendo assim, podemos dizer que o Estado organiza o território para a economia, e não para a sociedade, esta última tratada como um mero objeto, estimulada cada vez mais ao consumo de produtos e serviços (SANTOS, 2009c).

Isso sem dúvida contribui não somente para as disparidades sócio-espaciais locais, como também para as regionais, uma vez que o uso do território pelo turismo, ou melhor, pelos agentes hegemônicos do turismo não se dá de forma igualitária em território nacional. Há, como ressalta Cruz (2009), um desenvolvimento desigual da atividade turística, pois enquanto há porções do território que interessam ao capital, há outras que são negligenciadas. Cruz (2005, p. 39) ainda menciona que “os territórios usados pelo turismo são, também, paradoxalmente negligenciados, pois o que é usado é o seu potencial passível de exploração pelo turismo e negligenciada, simultaneamente, a sua condição primeira de lugar da reprodução da vida”.

Além de demandar a instalação de fixos e fluxos que possibilitarão a sua fluidez, tornando o território mais denso de técnicas adequadas ao fazer turístico, este ainda “utiliza a própria extensão do lugar e vivencia as práticas realizadas no cotidiano” (CRUZ, 2012). Há nesse sentido uma invasão do lugar, do cotidiano das pessoas por grandes empresas, estas que passam a apropriar-se de forma violenta dos espaços de lazer, de cultura, impondo condicionamentos a população, o que antes era público, hoje torna-se privado, e os direitos que seriam garantidos de forma gratuita a população podem receber um preço. Ocorre o que se pode chamar de uma mutação do cotidiano, que passa a ser erigido pela lógica do mercado.

No caso mais específico da comunidade ribeirinha de Anã, observa-se que não são grandes empresas que fazem uso do seu território para a prática turística, mas constata-se a presença de uma ONG que os direcionou ao uso turístico do território. Assim, torna-se importante conhecer e refletir sobre a lógica que passa a ser inserida na comunidade com o turismo, e em que medida este tem se apropriado e modificado o cotidiano da comunidade.

Pensar, planejar e gerir o turismo sob esta ótica é permitir que as populações locais, ou melhor, os agentes não hegemônicos possam inserir-se como cidadãos ativos e participativos, principalmente na formulação de políticas públicas voltadas à atividade, vislumbrando assim a satisfação de todos, repercutindo no fomento de uma atividade mais inclusiva e durável.

Como já ressaltado, assim como nem todos os lugares são escolhidos para receberem infraestruturas, ou melhor, um sistema de objetos e ações, adequado ao fazer turístico, nem todas as pessoas, ou a grande maioria, não possuem condições necessárias para usufruírem do turismo, e ainda tem a população residente dos lugares turísticos, sem dúvida as mais afetadas com a forma como tem se dado a espacialização do turismo.

Cruz (2005) resalta que o turismo, diferentemente do que se prega como uma mola propulsora de desenvolvimento, panaceia, é eminentemente uma atividade carregada de perversidade, e elenca os seguintes pontos:

1. Somente faz turismo quem tem condições para isto; assim sendo, o turismo expressa didaticamente as diferenças sociais entre indivíduos e grupos de indivíduos;
2. Se o capital é essencialmente seletivo do ponto de vista espacial, o capital atrelado ao setor turismo o é de forma ainda mais evidente, já que é o espaço o seu principal objeto de consumo;
3. O turismo elege para o seu acontecer, porções de espaço cujas vantagens comparativas são maiores frente a outras possibilidades espaciais. Não por acaso, o turismo se apropria de praias e muitas vezes as privatiza; se apropria dos espaços nobres das cidades, impondo-lhes sua lógica de organização espacial; se apropria de áreas protegidas e não protegidas de natureza preservada e instala a exploração de mercado desses recursos naturais e assim por diante (CRUZ, 2005, p. 38).

Com isso fica evidente que o turismo além de apropriar-se de certas porções do território, elegendo-as como centrais para a centralização de capital que propiciem o seu desenvolvimento, exclui grande parcela da população mundial, seja pela falta de participação desta no processo de planejamento, monitoramento e execução da atividade, seja no simples ato de consumir o turismo em si.

Diante disso, caberia resgatar o cidadão brasileiro como agente ativo nesse processo, mediante a instauração de um modelo cívico, “este que se forma, entre outros de dois componentes cívicos essenciais, a cultura e o território” (SANTOS, 2012a, p.17). Sendo assim:

[...] deve-se falar de um modelo cívico-territorial, a organização e gestão dos espaços sendo instrumentais a uma política efetivamente redistributiva, isto é, tendente a atribuição de justiça social para a totalidade da população, não importa onde esteja cada social para a totalidade da população, não importa onde esteja cada

indivíduo . (...) A plena realização do homem (...) deve resultar de um quadro material e imaterial, que inclua a economia e a cultura. Ambos têm que ver com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo se considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade (SANTOS, 2012a, p. 18).

Na atual sociedade, inserida no período técnico-científico-informacional, tem-se assistido, com frequência, a violação dos direitos do cidadão, em se tratando do turismo isso não poderia ser diferente, pois tido como uma atividade econômica que mais se beneficiou e expandiu-se a partir deste período, é movida justamente por uma lógica do mercado, que além de se apropriar dos fixos preexistentes no território, ainda tem a capacidade produzir novos fixos e fluxos que influem diretamente na dinâmica do lugar, irrompendo de forma perversa o modo de vida de populações que ainda se mantém alheias aos objetos da modernidade.

Mesmo o Estado e o Mercado sendo os agentes hegemônicos do processo dinâmico do turismo, devemos considerar a existência de contra-movimentos (CRUZ, 2009), os quais buscam o desenvolvimento do turismo sob outra perspectiva, que considera princípios que possibilitem o desenvolvimento local, contemplando ainda o desenvolvimento social, que repercute na reprodução da própria vida.

Os contra-movimentos surgem em decorrência justamente da forma avassaladora como o mercado tem se apropriado e consumido o espaço, considerado muitas vezes com uma forma de resistência as imposições postas pela globalização, diante disso, firma-se o que Santos (2009c) denomina de território esquizofrênico.

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contraordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. Crescentemente reunidas em cidades cada vez mais numerosas e maiores, e experimentando a situação de vizinhança (que, segundo Sartre, é reveladora), essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo. Assim, junto à busca da sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos. Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa (SANTOS, 2009c, p. 55).

É possível com isso criarmos possibilidades de uma nova forma de pensar o turismo, baseado não nos princípios de uma economia de mercado que estimula cada vez mais o consumo e a alienação, tão pouco que se atenha em “mãos” dos agentes hegemônicos, mas que sejam princípios que possam fortalecer e restaurar o que Santos (2012a) denomina de

cultura popular, esta que “[...] tem suas raízes na terra em que se vive, simboliza o homem em seu entorno, a vontade enfrentar o futuro sem romper a continuidade. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se tecem entre o homem e o seu meio” (SANTOS, 2012a, p.86).

De acordo com Cruz (2009) esses contra-movimentos, geralmente são formados por associações ou Organizações Não-Governamentais, os quais assumem o comando sobre o processo, neste caso, toma-se como referência o turismo, no qual se tem assistido uma expansão em cenário global até mesmo nacional de experiências turísticas que caminham na contramão do turismo que visa atender os interesses do Mercado. Contudo, não se pode desconsiderar o papel que organizações não governamentais assumem em porções do território Amazônico, que as caracteriza em certa medida como agentes hegemônicos.

Dá a importância de considerarmos nesse processo e conhecermos o papel dos demais agentes que não se inserem no processo hegemônico do turismo, mas que dentro de uma contra-racionalidade hegemônica, buscam mecanismos que os fortaleça em seu território, diante das forças hegemônicas do turismo.

Há que se considerar, que a maior parte do turismo que se faz no mundo se dá em espaços previamente ocupados, ou seja, em lugares em que populações historicamente se estabeleceram e nos quais vivem suas vidas cotidianas. (...) O turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma ‘tábula rasa’, sobre espaços vazios e sem donos.

Portanto, não são apenas Estado, mercado, e turistas que produzem os espaços relativos aos fazeres turísticos, mas também as sociedades que vivem nesses lugares, parte delas transformada, por força de novas contingências, em empreendedores turísticos ou, mesmo em muitos casos como contra-racionalidades às determinações hegemônicas. A produção do espaço envolve seu uso e apropriação e, neste caso, o conflito termina por ser imanente ao processo (CRUZ, 2009 p. 98).

Partindo desse pressuposto, acreditamos que para o fomento do turismo, assim como as demais atividades econômicas pensadas como mecanismos de desenvolvimento para o território, faz-se necessário levar em conta os níveis territoriais que, segundo Santos (2012a), corresponde aos níveis de escalas geográficas que se tornam fundamentais para se traçar um “planejamento estratégico, em que as realidades locais sejam um ponto de partida para o raciocínio dos planejadores [...]” (SANTOS, 2012a, p. 146). A partir da definição de cada nível territorial se definiria serviços e escalas de ações que corresponderiam, sobretudo aos interesses de cada nível, assim sendo, “não teríamos apenas o lugar de ações desconstruídas e, por isso mesmo, estruturalmente ineficaz”, mas teríamos sem dúvida, o caminho para o

“alcance da cidadania como instituição” (SANTOS, 2012a, p. 146-148). Diante disso, é que seria possível vislumbrarmos o turismo como uma perspectiva de desenvolvimento local.

Conforme menciona Santos (2012a), a forma atual como tais ações tem se dado nas sub-regiões, não leva em conta as particularidades da mesma, bem como se manifesta no território de forma pontual, que ao invés de promover o fortalecimento das forças locais, desarticula-as, facilitando assim o predomínio do grande capital.

(...) Hoje, cada sub-região oferece uma copiosa combinação de variáveis, cuja escala de ação nem sempre corresponde à do lugar. São essas mesmas variáveis que o definem e redefinem, de forma às vezes brutalmente diversa das áreas vizinhas. A mudança dessas variáveis, e do seu tecido socioeconômico, às vezes se dá rapidamente alterando gravemente os equilíbrios locais. Essa realidade não é a única, mas se reproduz em todos os estados da Federação. E exatamente naqueles em que a economia permaneceu tradicional é que o choque entre modernidade e arcaísmo se dá com maior força e com efeitos mais duros (SANTOS, 2012a, p. 147).

É nesse sentido, que Santos (2012a) ressalta a importância de “*dar voz*” as populações tradicionais locais, dando as mesmas o direito à palavra, revelando-as não como uma mera parcela vida da nação ou de um Estado, mas, sobretudo como um membro vivo e ativo, dotado de um conhecimento regional, revelador de sua própria essência enquanto cidadão, de um conhecimento que corresponde a sua própria existência enquanto ser no mundo, conquanto “não dispõe de um recurso institucional para que a sua voz seja ouvida” (SANTOS, 2012a, p. 147).

Enquanto não se pensa turismo, tomando como base a identificação desses níveis territoriais, como cruciais para a determinação de ações condizentes com a realidade de cada porção do território, torna-se imprescindível refletirmos sobre esses contra-movimentos que têm levado a se pensar o turismo como uma contra-racionalidade hegemônica, que no caso deste estudo, trata-se do turismo de base comunitária; mas seria esta de fato uma experiência localizada na contramão de uma racionalidade hegemônica? É uma resposta que também temos a pretensão de responder.

2.2.1. Políticas Nacionais de Turismo no Brasil: uma breve abordagem histórica

Entender como se tem dado o uso do território para o turismo no Brasil requer uma revisitação às políticas públicas de turismo. Nesse sentido, percorremos o mesmo caminho seguido por Cruz (2005), o qual toma como recorte temporal para suas análises a década de 90 até o ano de 2003, ano de criação do Ministério do Turismo, este último, como aponta a autora, o ponto culminante do turismo em cenário nacional. Tomamos como referências em nossas análises os planos nacionais de turismo, no período de 2003/2007 e 2007/2010.

Vale destacar que, anteriormente à década 90, a política de turismo no Brasil foi marcada por um longo período de decretos, os quais deram início à intervenção do Estado no setor, assim como à sustentação do turismo nacional. Porém, somente a partir da década de 1990, o governo cria um documento que dá ênfase ao fomento do turismo em território nacional, intitulado “Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas – 1996/1999”, este que traçava diretrizes e estratégias para a condução do turismo no Brasil, mesmo com este importante documento, a atividade ainda permanecera de forma inibida no cenário brasileiro.

Nesse mesma década, a EMBRATUR recebe o título de Instituto Brasileiro de Turismo, competindo à mesma implementar a Política Nacional do Turismo, que deveria contemplar ações que vislumbrassem a democratização do acesso ao turismo nacional; redução das disparidades econômicas regionais mediante a oferta de emprego e melhor distribuição da renda; e o aumento dos fluxos turísticos, da taxa de permanência e do gasto médio do turista estrangeiro no país (BURSZTYN, 2005; CRUZ, 2005).

De acordo com Ferraz (1992, apud CRUZ, 2005), essa é a década na qual o Estado passa a intervir nos setores econômicos, dentre os quais o turismo, por meio de três modalidades, as quais sejam: participação, indução e controle. Contudo, Cruz (2005) aponta que apesar da intervenção do Estado no turismo por tais modalidades, a que mais se fortaleceu, foi a do Estado intervindo de modo indutor, esta que se dá de forma consolidada nos dias atuais.

Grandes programas de governo gestados nos anos 90, como é o caso do PRODETUR-NE¹⁵, das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, do PNMT¹⁶ e do PROECOTUR¹⁷, são expressões materiais do crescente papel indutor

¹⁵ Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.

¹⁶ Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

¹⁷ Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal.

do Estado brasileiro no setor turismo. Somam-se a esses documentos, a Política Nacional de Turismo 1996-99, do governo Fernando Henrique Cardoso, e, já nesta década, o Plano Nacional de Turismo 2003-2007, do atual governo (CRUZ, 2005, p. 30).

Tais programas federais retrataram um novo quadro do turismo em território nacional. O PNMT consolida a descentralização do turismo, contemplando a escala local, no que tange a uma participação mais efetiva na prática turística, desta forma, o programa deveria muni-los de “condições técnicas e organizacionais para promover o desenvolvimento da atividade turística (...) de forma que esses pudessem elaborar seus próprios planos de desenvolvimento turístico” (ENDRES, 2008, p. 84).

Tanto o PRODETUR-NE quanto o PROECOTUR foram programas destinados à criação de infraestruturas que pudessem facilitar o desenvolvimento do turismo no território brasileiro, equivalendo assim à instalação de fixos e fluxos, bem como a modernização de velhos sistemas de engenharias (CRUZ, 2005). Enquanto o PRODETUR-NE se dirigia para o desenvolvimento do turismo na região nordeste do país, o PROECOTUR destinou-se ao desenvolvimento do turismo na Amazônia Legal.

Conforme ressalta Cruz (2005, p. 33) “o PRODETUR-NE transformou o litoral nordestino em um extenso ‘canteiro de obras’, como resposta às demandas de um almejado turismo massivo e internacionalizado.” Esse programa, como ressalta Bursztyrn (2005) foi uma das poucas ações concretas do Estado em relação ao turismo, e revela o interesse de uma elite política nordestina, que com o apoio do Governo Federal, conseguiu obter recursos do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - para financiá-lo.

Atualmente, o PRODETUR-NE teve encerrada sua segunda fase, que correspondeu ao fomento de ações de fortalecimento do turismo nos âmbitos municipal e estadual, visando a promoção da atividade de forma sustentável, que venha repercutir diretamente na melhoria da qualidade de vida da população residente nos polos turísticos situados nos Estados participantes do Programa (BANCO DO NORDESTE, 2001).

O PROECOTUR, programa originalmente criado sob a competência do Ministério do Meio Ambiente, previa o desenvolvimento de um tipo de turismo ligado mais à natureza, levando em consideração a “vocação para o ecoturismo” que os estados da Amazônia Legal supostamente apresentam. Diante disso, o programa tinha por objetivo viabilizar o fomento do ecoturismo, estabelecendo a base de investimentos públicos necessários para a atração de investidores privados, sendo um dos instrumentos para a promoção do desenvolvimento sustentável da região (BRASIL, 1999).

Assim como o PRODETUR-NE, também foi financiado pelo BID, e estava dividido em duas fases. A primeira, que corresponderia a uma fase de pré-investimentos, na qual se fez um diagnóstico das ofertas turísticas a serem desenvolvidas, e, em a segunda fase que seria de investimentos; nesta, os programas de intervenções econômico-espaciais seriam efetivamente executados, garantidos, sobretudo, na criação dos polos de ecoturismo da região (SERRA, 2007). Vale ressaltar que a primeira fase, que deveria ter a duração de dois anos, estendeu-se por mais 8 anos, executando-se entre os anos de 2000 a 2010.

De acordo com Todesco (2013), este programa parece ter sido “esquecido” pelo próprio Estado, apesar de o Ministério do Turismo confirmar a inserção deste em outro programa a nível federal, no caso o PRODETUR nacional. Ainda assim a autora aponta que “o Proecotur foi descartado na agenda política do referido ministério” (TODESCO, 2013, p. 206).

Em relação ao PRODETUR-NE e ao Proecotur, Todesco (2013) traça as seguintes considerações:

Enquanto PRODETUR-NE convergiu para os interesses dos agentes hegemônicos ao investir milhões de dólares em extensas rodovias, projetos de urbanização de praias, construção e ampliação de aeroportos, visando um aumento exponencial dos fluxos turísticos, o Proecotur pelo seu perfil, agregou os agentes da burocracia político-administrativo do Ministério do Meio Ambiente e dos órgãos oficiais de turismo, os quais atualmente, em sua maioria, já nem se encontram nesses órgãos (TODESCO, 2013, p. 203).

Passando para outro momento do turismo, na escala nacional, destaca-se a criação do Ministério de Turismo no ano de 2003. Diante disso, pode-se dizer que o turismo no Brasil ganha um novo lugar na esfera governamental, representando, sem dúvida, um grande momento do turismo no país, pois deixa de ser relegado e passa a ser priorizado no plano das políticas públicas. Assim sendo, o turismo passa a ser concebido pelo Ministério do Turismo como um mecanismo para o alcance do desenvolvimento sustentável do país, em que são medidos não somente o peso que o mesmo tem na balança comercial, mas a qualidade de vida da população, mitigando as disparidades sociais, bem como os impactos negativos gerados às localidades turísticas (BRASIL, 2003).

A partir disso, seria competência do Ministério do Turismo: a política nacional de desenvolvimento do turismo; a promoção e divulgação do turismo nacional, no país e no exterior; o estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; e o

planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo. (BRASIL, 2003).

Em abril do mesmo ano de criação do Ministério do Turismo, é lançado o Plano Nacional de Turismo, que permearia os anos de 2003 a 2007, consolidando assim o referente órgão. Este plano apresentou vários objetivos, subdividindo-os em gerais e específicos, conforme se pode visualizar no Quadro 2.1:

Quadro 2.1. Objetivos Gerais e Específicos do Plano Nacional do Turismo 2003-2007.

<i>Objetivos Gerais</i>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossa diversidade regionais, culturais e naturais. ✓ Estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional.
<i>Objetivos Específicos</i>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dar qualidade ao produto turístico. ✓ Diversificar a oferta turística. ✓ Estruturar os destinos turísticos. ✓ Ampliar e qualificar o mercado de trabalho. ✓ Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional. ✓ Ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional. ✓ Aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

Fonte: BRASIL, 2003.

Diante disso, podemos considerar que o turismo é concebido pelo Estado como um instrumento capaz de transformar as diversas porções do território nacional, eleitas como turísticas, em meros produtos disponibilizados ao consumo. Transforma-se assim o espaço em uma verdadeira mercadoria como ressalta Cruz (2005).

No ano de 2007, o Ministério do Turismo lança um novo Plano Nacional do Turismo, que abrangeria ações e programas para o período 2007-2010. Tal plano, assim como o anterior, apresenta vários objetivos, no entanto, destaca o turismo, como uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio¹⁸, particularmente

¹⁸ Trata-se de um compromisso firmado no ano de 2000, e reafirmado em 2010 por 189 nações, dentre as quais o Brasil, com a finalidade de combater a extrema pobreza e outros males da sociedade. Tal compromisso, resultou na elaboração de 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que deverão ser alcançados até 2015, os quais sejam: redução da pobreza; atingir o ensino básico universal; igualdade entre os sexos; reduzir a

com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento (BRASIL, 2007). Vale nesse sentido, frisar seus objetivos (quadro 2.2), que assim como no Plano anterior subdividiram-se em gerais e específicos.

Quadro 2.2. Objetivos Gerais e Específicos no Plano Nacional do Turismo 2007-2010.

<i>Objetivos Gerais</i>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais. ✓ Promover o turismo com um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros. ✓ Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o País.
<i>Objetivos específicos</i>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a continuidade e o fortalecimento da Política Nacional do Turismo e da gestão descentralizada. ✓ Estruturar os destinos, diversificar a oferta e dar qualidade ao produto turístico brasileiro. ✓ Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado nacional e internacional e proporcionar condições favoráveis ao investimento e à expansão da iniciativa privada. ✓ Apoiar a recuperação e a adequação da infraestrutura e dos equipamentos nos destinos turísticos, garantindo a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. ✓ Ampliar e qualificar o mercado de trabalho nas diversas atividades que integram a cadeia produtiva do turismo. ✓ Promover a ampliação e a diversificação do consumo do produto turístico no mercado nacional e no mercado internacional, incentivando o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista. ✓ Consolidar um sistema de informações turísticas que possibilite monitorar os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade, facilitando a tomada de decisões no setor e promovendo a utilização da tecnologia da informação como indutora de competitividade. ✓ Desenvolver e implementar estratégias relacionadas à logística de transportes articulados, que viabilizem a integração de regiões e destinos turísticos e promovam a conexão soberana do País com o mundo.

Fonte: BRASIL, 2007.

Conforme podemos perceber nos objetivos expostos tanto no Plano Nacional de Turismo 2003/2007, quanto dos anos 2007/2010, não há qualquer menção à prática de turismo de base comunitária, assim como observamos que tais objetivos se voltam principalmente para o turismo enquanto instrumento de desenvolvimento econômico, propagando com este discurso o turismo como uma panaceia.

mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. (PNUD, 2000).

Tais planos nacionais de turismo, 2003-2007/ 2007-2010 congregam objetivos que também tratam porções do território nacional somente como produtos, os quais serão disponibilizados ao consumo. Em relação ao primeiro plano, observa-se a inserção da questão inclusão social; contudo, inclusão social¹⁹ no sentido de inserir o turismo como mais um objeto de consumo da população brasileira, tendo em vista que o turismo deve inicialmente gerar renda a esta população, para em seguida ser consumido por esta, como se inclusão social se restringisse ao simples fato de uma dada população ter acesso ao ato de consumir.

Diante de tudo isso, tanto as políticas públicas pensadas na década de 90 para o turismo, em que se consolidaram principalmente com os programas PNMT, PRODETUR-NE e PROECUTOR, quanto a criação do ministério do turismo com seus respectivos planos nacionais de turismo 2003-2007/ 2007-2010, que se pensou o turismo como instrumento possível de induzir o desenvolvimento social e econômico do país, mitigando as disparidades sociais e econômicas, pode se observar, contudo, que mais uma vez o Estado corrobora a lógica do mercado global, transformando o território em mercadoria e incitando a formação de consumidores mais que perfeitos.

Parece, portanto, haver um paradoxo a ser considerado nesta reflexão. Apesar do potencial do turismo enquanto alternativa para a redução das desigualdades sociais e combate à pobreza, o enfoque de planejamento para o setor, prioritariamente centrado na perspectiva de desenvolvimento econômico, está ainda ancorado em uma lógica de mercado, que prioriza o lucro e o rápido retorno dos investimentos. Como resultado, o turismo tem sido também, frequentemente, um veículo significativo de impactos negativos sobre os destinos nos quais se desenvolve, contribuindo para o agravamento do processo de exclusão social (SANCHO e IRVING, 2011, p. 45).

Quando se leva em consideração o discurso oficial do Ministério do Turismo, que concebe o turismo como uma ferramenta capaz de erradicar a pobreza e a fome, e garantir a sustentabilidade ambiental, mas que, no entanto, se atém estritamente aos interesses do Mercado global, “valorizando o espaço, tornando-o mais atrativo ao capital privado” (CRUZ, 2006, p. 344), é que se constata a contradição do Estado.

Além do mais, planejar o turismo em um território de dimensão continental como o Brasil, que congrega dentre outros pontos, problemas sócio-espaciais de natureza histórica, que independem do turismo para serem sanados. Como ressalta Cruz (2009, p. 41), “é preciso

¹⁹ Nosso entendimento de inclusão social está centrado em Sancho e Irving (2011, p. 47), os quais discorrem que “a promoção de inclusão social tenderia a estar ligada à formação de uma consciência crítica e cidadã, que contemple aspectos relacionados à educação, à ética, à solidariedade, à responsabilidade compartilhada nas ações empreendidas, com reflexos diretos no compromisso com os direitos e interesses coletivos, de forma que o cidadão assuma um papel central e decisivo no processo político, em articulação com o poder público”.

superar o mito do desenvolvimento viabilizado pelo turismo”; a ideia de concebê-lo como instrumento de desenvolvimento, como “salvador da pátria”, é algo inadmissível. Para tanto, deve-se planejar a atividade levando em conta seu caráter multifacetado, “capaz de mobilizar dezenas de setores produtivos, de movimentar contingentes de pessoas pelos territórios, de transformar os lugares” (SANSOLO e CRUZ, 2003, p. 2).

Diante disso, pode-se considerar que o uso do território para o turismo no Brasil tem se dado ao longo do tempo de forma corporativa e competitiva, impondo uma nova lógica aos lugares, que passa a ser regida sobre a lógica do mercado global.

2.2.2. O uso do território para o turismo na Amazônia Paraense

Para entendermos como se tem dado o uso do território na Amazônia, mais precisamente no estado do Pará, percorrer-se-á o mesmo trajeto tomado anteriormente, apresentando como recorte temporal, a década de 90, levando em consideração os desdobramentos das políticas públicas de turismo a nível federal no território paraense.

Na década de 90, período de efervescência do turismo em território nacional, o estado do Pará também passa a incorporar o turismo como uma promessa de instrumento de desenvolvimento econômico do estado, mitigador das disparidades sociais. Com base na política de turismo federal, que vigorava no período, o estado paraense começou a buscar estratégias, através de políticas e programas, que culminassem na formatação e consolidação do produto turístico paraense, com capacidade de competir no mercado nacional e também internacional.

Vale considerar nesse sentido a criação dos Polos Turísticos no final da década de 90, como uma estratégia de planejamento do turismo em território paraense. Nesse primeiro momento foram identificados e apresentados através do Projeto Beija-Flor²⁰ 4 (quatro) polos turísticos, quais sejam: Belém/Costa Atlântica (correspondente a Região Metropolitana de Belém e a região litorânea paraense); Araguaia/Tocantins (que incluía a região sul e sudeste do estado); Tapajós (abrange o oeste paraense e baixo amazonas) e Marajó (composto pelo Arquipélago do Marajó).

²⁰ Projeto voltado para o incentivo à atividade turística no Estado do Pará.

A eleição desses 04 (quatro) Polos Turísticos (Atrativos), como reconheceu o governo do Estado, foi feita com base, no potencial indutivo de cada Polo. Porém, tomando-se como referência características comuns a todas eles, citados como exemplo a capacidade de recepção regular de turistas, a facilidade de acesso, o potencial de crescimento a médio e longo prazo. Tais polos integraram o Programa Básico de Investimento para Dinamização do Turismo no Pará, que os contemplaria com um conjunto de ações de curto prazo, relativas a vertentes integradas de intervenções de infraestrutura básica, capacitação profissional e gerencial, promocional. A partir disso, tais polos passariam a receber investimentos, visando justamente a consolidação da atividade turística no Estado, considerando-a como prioridade aos benefícios fiscais e financeiros, os quais seriam concedidos pela Lei Estadual nº 5.943²¹, de 02.02.96 (PARÁ, 1998).

Compreendendo o potencial e a importância dessa atividade na diversificação da base produtiva e, conseqüentemente, na geração de empregos e na internalização de renda, o Governo do Pará, elegeu com prioridade a intervenção no turismo, como estratégia de conciliar um conjunto de ações de curto prazo (PARÁ, 1998, p. 2).

Apesar dos investimentos, ações, programas e projetos do governo nesse período, Castro (2010) aponta que as políticas de turismo do Estado do Pará ganharam maior relevância e visibilidade (pelo menos nos discursos, como apontado pelo autor), no segundo mandato do governador Almir Gabriel (1999-2002), que passou a conceber o turismo como uma possibilidade real de desenvolvimento do Estado, compondo o tripé de sustentabilidade da economia paraense.

A consolidação desta nova fase do turismo no estado do Pará se dá no ano de 2001, com o lançamento do Plano de Desenvolvimento do Estado do Pará - PDT-PA - este que além de diagnosticar a situação atual do turismo no estado, suas carências e oportunidades, estabeleceu metas e ações para o incremento da atividade em regiões paraenses. Desta forma, ao invés de 4 (quatro) polos, as ações do PDT – PA, estariam voltadas para 6 (seis) polos turísticos, configurando-se em território paraense, uma primeira regionalização do turismo. Desta forma, os polos ficaram estruturados da seguinte forma: Polo Belém; Polo Marajó; Costa Atlântica; Polo Tapajós; Polo Araguaia-Tocantins; Polo Xingu.

A extensão, bem como a eleição de municípios que comporiam tais Polos, foi definida pelo Governo Estadual, que ainda identificou unidades municipais prioritárias para etapa inicial do Plano de desenvolvimento do turismo. Essa identificação tomou como critérios

²¹ Lei que dispõe sobre a Política de Incentivos às Atividades Produtivas no Estado e seu Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 1.318, de 17 de maio de 1996.

produtos turísticos consolidados, levando em consideração o fato de tais municípios disporem de maior grau de potencial, pela força de seus atrativos naturais e culturais, além dos sistemas de objetos necessários a suprir a necessidade requerida para a dinamização da atividade turística em território paraense.

Diante disso, ter-se-ia, ao eleger os municípios prioritários dentro dos polos turísticos, uma capacidade mais ampliada de atingir o desenvolvimento turístico paraense, já que este desenvolvimento dar-se-ia em ondas concêntricas, atingindo assim a totalidade de cada polo (PDT-PA, 2001).

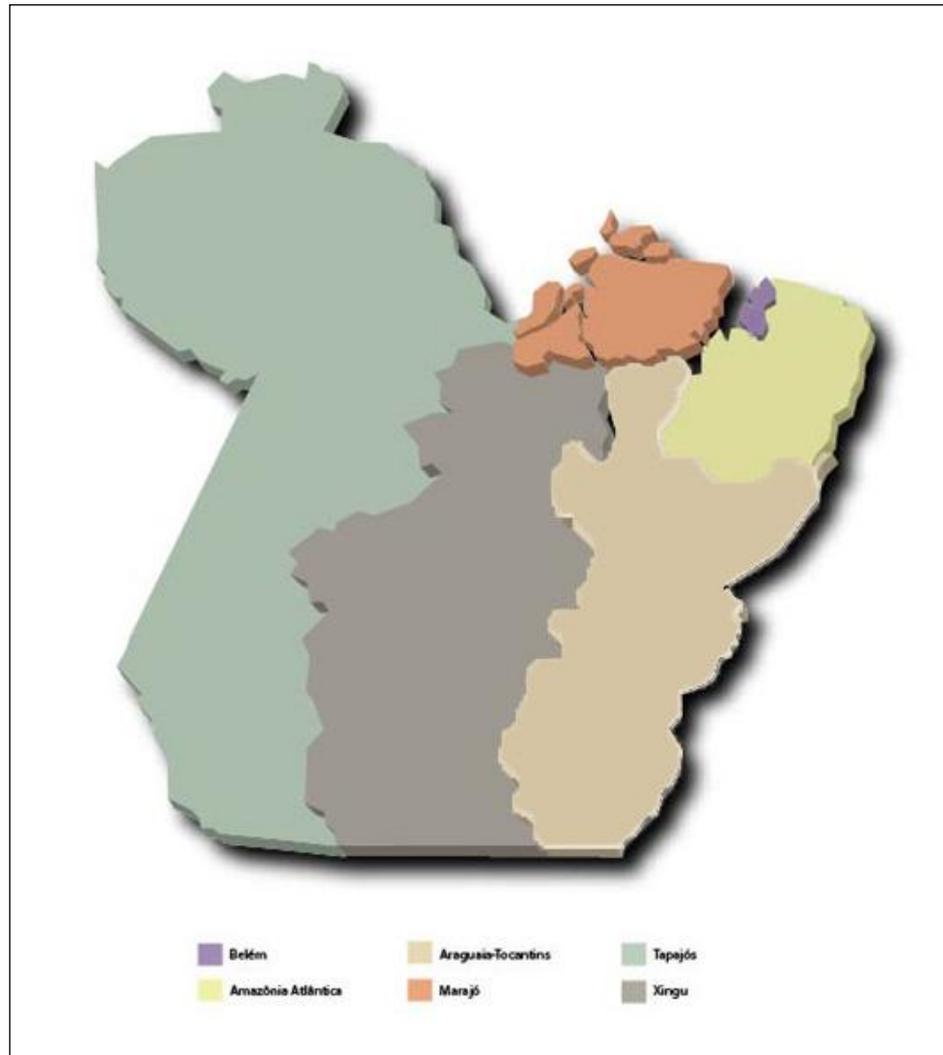
No ano de 2008, com base no objetivo geral do Programa Nacional de Regionalização do Turismo²² que propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, ocorreu uma adequação dos limites dos polos de desenvolvimento turístico do Estado (figura 2.1) através da Resolução Nº 001 /2009, estes que foram estruturados tomando como referências 12 (doze) regiões de integração²³ do estado, conforme se pode observar abaixo:

- ✓ O Polo Belém passa a ser constituído dos municípios que compõem a Região Metropolitana;
- ✓ O Polo Amazônia Atlântica passa a ser constituído dos municípios da Região Guamá, da Região Rio Capim e da Região Rio Caeté;
- ✓ O Polo Araguaia Tocantins passa a ser constituído dos municípios da Região Araguaia, da Região Carajás, da Região Tocantins e da Região Lago de Tucuruí;
- ✓ O Polo Tapajós passa a ser constituído dos municípios que compõem a Região Baixo Amazonas e a Região Tapajós;
- ✓ O Polo Marajó passa a ser constituído dos municípios que compõem a Região Marajó e,
- ✓ O Polo Xingu passa a ser constituído dos municípios que compõem a Região Xingu.

²² Macroprograma disposto no Plano Nacional de Turismo 2003-2007, que define as regiões turísticas como estratégicas na organização do turismo para fins de planejamento e gestão.

²³ As regiões de integração criadas através do Decreto de Nº 1.066, de 19 de junho de 2008, determinavam a nova forma de regionalização do Estado do Pará.

Figura 2.1. Regionalização do Turismo no Estado do Pará/ Polos Turísticos.



Fonte: Secretaria de Turismo do Pará, 2014.

Esta nova regionalização passa a atender uma exigência a nível federal, com a finalidade de receber investimentos para possibilitar a dinamização da atividade turística. Vale mencionar que apesar da dimensão dos polos, assim como a composição destes pelos municípios correspondentes às regiões de integração, nem todos os municípios foram classificados como turísticos, já que a Resolução 002/2009 estabelecia critérios para a classificação de municípios turísticos, sendo assim, as ações do Estado ainda concentraram-se nos municípios classificados como turísticos a partir desta resolução. Veja a classificação abaixo:

- **Polo Amazônia Atlântica:** Bragança, Tracuateua, Salinópolis, Marapanim, Curuçá, Vigia de Nazaré e São Caetano de Odivelas;
- **Polo Belém:** Belém;

- **Polo Araguaia-Tocantins:** Conceição do Araguaia, Marabá, Parauapebas, Tucuruí, Cametá e Barcarena;
- **Polo Marajó:** Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure;
- **Polo Tapajós:** Santarém, Belterra e Oriximiná;
- **Polo Xingu:** Altamira.

Conforme se pode observar, assim como o Governo Federal tem organizado o território, ou melhor, porções do território para o turismo, em prol dos agentes do mercado, vê-se o governo estadual agindo com os mesmos fins em território paraense, uma vez que elege porções do território, a partir de sua densidade técnica, para o fazer turístico, ponto este que será caracterizado como determinante para eleger porções do território propensas para receber os investimentos que permitam a fluidez do território paraense para o turismo. Fato este se comprova por esta regionalização do turismo no estado paraense, que estabelece a criação de polos turísticos, que ao defini-los subsequentemente definem também o município sede, este que receberá incentivos do Governo Estadual para dinamizar o turismo em seu polo.

O estado do Pará ainda toma como base esta regionalização do turismo, consolidada principalmente com a elaboração do Plano Estratégico de Turismo do estado do Pará 2012-2020, que traça um perfil de todos os polos turísticos apontando seus principais atrativos turísticos, elencando desta maneira os pontos fortes e fracos de cada polo para que se possa empreender ações para o fortalecimento e desenvolvimento do turismo. Para a elaboração deste Plano contratou-se a Chias Marketing, empresa de consultoria espanhola, especializada em marketing.

No caso mais específico do polo Tapajós, por tratar-se na região turística no qual está inserido o nosso recorte espacial, o plano estratégico direciona as ações para os três municípios turísticos do polo, sendo estes como vimos anteriormente, Santarém, Belterra e Oriximiná. Este Plano apontou que as Unidades de Conservação UCs existentes em tais municípios, concentravam os principais atrativos turísticos do polo Tapajós, dando destaque “as praias, aos rios, as trilhas e as comunidades tradicionais, além de outros inúmeros locais propícios para a prática de atividades de aventura” (PARATUR, 2012, p. 77).

Nessa identificação dos produtos turísticos, traçou a seguinte classificação: Produtos Estrela²⁴, Produtos A²⁵, Produtos B²⁶ e Recursos²⁷. No caso do polo Tapajós, não há nada

²⁴ são os produtos excepcionais e podem ser considerados “o melhor da experiência” no destino (Chias Marketing – Paratur, 2011).

específico para o projeto de turismo de base comunitária desenvolvido em Anã pela ONG PSA, há somente referências a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiúns e ao Rio Arapiúns, e ao artesanato desenvolvido em algumas comunidades da Reserva, mas somente. Diferente do que ocorre no Polo Marajó, em que o turismo de base comunitária na praia do Pesqueiro no município de Soure é apontado com produto A. A partir de tais informações, levantadas pela empresa de consultoria, é que as ações para o desenvolvimento turístico do estado seriam planejadas.

Diante disso, constatou-se, que não há qualquer referência ao projeto de TBC desenvolvido pela ONG PSA no Polo Tapajós, porém contempla experiências de turismo de base comunitária em outros polos turísticos do Estado.

Contudo, identifica-se mais precisamente no Plano correspondente ao período 2012-2020, que o Estado tem contemplado as especificidades locais, as especificidades apresentadas por cada polo turístico, porém há uma centralidade das ações nos municípios eleitos como sedes dos polos.

2.3. O Papel do Terceiro Setor no período histórico atual

Como vimos anteriormente, a racionalidade hegemônica que passa a predominar em frações do território, faz emergir as contra-racionalidades hegemônicas, que numa tentativa de sobrevivência mediante a racionalidade hegemônica produzida no espaço, passa a desenvolver possibilidades de se ajustar enquanto sujeito do processo de organização do território. Veremos a seguir como o terceiro setor surge no Brasil, e com ao longo de dois períodos históricos tem reformulado seu perfil, seja pela necessidade ou seja impulsionado a fazê-lo.

Antes, contudo, é necessário saber que o termo terceiro setor é proveniente dos Estados Unidos, traduzido da expressão em inglês *Third Sector* e que no Brasil ganhou novos contornos, principalmente a partir da democratização do Estado brasileiro no final da década de 80 do século XX, e que faz emergir um novo ator no cenário nacional, e que se

²⁵ São produtos que complementam os Produtos Estrela e se convergem em indutores de viagens e fatores de redução dos períodos de baixa temporada (Chias Marketing – Paratur, 2011).

²⁶ Os produtos avaliados como Produtos “B” exercem uma função estratégica, permitindo a ampliação do período de permanência do turista ou a motivação de seu retorno (Chias Marketing – Paratur, 2011).

²⁷ são apresentados como possibilidades de ampliação às opções existentes, mas que precisam de um processo de desenvolvimento antes de serem oferecidos ao mercado (Chias Marketing – Paratur, 2011).

consolidada na década de 90 do mesmo século como principal mecanismo de alcance de políticas públicas sociais pela população pobre brasileira.

Desta forma já se pode identificar que o Terceiro Setor apesar de incorporar algumas características do Primeiro Setor (Estado) e do Segundo Setor (Mercado), não corresponde a nenhum dos dois setores, por mais que as atividades desenvolvidas por este caracterizem-se como privadas, os seus objetivos são públicos. De acordo com Monte (2002, p. 70), “tal hibridização permite a defesa da existência de uma esfera pública não estatal, cuja importância está na capacidade de gerar dividendos sociais”.

O Terceiro Setor no Brasil surgiu, segundo Monte (2002), por volta da década de 70 e 80 do século XX, motivado pela necessidade de defesa dos direitos sociais no período da ditadura militar, e sua expansão e consolidação no território brasileiro correram em decorrência de vários fatores, dentre os quais destaca:

a inoperância da máquina estatal em promover condições mínimas de sustentabilidade social a uma classe de indivíduos excluída; o processo de globalização, que por meio do modelo capitalista de extinguiu postos de trabalho e fechou empresas e o fim do regime militar no país (MONTE, 2002, p.).

É possível ainda identificar outras nomenclaturas relacionadas ao terceiro setor, dentre as quais destaca-se ONG – Organizações Não Governamentais, a qual popularizou-se no cenário nacional. Assim, enquanto nomenclatura para instituições que se encontram com este formato, adotaremos a terminologia ONG neste trabalho.

Segundo Landim (2002), a nomenclatura ONG foi utilizada pela 1ª vez em 1940, pelas Nações Unidas – ONU. Era um termo que com frequência aparecia em seus documentos para designar “um universo bastante amplo e vago de organizações com as quais a ONU poderia estabelecer consultorias”.

Inicialmente, ONGs correspondiam, no Brasil, principalmente às organizações de cooperação internacional (COUTINHO 2004), formadas geralmente pelas Igrejas católicas e protestantes, organizações de solidariedade, ou governo de vários países, as quais direcionavam suas ações a organizações e movimentos sociais, visando a democratização do país.

As ONGs de defesa de direitos, criadas nas décadas de 1970 e 1980, em geral, desenvolviam um trabalho na base da sociedade, que visava a democratização e a ampliação de direitos no país, em oposição a um Estado militar autoritário e violador de direitos. O formato associativo foi a expressão institucional encontrada para contribuir na construção de um Estado democrático de direitos e de uma sociedade

multicultural, livre de seculares estruturas de poder, dominação e desigualdade. (ABONG, p. 13)

Com a democratização do país no final da década de 1980, e com a instalação de uma economia neoliberal no Brasil a partir de 1990, há uma consolidação deste setor no país. No entanto, passam a atuar com uma lógica, com ações políticas diferentes das dos anos de 1970 e 80. Se naquele período suas ações estavam relacionadas essencialmente aos movimentos sociais, em uma luta contra o Estado, doravante, as ONGs passam a buscar parcerias com o próprio Estado, uma vez que como ressaltado em nossa discussão anterior sobre este, a partir da década de 90 do século XX, torna-se ineficiente na elaboração e na execução das políticas sociais do país. Além do Estado, tais organizações passam também a estreitar relações com as empresas privadas. É desta forma, que vão se estruturando no cenário nacional e firmam-se como instituições cidadãs e sem fins lucrativos.

De acordo com Coutinho (2001, p. 58), as ONGs iniciam a partir da década de 90 uma nova trajetória, com um novo perfil, o qual se configura como um “perfil de filantropia empresarial”, passando a manter relações estreitas com o Banco Mundial e com as agências financiadoras ligadas ao grande capital, com o caso das fundações Ford, Rockefeller, Kellogg, Mac Arthur, entre outros.

Se na década de 70 os objetivos destas baseavam-se na politização dos movimentos sociais, em 1990 os objetivos passam a incorporar lemas como desenvolvimento autossustentável (COUTINHO, 2001).

A década de 90 foi, de acordo com Coutinho (2001), fundamental para a popularização do termo ONG, bem como para sua consolidação no cenário Nacional. Contudo, a autora diz que houve uma divisão de tais instituições, as quais se identificam, ou melhor, se imaginam num campo progressista, e há aquelas ONGs que colaboram com a política neoliberal, desta forma pode-se dizer que acompanhado da reestruturação do Estado, veio também uma ruptura dos objetivos unos das ONGs no Brasil: umas que ainda permaneceram com o ideário de desenvolver ações que incitam a busca pelos direitos sociais e políticos, e outras não, que seguem as regras impostas pela economia neoliberal.

Petras (1999) e Coutinho (2001) apontam que a década de 90 foi um período que houve um enfraquecimento dos movimentos sociais, bem como a própria sociedade organizada pelas conquistas de políticas sociais, apontando que as ações de certas ONGs a partir deste período destoam do compromisso político e social reivindicado pela população brasileira, bem como utilizado como discurso da maioria destas.

O impacto substantivo de suas ações converge para desviar “o povo da luta de classes para formas inofensivas e ineficientes de colaboração com os seus opressores” (1999:41). Elas despolitizam e desmobilizam os pobres com suas ações focadas na “auto-ajuda”. Debruçam sobre temas como “excluídos”, “discriminação racial”, “relações de gênero” sem ir além do sintoma superficial, para engajar o sistema social que produz essas condições. Incorporando os pobres à economia neoliberal através da simples “ação voluntária privada”, as ONGs geram um mundo político onde a aparência da solidariedade e da ação social disfarça a conformidade conservadora com a estrutura de poder internacional e nacional (Petras, 1999).

Diante disso, é preciso traçar uma reflexão do real papel desse setor, uma vez que este, como menciona Neder (1998), não é governo, nem mercado, mas sim uma esfera pública não estatal e não mercantil, ocupada com a superação da exclusão social. Porém, é uma reflexão que exige um grande esforço de análise, principalmente quando nos deparamos com a diversidade de ONGs, com os mais distintos objetivos, que revelam por si só, “um universo bastante complexo, diverso, dinâmico e desigual, e instituir-se como não governamental não garante uma concepção pronta nem encerrada” (ABONG, 2010).

2.3.1. A ONG “Projeto Saúde & Alegria” e sua atuação no Oeste do estado do Pará

O Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS, conhecido popularmente como “Projeto Saúde e Alegria”, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada no ano de 1985, no município de Santarém, oeste do Estado do Pará. Em maio de 2001 foi reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Municipal, através da Lei Nº 16.902/2001 - Santarém/PA, e em março de 2006, reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Federal, por meio da Portaria 266 do Ministério da Justiça publicada no Diário Oficial da União. Além disso, é registrada desde o ano de 1998 no Conselho Nacional de Assistência Social - Brasília/Distrito Federal, através da Resolução nº 174, e foi certificada em maio de 2007 como Entidade Beneficente de Assistência Social, - Resolução nº 71 publicada no Diário Oficial da União (ONG PROJETO SAÚDE & ALEGRIA, 2009.)

É importante destacar que antes da criação da ONG, no ano de 1983, os seus fundadores, os empreendedores sociais Eugênio Scannavino Netto (médico sanitarista) e Márcia Silveira Gama (arte educadora), foram contratados pela Prefeitura de Santarém para prestar assistência na área da saúde em comunidades ribeirinhas do município. A partir de então, começaram a desenvolver ações que pudessem contribuir, sobretudo na melhoria da

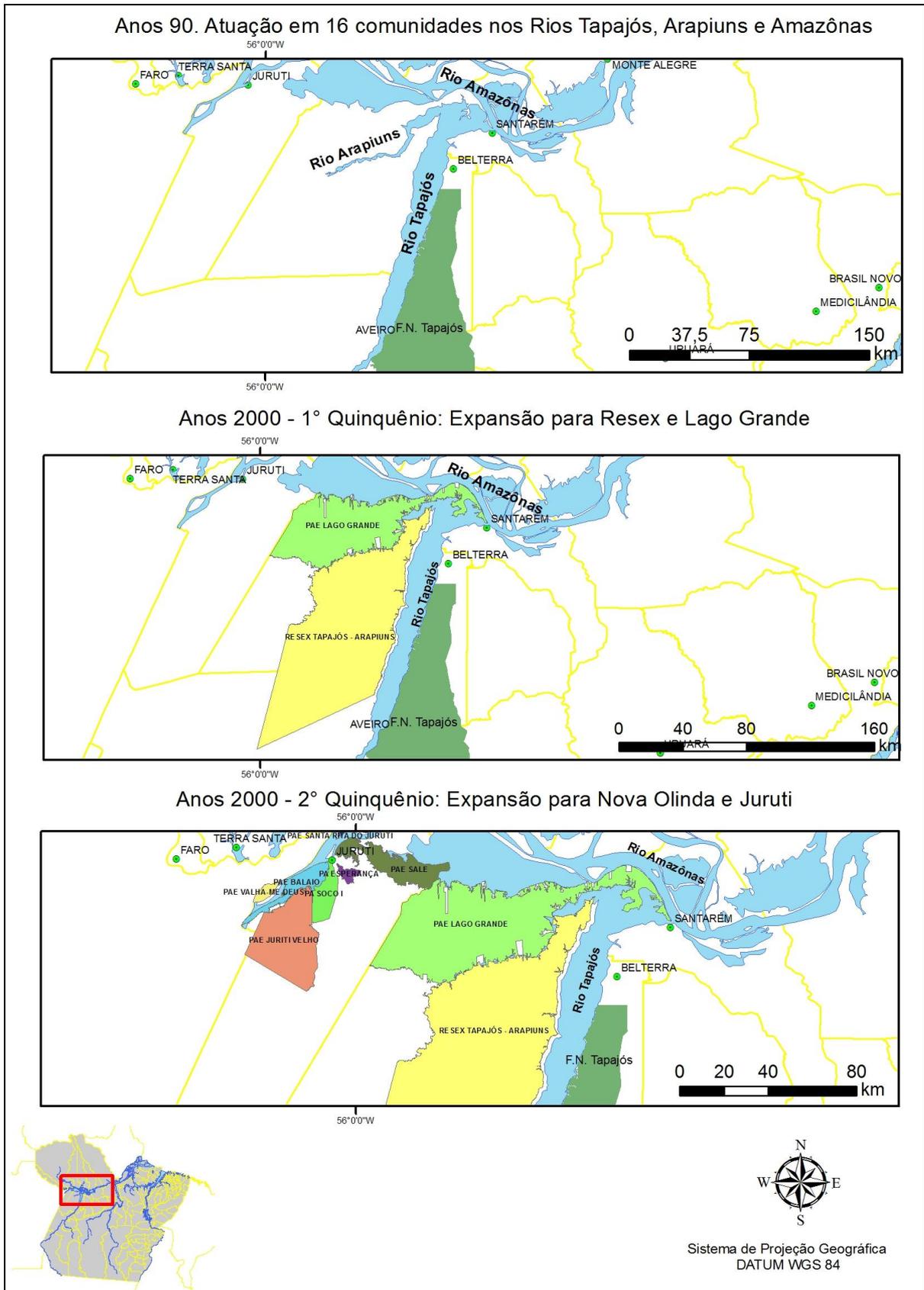
saúde dessas populações, diante disso, além do atendimento médico prestado, implementaram ações de prevenção, pesquisa, treinamento com voluntários locais, e gincanas educativas, visando justamente minimizar problemas que afetavam a grande maioria dessas populações, e que ampliavam o número de mortalidade infantil na região (ONG PROJETO SAÚDE & ALEGRIA, 2014).

No entanto, com o fim do contrato com a prefeitura de Santarém no final de 1984, em decorrência do encerramento do mandato do Gestor municipal do então período, as atividades realizadas por tais empreendedores sociais tiveram que ser interrompidas. Daí a grande motivação para a criação da ONG, que permitiria dar continuidade às atividades em tais comunidades de forma independente da prefeitura. Nesse processo inicial, dois colaboradores foram fundamentais para firmar a proposta do projeto da ONG, o sanitarista Sérgio Arouca vinculado à Fundação Oswaldo Cruz, e Cesare Della Rocca, representante nesse período no Brasil da Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância, que além de colaborarem para a manutenção das atividades, foram em busca de financiamento para consolidar as atividades da ONG.

Sendo assim, apesar de sua criação no ano de 1985, suas atividades iniciaram de fato somente no ano de 1987, estas direcionadas inicialmente a 16 comunidades-piloto, todas pertencentes à área rural do município de Santarém. Isso só fora possível com a conquista de seu primeiro convênio de cooperação, estabelecido entre BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (concessor de recursos), UFPA – Universidade Federal do Pará (Interventora), e a Fundação Oswaldo Cruz (Supervisão técnica).

A sua área de atuação (mapa 2.1) foi ampliada a partir do ano 2000 e que além de comunidades da área rural de Santarém, foram envolvidas comunidades de municípios vizinhos, como Belterra, Aveiro e recentemente Juruti, desenvolvendo ações principalmente com populações tradicionais, no sentido de emponderá-los e lhes auxiliar “na defesa de suas terras, de seus recursos naturais e na viabilidade social, econômica e ambiental de seus territórios” (ONG Projeto Saúde & Alegria, 2014).

Mapa 2.1 Área de Atuação da ONG Projeto Saúde & Alegria no Oeste do estado do Pará a partir de 1990.



Vale destacar nesse sentido a missão da ONG PSA, que busca “promover e apoiar processos participativos de desenvolvimento integrado e sustentável que contribuam de maneira demonstrativa no aprimoramento de políticas públicas, na qualidade de vida e no exercício da cidadania com ênfase nas populações tradicionais da Amazônia” (ONG PROJETO SAÚDE & ALEGRIA, 2010). Como missão, a ONG destaca, “ser referência em metodologias participativas e tecnologias sociais para o desenvolvimento alegre, harmônico e sustentável dos povos”, buscando assim desenvolver valores como respeito à diversidade, solidariedade, ética, equidade, justiça, transparência, responsabilidade social e ambiental respeito à vida.

De acordo com a própria ONG PSA (2009), a consolidação e eficácia de sua proposta de trabalho na região, contribuíram para que a mesma fosse reconhecida tanto por entidades públicas, quanto privadas, além de movimentos sociais e outras ONGs, as quais passaram a demandar serviços de assessoria da mesma.

Desde o início de sua criação, suas ações foram direcionadas para um público considerado de certa forma, “invisível” do oeste paraense, uma vez que carentes de serviços públicos como educação, saúde dentre outros. Além de combater a ausência de serviços básicos do Estado, ainda enfrentavam conflitos de terra, sendo “em sua maioria, por caboclos - descendentes indígenas - distribuídos ao longo de rios e estradas, em comunidades que variam entre 10 e 200 famílias, ocupando terras devolutas ou áreas de Assentamentos, Glebas e Unidades de Conservação” (ONG PROJETO SAÚDE & ALEGRIA, 2009).

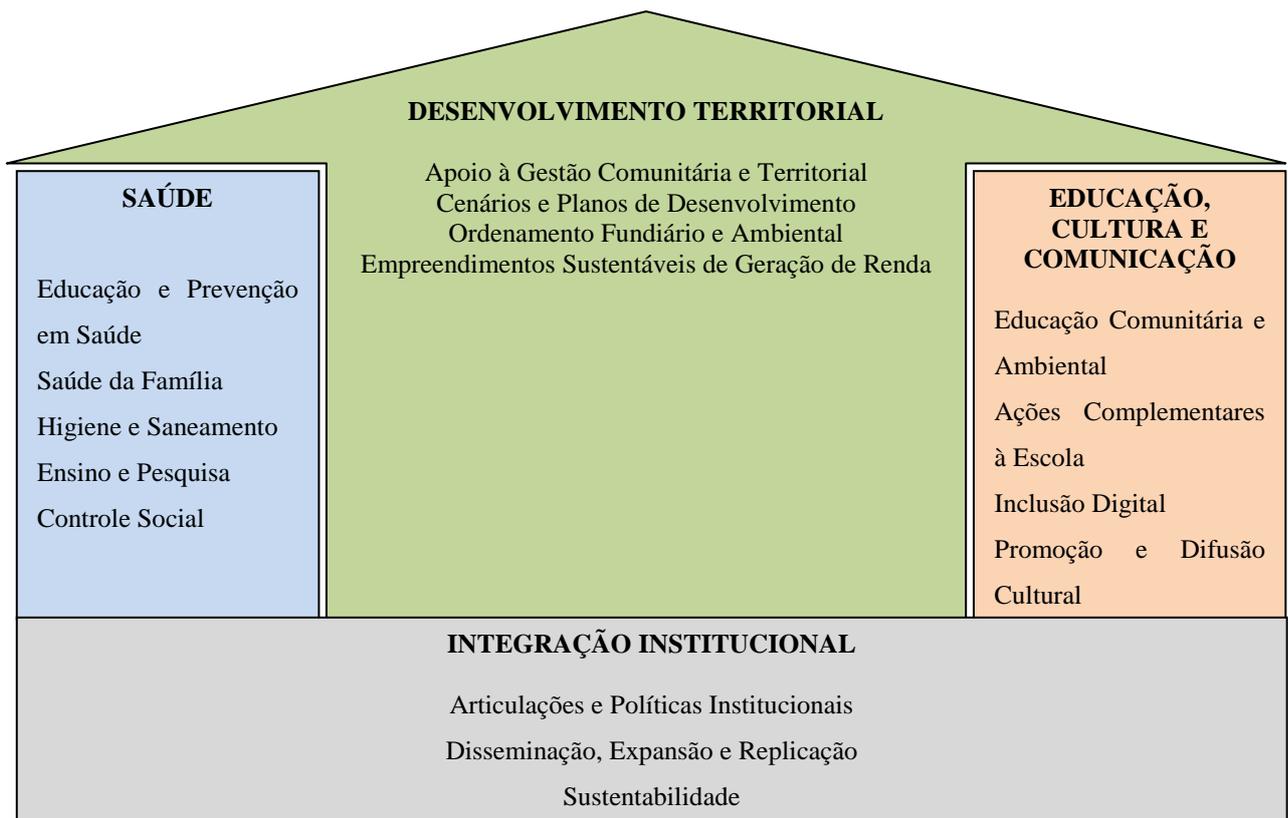
É importante destacar nesse sentido, que a ONG está localizada em uma área da Amazônia, rarefeita em vários sentidos, seja de densidade técnica, bem como de serviços públicos básicos, sendo uma característica marcante.

As comunidades que são contempladas com as ações da ONG são geralmente localizadas em áreas rurais dos municípios e a distância entre a sede municipal e tais comunidades é, sem dúvida, um dos principais desafios que as mesmas enfrentam, uma vez que há uma rarefação de infraestruturas, que limitam o acesso de tais comunidades à cidade bem como se torna uma justificativa para a precariedade dos serviços prestados pelo poder público municipal e estadual no local, já que em sua maioria são interligadas as sedes municipais por meio de rios e estradas não pavimentadas. É nesse contexto que a ONG PSA passa a desenvolver suas atividades nessa fração do território, agindo como uma intermediária entre entidades públicas e privadas e tais populações, esta última, devido à sua invisibilidade, é tolhida de serviços públicos básicos, como saúde e educação.

Assim, a ONG torna-se um elo entre as populações envolvidas para o acesso a tais serviços, bem como às políticas públicas de um modo geral, uma vez que, como vimos anteriormente, o terceiro setor vem justamente facilitar este acesso a tais comunidades, já que estas, no caso mais específico do município de Santarém, geralmente enfrentam o descaso do poder público seja local e estadual, bem como a intensa burocracia nos órgãos públicos para ter acesso a tais serviços.

É para este público que a ONG, baseada em uma metodologia participativa, busca desenvolver ações, as quais não se restringem à área da saúde, mas sim abrangem uma diversidade de temáticas, que vislumbram a melhoria da qualidade de vida dessas populações envolvidas. Desta forma a partir da elaboração de um planejamento estratégico no ano de 2009, o qual corresponderia de 2010 a 2015, suas ações desenvolveram-se dentro de 4 (quatro) grandes eixos temáticos, conforme observado a seguir (figura 2.2):

Figura 2.2. Programas Desenvolvidos pela ONG Projeto Saúde e Alegria



Fonte: Projeto Saúde & Alegria, 2010.

Organizado por Elcivânia Barreto, com base no modelo apresentado no Plano Estratégico 2010-2015 da ONG

PSA.

Além de ampliar sua escala de atuação, maximizou suas ações, dando continuidade aos projetos já existentes e desenvolvendo novos, os quais corresponderam a: Saúde Fluvial, Saneamento Básico, Mapeamento Participativo, Inclusão digital, Ações Complementares à Escola, Artesanatos da Floresta, Ecoturismo de Base Comunitária. Todos incluídos nos programas apresentados na Figura 01.

Agora vamos discriminar melhor tais programas com seus respectivos projetos, para que possamos conhecer e entender as ações da ONG nas comunidades de tais municípios.

Programa Desenvolvimento Territorial

O programa Desenvolvimento Territorial, a princípio denominado Organização Comunitária, é de acordo com a ONG PSA “a base de sustentação social e política do trabalho desenvolvido pela ONG, o qual visa instrumentalizar a população para o melhor exercício da cidadania e a gestão do seu próprio desenvolvimento” (ONG PROJETO SAÚDE & ALEGRIA, 2014²⁸).

Diante disso, as ações do programa são elaboradas com base na realidade das comunidades, levando em consideração as particularidades das mesmas, para que assim sejam conduzidas a um processo de autogestão de suas representações, e possam ainda dentro dos cenários socioambientais correspondentes, encontrar alternativas viáveis para enfrentar os desafios que tais cenários lhes impõem (ONG PROJETO SAÚDE & ALEGRIA, 2014²⁹).

É sem dúvida um desafio constante, que tanto a ONG como as comunidades envolvidas enfrentam, uma vez que além da deficiência nos serviços básicos como saúde e educação, ainda tem que enfrentar os conflitos em seus territórios, acarretados pela presença de outras territorialidades com interesses divergentes aos das comunidades, e que são predominantes em grande parte do território paraense. São conflitos correspondentes à exploração madeireira ilegal, à exploração mineral, ao avanço do agronegócio, dentre outros que culminam em impactos territoriais e sociais negativos em tais comunidades dos municípios envolvidos.

Sendo assim, o programa busca fortalecer as representações das comunidades, através de assessorias, garantindo assim:

²⁸ Informações obtidas no site da ONG PSA: <http://www.saudeealegria.org.br>. Acesso em Outubro de 2014.

²⁹ Informações obtidas no site da ONG PSA: <http://www.saudeealegria.org.br>. Acesso em Outubro de 2014.

[...] a apropriação popular das iniciativas implementadas pelo projeto como um todo, e trabalha principalmente para consolidar o processo de ordenamento territorial e a regularização fundiária da região em que atua, garantindo a permanência das comunidades com direitos assegurados e melhor qualidade de vida (ONG PROJETO SAÚDE & ALEGRIA, 2014³⁰).

Dentro dessa perspectiva, suas ações dentro desse programa se consolidam nas iniciativas como: **Gestão Comunitária, Mapeamento Participativo, e Floresta Ativa.**

No que se refere à **Gestão Comunitária**, está relacionado diretamente com o empoderamento das comunidades, bem como o fortalecimento de suas lideranças para o enfrentamento dos desafios que lhes são impostos, como os já citados anteriormente.

O **Mapeamento Participativo** se insere mais precisamente como um instrumento metodológico, que corresponde principalmente a participação da comunidade na elaboração de um mapa de seu território de acordo com os conhecimentos dos próprios comunitários. De acordo com a ONG PSA (2014), tais mapas reúnem informações como: “localização dos ramais, as infraestruturas, igarapés, lagos, áreas de extrativismo, áreas de conflito pela madeira, pelo pescado, desmatamento, pastagem e o avanço do agronegócio”. Informações estas fornecidas pelas próprias comunidades envolvidas.

Diante disso, a ONG PSA além de fornecer capacitações aos comunitários, disponibilizou o uso de ferramentas de geoprocessamento, permitindo assim a participação ativa das comunidades na gestão dos seus territórios.

O projeto **Floresta Ativa** é desenvolvido em parceria com Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, e a Organização das Comunidades da Resex – Tapajoara, realizando ações de apoio à assistência técnica rural, criação de viveiros para reposição floresta, e de uma sede, o qual corresponde ao Centro Experimental Floresta Ativa – CEFA (foto 2.1).

³⁰ Informações obtidas no site da ONG PSA: <http://www.saudeealegria.org.br>. Acesso em Outubro de 2014.

Foto 2.1. Centro Experimental Floresta Ativa – CEFA



Autor: ONG Projeto Saúde e Alegria, 2015.

O Centro Experimental Floresta Ativa é um espaço destinado ao fomento e desenvolvimento de tecnologias socioambientais, e onde se realizam treinamentos, seminários, oficinas no intuito de se tornar referência prática e educacional, possibilitando maior vivência nas instalações demonstrativas implantadas (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2015).

O mesmo está localizado na comunidade Carão, por considerar-se um local estratégico, o facilita o acesso dos moradores de outras comunidades da Resex.

Neste Centro ainda podemos encontrar diversos sistemas produtivos como um viveiro central com sementeiras, mudas e estocagem, um bosque agroflorestal, uma floresta com árvores frutíferas nativas, sistema de hortaliças orgânicas, apicultura (manejo de abelhas); piscicultura e avicultura (criação de peixes e aves, respectivamente). O responsável pela administração do Centro é um comitê público-privado, formado por instituições envolvidas dirigidas pela Tapajoara que é concessionária da área; pelo ICMBio, responsável público da Resex; pela ONG Saúde e Alegria e demais parceiros técnicos.

Vários objetivos norteiam a realização desse projeto, dentre os quais destacam-se, o de contribuir na geração de renda dos comunitários, utilizando da melhor forma os produtos extraídos da floresta, além de ofertar formações aos moradores interessados em técnicas e sistemas produtivos mais modernos e eficientes, levando em consideração os princípios da

agroecologia e dos saberes tradicionais relacionado com as inovações tecnológicas (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2014).

Com o desenvolvimento deste projeto, a ONG PSA busca substituir, de forma gradativa, “o modo de produção atual, baseada na queima e corte da floresta para roçados de baixa produtividade a sistemas mais produtivos em busca do desenvolvimento territorial integrado e sustentável” (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2014).

Programa Saúde Comunitária

Tal programa, sem dúvida é o “carro chefe” da ONG PSA, pois a sua própria fundação se deu em decorrência dos trabalhos desenvolvidos na área da saúde pelos fundadores em comunidades ribeirinhas de Santarém, antes intitulado “Saúde” apenas e a partir da reconfiguração dos programas, passou a denominar-se “Saúde Comunitária”.

Historicamente, a saúde sempre foi uma problemática na região, principalmente para as populações dessas frações do território, que apesar de apresentar um território denso de coisas naturais, como a sua floresta, sua hidrografia, apresenta por outro lado, uma rarefação no que tange aos objetos artificiais, mais precisamente uma rarefação quanto aos sistemas de engenharias, informações e ações, o que dificulta o acesso tanto de tais populações impossibilitando principalmente, uma grande rarefação quanto às informações e ações. Caraterizado como um espaço viscoso, pois em grande parte não há sistemas de engenharias que possibilitem uma circulação fluida e permanente principalmente dos homens, que vivem em um tempo lento, ou melhor, dizendo no seu tempo, uma vez que vale considerarmos, que a população dessas comunidades vive em um tempo não ditado pela lógica do capital, mas sim pela lógica do seu cotidiano, este ditado substancialmente pela sua relação com a natureza.

Por meio deste programa, a ONG desenvolve dois projetos, que é o “Saúde da Família Fluvial” e o projeto “Água e Saneamento Básico”, os quais são direcionadas também as comunidades ribeirinhas.

O projeto “**Saúde da Família Fluvial**” teve início no ano de 2006 com a implantação do Navio-Hospital Abaré, uma parceria entre a ONG PSA e a prefeitura de Santarém, Aveiro e Belterra juntamente com a ONG holandesa *Terre des Hommes*/TDH (proprietária do barco). Com o Navio-Hospital Abaré (foto 2.2), deu-se início a um trabalho na área de saúde pelas comunidades ribeirinhas da região, possibilitando assim que cerca de 15 mil ribeirinhos tivessem acesso a serviços de saúde básica, os quais só tinham acesso a este tipo de serviço quando se locomoviam até a cidade.

Foto 2.2. Navio-Hospital Abaré



Autor: ONG Projeto Saúde e Alegria, s/d.

A implantação do Navio-Hospital Abaré foi um marco na área da saúde na região, principalmente por tratar-se de um hospital itinerante que possibilitou ao ribeirinho da Amazônia acesso a tais serviços, implicando imediatamente na redução de problemas enfrentados rotineiramente por tais populações. De acordo com a ONG PSA, ocorreu uma redução da mortalidade infantil, elevação da cobertura vacinal, etc., e resolutividade de 93% – com apenas 7 (sete) a cada 100 (cem) pacientes sendo encaminhados aos centros urbanos.

Funcionando nos moldes de um PSF (Programa Saúde da Família) itinerante, o Abaré implantou serviços de saúde da criança, saúde oral, imunizações, pré-natal, PCCU, planejamento familiar, atendimentos médicos, ambulatoriais, exames de rotina e pequenas cirurgias, contando ainda com uma equipe de arteeducadores para realização de dinâmicas de mobilização e prevenção como ações integradas e complementares (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA. 2014³¹).

A experiência do Navio-Hospital foi tão exitosa que, no ano de 2009, o mesmo tornou-se objeto de estudo no Ministério da Saúde, transformando-se em 2010 em política pública federal, consolidada como uma estratégia do Saúde da Família Fluvial, o qual passou a abranger a Amazônia Legal e o Pantanal, correspondendo ao apoio e financiamento de municípios que requeressem a implantação de barcos de atendimento às populações ribeirinhas do seu território.

³¹ Disponível em: <http://www.saudeealegria.org.br/>.

Além disso, ainda em 2010, o Abaré foi credenciado como a primeira Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF) do Brasil, sendo integrado ao SUS, quando então os Municípios (liderados por Santarém) puderam assumir a gestão plena das operações, já contando com repasses federais para uso exclusivo no apoio ao seu custeio (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2014).

Levando em conta o desempenho realizado através do Navio-hospital Abaré, requereu-se a aquisição de mais um navio-hospital, ficando conhecido como Abaré II, o qual fora repassado à administração da Prefeitura de Santarém, “a forma de comodato para viabilizar os serviços de Saúde da Família Fluvial junto às comunidades da bacia do rio Arapiuns” (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2014).

O Navio-Hospital Abaré I está em fase de negociação com a ONG Holandesa, pois como proprietária do navio, esta reivindicou sua posse e retirada da região do Tapajós, gerando uma grande mobilização de várias instituições como universidades, prefeituras e do próprio Ministério da Saúde para a permanência deste na região. Conforme a ONG PSA, as negociações com a ONG Holandesa estão em estágio avançado, e tão logo este ficará sob a responsabilidade da Universidade Federal Oeste do Pará.

O projeto “**Água e Saneamento básico**” possibilitou às comunidades ribeirinhas o consumo de uma água mais saudável. Um dos maiores problemas enfrentados pelos ribeirinhos da região era com a questão de vômito de diarreia acarretados, sobretudo pelo consumo da água obtida diretamente nos rios. Este projeto viabilizou a implantação de micro sistemas de abastecimento e tratamento de água, distribuição de filtros domiciliares, poços semiartesianos e pedras sanitárias com fossas rústicas, implantadas junto a mais de 5 mil famílias.

Além disso, realizam ações por meio dos conselhos locais e representações territoriais; promovem a capacitação de agentes de saúde e das parteiras, especificamente, e a realização de campanhas educativas. Disseminam informações sobre as doenças e formas de prevenções através de uma equipe de arte-educadores, configurando assim o chamado “Circo Mocarongo”.

Programa Educação e Comunicação

O Programa Educação e Comunicação abrange 4 projetos, os quais são: Circo Mocarongo, Rede Mocaronga, Jovens Empreendedores no Tapajós e Crianças da Amazônia. Este programa tem como principal objetivo proporcionar aos ribeirinhos novas formas de

aprendizado, “despertando-os a cidadania e a consciência ambiental para o desenvolvimento e a valorização da cultura local” (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2014).

O projeto “**Circo Mocorongo**” utiliza-se do lúdico como uma forma de aprendizagem dos conteúdos, abordando vários temas, como saúde, educação, cidadania, o qual apresenta como principal resultado a elaboração de “materiais pedagógicos, esquetes, músicas, poesias e apresentações teatrais, culminando num espetáculo ao final das programações, representativo do aprendizado e da difusão dos conteúdos com a própria linguagem comunitária” (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2014).

Já o projeto “**Rede Mocaronga**” torna os próprios comunitários jornalistas, repórteres tendo como principal conteúdo de suas reportagens aspectos/ fatos da realidade local, além de reportagens de cunho educativo abordando temáticas como a cultura local, saúde, dentre outros.

A rede é organizada por meio de sucursais comunitárias, que são grupos locais de jovens repórteres presentes nas escolas e comunidades que ganham nomes e formas de gestão próprias. O PSA é responsável pelo acompanhamento pedagógico, aprimoramento e apoio na difusão do material produzido (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2014).

O projeto “**Jovens Empreendedores**” é uma parceira da ONG PSA com a Fundação Telefônica, e objetiva despertar no jovem ribeirinho o interesse em buscar e desenvolver soluções aos problemas e desafios que são postos às comunidades. Disseminar nos jovens ribeirinhos conhecimentos para que os mesmos possam desenvolver atitudes empreendedoras no seu próprio território, fazendo os “jovens agir localmente criando possibilidades empreendedoras socioeconômicas e ambientais, de maneira justa e solidária utilizando as tecnologias para o desenvolvimento comunitário por meio de propostas voltado ao negócio social” (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2014).

Este projeto se concretiza através da realização de um curso de capacitação aos jovens das comunidades ribeirinhas da RESEX Tapajós-Arapiuns, o qual é dividido em 10 módulos, sendo que no final do curso, os jovens devem apresentar uma ideia inovadora, esta que será defendida mediante uma banca de avaliadores composta por especialistas que elegem a melhor ideia, esta contemplada com um prêmio.

O projeto “**Crianças da Amazônia**” visa promover ações de educação popular em prol dos direitos da criança e do adolescente, utilizando o lúdico como principal forma de levar informações às populações ribeirinhas e sensibiliza-las sobre temas como: direitos das crianças, exercício da cidadania, qualidade de vida, e prevenções de situações de abuso e

exploração. Além da realização de seminários e oficinas visando a sensibilização dos ribeirinhos para tais assuntos, buscam ainda formar entre os comunitários agentes multiplicadores, os quais também passam a ficar responsáveis pela disseminação de tais informações.

Programa Empreendimentos Sustentáveis

No que tange às iniciativas do programa *empreendimentos sustentáveis*, a ONG PSA objetiva criar alternativas sustentáveis de geração de renda às comunidades, além de consolidar as já existentes, assim como promover a soberania alimentar e energética de tais comunidades. Nesse programa, a ONG leva em consideração a ameaça que a economia de tais comunidades vem sofrendo, uma vez que esta se baseia na caça, na pesca, no extrativismo vegetal e na agricultura de subsistência, com pouca circulação de moeda. Devido a questões como o avanço da indústria da madeira, da pecuária, da pesca industrial e do agronegócio, segundo a ONG PSA, está havendo uma redução da disponibilidade de recursos naturais, acarretando consideráveis implicações territoriais e sociais em tais comunidades. Sendo assim, tal programa subdivide-se nos seguintes projetos: Energias Renováveis, Artesanato na Floresta; e o projeto Ecoturismo de Base Comunitária.

O projeto “**Energias Renováveis**” traz uma possibilidade de acesso da energia elétrica aos ribeirinhos da região, uma vez que geralmente a forma de geração de energia destes, se dá através de motogeradores a diesel, gerando um custo alto de manutenção para os mesmos, e lhes garantindo energia entre 3 ou 4 horas durante o dia, o que para certas comunidades constitui um empecilho para o armazenamento de alimentos, como carne, peixe e etc.

Diante disso, a ONG PSA busca através deste projeto desenvolver alternativas de energias renováveis para tais comunidades, que possam ser utilizadas para o consumo destas e contribuam para a dinamização de suas economias.

De acordo com a ONG PSA (2015) “já foram instalados uma minicentral hidroelétrica, que atende 57 famílias na comunidade de Cachoeira de Aruã, no Assentamento Lago Grande, e mais de 50 kits solares fotovoltaicos nas comunidades de Maripá e Santi, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns”.

O projeto “**Artesanato na Floresta**” visa fomentar o trabalho já desenvolvido por artesãs ribeirinhas da região, utilizando como principal matéria-prima a palha da tucumã (foto 2.3). A idealizadora do projeto foi a artista plástica, arte educadora e empreendedora social, Marcia Gama, a qual estava à frente do Núcleo de Gênero Mulher Cabocla do Projeto Saúde e

Alegria, que lançou, em meados dos anos 90, o Projeto de Resgate da Cestaria em Palha de Tucumã e Geração de Renda na Vila de Urucureá, localizado às margens do rio Arapiuns, no município de Santarém. Este projeto inicial fora financiado pela Embaixada Inglesa no Brasil.

Foto 2.3. Projeto Artesanato na Floresta

Foto 2.3. A



Autora: Elcivânia Barreto, 2011 (Comunidade Arimum/ Santarém-PA).

Foto 2.3.B



Autora: Elcivânia Barreto, 2011 (Comunidade Arimum/ Santarém-PA).

Além de aperfeiçoar a técnica das mulheres artesãs, o projeto contribuiu para valorizar o artesanato das mesmas, que passou a ser comercializado e exposto em feiras regionais e nacionais, como a ExpoFlora em Rio Branco/AC, ExpoAmazônia em São Paulo/SP, possibilitando assim a ampliação do seu mercado consumidor através da divulgação de seus produtos em tais feiras.

No ano de 2002 por este projeto, a ONG PSA recebeu o Prêmio “Cidadania e Iniciativas Sociais Inovadoras” do Banco Mundial e o Prêmio Nacional de “Planos de Negócios” da ASHOKA-McKINSEY (2005), como uma forma de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido com as mulheres artesãs.

Com o sucesso desta primeira experiência, a ONG PSA juntamente com outros parceiros, viabilizou a expansão deste projeto para outras comunidades ribeirinhas da região, possibilitando a inclusão de mais artesãs assim como a diversificação dos produtos. Atualmente, segundo o PSA, há 100 artesãs envolvidas neste projeto e seus produtos são comercializados com o auxílio da ONG, e recebem um marca coletiva, *Tramas e Cores – Artesanato da Amazônia* (foto 2.4).

Foto 2.4. Artesanato com a marca Tramas e Cores

Foto 2.4. A



Porta Joias Tramas e Cores

Fonte: <http://loja.tucumbrasil.com/>

Foto 2.4. B



Cestaria

Fonte: <http://loja.tucumbrasil.com/>

O projeto “**Ecoturismo Comunitário**”, também apresentado pela ONG como turismo de base comunitária, configura-se como uma alternativa para as comunidades mediante os projetos de turismo convencional, constituindo-se como uma oportunidade de valorização do patrimônio natural e cultural destas, contribuindo ainda para a geração de renda.

A ONG PSA oferece viagens pelas comunidades ribeirinhas envolvidas com o projeto. Tais viagens podem ser em grupo ou individuais e ainda há a possibilidade de fazer um roteiro personalizado. Com este projeto foi possível a construção de duas pousadas comunitárias, uma localizada na comunidade ribeirinha de Anã, conhecida como hospedaria comunitária, e outra localizada na comunidade de Atodí, que recebeu o nome de Pousada Encanto do Arapiuns (foto 2.5). Vale ressaltar, que o projeto se estende para além de tais comunidades.

Foto 2.5. Estrutura da Pousada Encanto do Arapiuns na comunidade de Atodí

Foto 2.5. A



Interior do Redário da Pousada
Fonte: ONG Projeto Saúde e Alegria, 2014.

Foto 2.5. B



Interior do Refeitório da Pousada
Fonte: ONG Projeto Saúde e Alegria, 2014.

Como podemos observar no exposto acima, a ONG PSA, apesar de iniciar suas atividades na década de 80 do século XX, com ações voltas principalmente à área da saúde, diversificou suas ações, desenvolvendo projetos em várias áreas, como saúde, educação dentre outros, como uma forma de promover o desenvolvimento territorial de tais comunidades.

A partir da realização desta pesquisa, podemos observar uma forte atuação da ONG, mais do que o próprio pode público local e estadual em tais comunidades, o qual adota uma “confiança cega” com relação a presença da ONG nas comunidades, e ainda justifica suas poucas ações nesses territórios.

Porém, é importante mencionar que a ONG Projeto Saúde e Alegria não atua sozinha, não podemos deixar de considerar as parcerias estabelecidas com instituições públicas, privadas; com instituições privadas e associações sem fins lucrativos, fundamentais na execução dos projetos nas comunidades ribeirinhas nas quais a ONG PSA atua. Houve um aumento das instituições parceiras principalmente quando a ONG PSA instala uma base institucional na cidade de São Paulo, este passou a constituir-se um elo, entre as comunidades ribeirinhas desta fração do território o centro econômico brasileiro (ONG PSA, 2013).

Instituições Parceiras da ONG PSA

Em 2002 a ONG PSA, instalou um base institucional da ONG em São Paulo, com o objetivo de facilitar a interlocução entre os parceiros, assim como conseguir mais parceiros para a obtenção de recursos para execução dos projetos desenvolvidos pela ONG na região, ou melhor, nas comunidades ribeirinhas do Baixo Amazonas, além disso, serviria de ponto para a comercialização dos produtos comunitários.

Conforme lembramos, as parcerias estabelecidas durante 28 anos de existência da ONG PSA, foram fundamentais para consolidá-la nesta fração do território Amazônico, além do foram tais parceiros que permitiram a mesma a execução de diversos projetos, ampliando sua atuação na região, bem como diversificando suas ações, para além daquelas, implementadas na gênese da ONG. No quadro (2.3), abaixo podemos verificar as Instituições com quais foram firmadas parcerias desde o ano de 1987, quando a ONG deu início as suas atividades no município de Santarém. Tais instituições parceiras foram classificadas pela ONG como: financiadoras; colaboradoras; interveniência, além daquele que atuou com supervisão técnica.

Quadro 2.3. Histórico de Parceiros da ONG PSA

Período	Instituições Parceiras (Financiamento)	Instituições Parceiras (Colaboradores)	Instituições Parceiras (Interveniência)
1987 a 1990	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ (Supervisão técnica)	Universidade Federal do Pará - UFPA / FADESP
1991 a 1994	Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA; Conselho Nacional de Populações Tradicionais - CNPT Fundação Yves Rocher – França; Conselho Britânico - Oda / Grã-Bretanha	Conservation Internacional - EUA Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF; World Wild Foundation - WWF/Suíça; Embaixada francesa; Embaixada Canadense; Ashoka internacional	
1995 a 2001	Fundação Konrad Adenauer - KAS / Alemanha; Organização Panamericana de Saúde - OPAS/OMS; Fundo Das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Ministério do Meio Ambiente - Programa Piloto - PPG7; União Européia – EU; Lateinamerika Zentrum - LAZ / Alemanha; Instituto Ayrton Senna - IAS / Brasil; Ministério da Saúde - MS	International Service - IS / Gra-Bretanha; World Wild Life Fundation – WWF; GEF / PPP - Banco Mundial; Conservation International/ EUA; Winrock International/ EUA; Embaixada Inglesa; Ministérios da Cultura e dos Esportes – PRONAC e INDESP; Ministério das Minas e Energia – PRODEEM; Ashoka Internacional	
2002 a 2005	Terre des Hommes - TDH/ Holanda; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Fundação Konrad Adenauer - KAS/ Alemanha; Fundação Ford / EUA;	International Service - IS / Gra-Bretanha; Interagire - Unité / Suíça; Regione del Lazio / Itália; Fundação Greenstar - USAID/ Eua; Lateinamerika Zentrum - LAZ/ Alemanha; Ministério das Minas e Energia;	

	Instituto Ayrton Senna - IAS / Brasil; Ministério do Meio Ambiente - Programa Piloto - Ppg7; Fundação Kellogg / EUA	Ministério das Comunicações – GESAC; Ashoka / Avina;	
2005 a 2007	Terre Des Hommes - TDH/ Holanda; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Fundação Konrad Adenauer - KAS/ Alemanha; Fundação Ford/ EUA; Regione Del Lazio / Itália; Petrobras-Fome Zero; World Childhood Foundation - Wcf / Suécia; Embaixada da Itália	International Service - IS/ Grã-Bretanha; Serviço de Cooperação Alemão - DED/ Alemanha Embaixada da Itália; Ministério do Meio Ambiente; Ministério das Minas e Energia; Ministério das Comunicações – GESAC; Bovespa Social – BVS; Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ Instituto Oi Futuro Ashoka / Avina / Schwab	
2008 a 2011	Terre des Hommes - TDH / Holanda Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e social – BNDES; Fundação Konrad Adenauer - KAS / Alemanha; Fundação Ford / EUA; Regione del Lazio / Itália; Petrobras-Fome Zero; World Childhood Foundation - WCF / Suécia; Núcleo OIKOS; Lateinamerika Zentrum - LAZ / Alemanha; Alcoa; Ministério da cultura - cultura digital; Ministério do turismo;	International Service - IS / Grã-Bretanha; Serviço de Cooperação Alemão - DED/ Alemanha; Ministério do Meio Ambiente; Ministério das Minas e Energia; Ministério das Comunicações – GESAC; Instituto Ecofuturo; Escola Nórdica / Suécia; Lemelson Foundation – IDEAAS; Ashoka / Avina / Schwab.	

	Assembléia Legislativa do estado do Pará; Secretaria Municipal de Planejamento; Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.		
2012	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Fundação Konrad Adenauer - KAS / Alemanha; Fundação Ford / EUA; Núcleo OIKOS; Alcoa; Instituto Vivo TAM Linhas Aéreas S/A; Itaú Ecomudanças; Fundação Carlos Chagas.	Serviço de Cooperação Alemão - Giz/ Alemanha; Ministério do Meio Ambiente; Ministério das Minas e Energia; Ministério das Comunicações – GESAC; Governo do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência E Tecnologia - SEDECT; Instituto Ecofuturo; Escola Nórdica / Suécia; Ashoka / Avina / Schwab.	
2013	Fundação Konrad Adenauer - KAS/ Alemanha; Fundação Ford/ EUA; Núcleo OIKOS; Alcoa; Fundação Telefônica; Fundação Carlos Chagas Lateinamerika Zentrum - Laz/ Alemanha Fundo Vale; UNICEF; Petrobrás Social Secretaria de Agricultura do Estado do Pará.	Serviço de Cooperação Alemão - GIZ / Alemanha; Ministério do Meio Ambiente; Ministério das Minas e Energia; Ministério das Comunicações – GESAC; Governo do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência E Tecnologia - SEDECT Instituto Ecofuturo; Escola Nórdica / Suécia; Ashoka / Avina / Schwab.	

Fonte: Relatório Anual da ONG PSA, 2013.
Organização: Elcivânia Barreto, 2015.

De acordo com as informações contidas no quadro (2.3), foi possível constatar que há um misto de instituições públicas e privadas, além daquelas como já ressaltamos que apresenta a mesma natureza da ONG PSA, instituições sem fins lucrativos. O que comprova ainda que o Estado utiliza a ONG como seu mediador com as comunidades ribeirinhas desta fração do território, configurando assim, uma ação oculta do Estado, uma vez que tem-se no senso comum a pouca atuação do Estado ou sua total ausência, ou seria uma ausente presença como destacamos no item 2.1 deste capítulo, uma vez que é a ONG que intermedia suas ações, ou melhor age como Estado, com recursos do Estado, no entanto não é Estado.

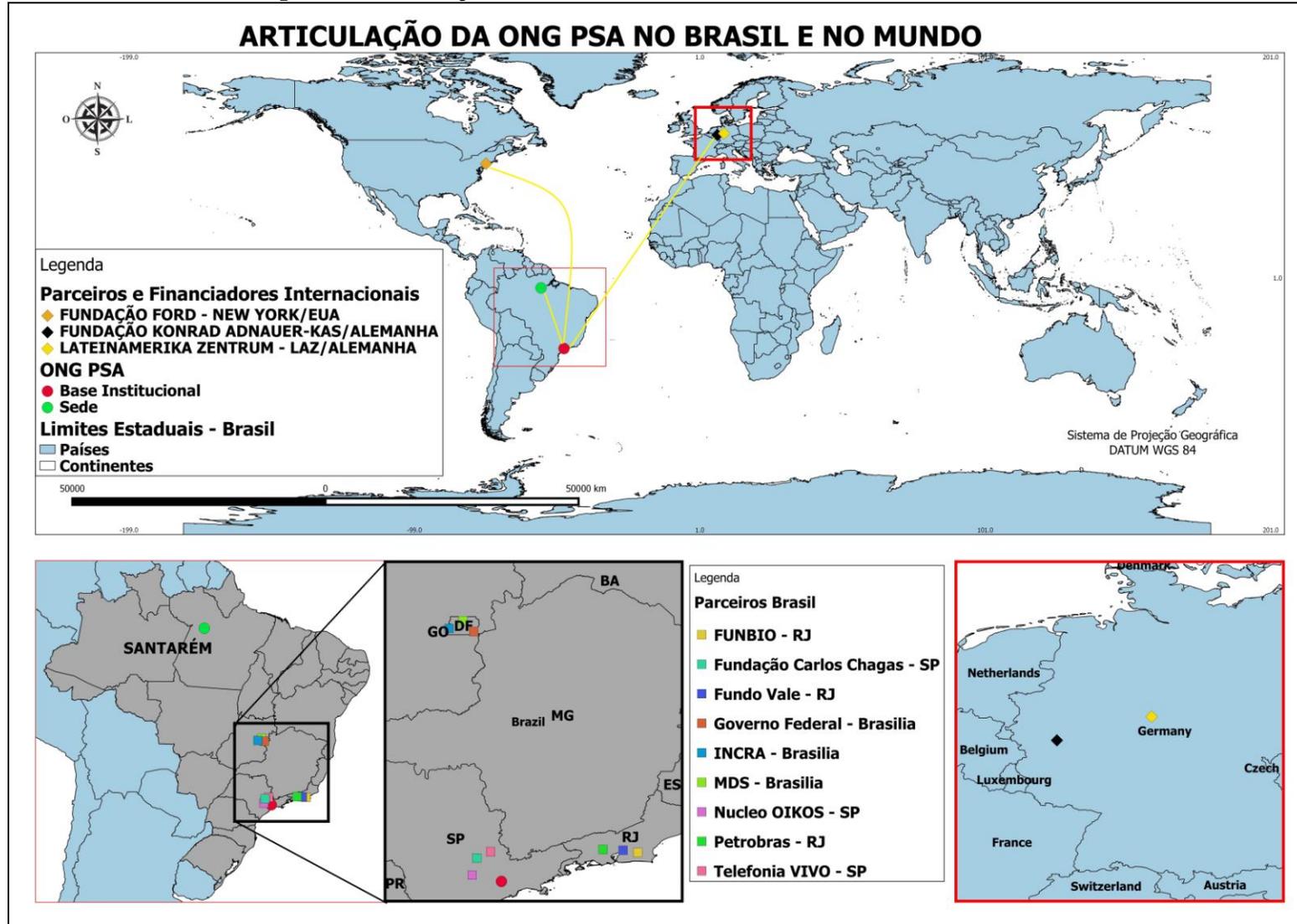
Ainda, é possível identificarmos a partir da década de 90 do século XX, uma intensificação da presença de organismos internacionais, atuando como parceiros da ONG PSA, em certos períodos sobressaindo-se em relação às parcerias com instituições brasileiras, sejam públicas ou privadas como vimos.

Conforme podemos observar no quadro (2.3) os parceiros da ONG PSA são principalmente de origem Europeia, tendo como frequente parceiro desde o ano de 1995, a Fundação Konrad Adenauer - KAS / Alemanha. Dentre as instituições brasileiras, as mais frequentes estão relacionadas ao próprio Estado, os quais são: Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Minas e Energia, ambos, presentes desde o ano de 1995.

Sendo que até em março de 2015 no site da ONG PSA constavam os seguintes parceiros: na Europa, a Fundação Konrad Adenauer - KAS / ALEMANHA (EUROPA) e Lateinamerika Zentrum - LAZ / ALEMANHA; na América do Norte a FUNDAÇÃO FORD / EUA; e no Brasil que são instituições públicas, como a Petrobrás, INCRA, Fundação Carlos Chagas, Ministério do Desenvolvimento social e combate a fome, Governo Federal, e outros tipos de instituições como Fundo Brasileiro para a biodiversidade – FUNBIO, Fundo Vale, Núcleo OIKOS, *Telefônica VIVO*.

Vejamos no mapa (2.2) a articulação da ONG PSA no Brasil e no mundo, ainda neste é possível visualizarmos como se dá articulação da ONG PSA tendo a sede em Santarém/Pará, mas também uma base institucional em São Paulo/SP, e sua ligação com as instituições parceiras em âmbito nacional e internacional.

Mapa 2.2. Articulação da ONG PSA no Brasil e no Mundo – 2015.



CAPÍTULO 3 – O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE RIBEIRINHADE ANÃ

Neste capítulo iremos conhecer a trajetória do turismo de base comunitária na comunidade de Anã, como a comunidade inseriu esta atividade em seu território e como o tbc enquanto contraponto ao turismo convencional se relaciona com as demais formas de uso do território da comunidade, além de suas implicações sócio-espaciais em Anã.

Ainda apresentaremos como tem se dado a atuação da ONG e do Estado para o desenvolvimento do turismo de base comunitária em Anã, mas antes disso, nos propomos em apresentar uma breve discussão de conceitos e princípios que norteiam a temática turismo de base comunitária, que como veremos se apresenta com outras terminologias.

3.1. Reflexões teóricas sobre o Turismo de Base Comunitária

Como vimos anteriormente, o turismo em cenário mundial é comandado por uma lógica do Mercado Global, no qual os agentes hegemônicos, como Estado e o mercado, ditam as regras do fazer turístico e juntos impregnam na sociedade a falácia de que o turismo é crucial para o desenvolvimento socioeconômico, bem como é a saída para as disparidades sócio-espaciais do atual meio técnico-científico e informacional.

Pensar o turismo de base comunitária como um contra-movimento é, sem dúvida, uma tarefa árdua, levando em conta o contexto no qual está inserido, no meio de um movimento global, que como já exaustivamente mencionado privilegia agentes hegemônicos, como empresas nacionais e multinacionais, que além de promoverem uma fragmentação do território, juntas vão se coadunando com vistas a uma privatização do território, negligenciando o fato de que o turismo não se dá em porções do território vazias, sejam vazias de objetos ou ações.

Diante disso, neste momento, daremos evidência ao turismo de base comunitária, partindo do pressuposto que este é uma forma de contra-razionalidade hegemônica de pensar o turismo. Contudo, não se pode negar que ainda estamos em busca de respostas e de

instrumentos que nos permitam afirmar isso, conquanto, esperamos obter tais respostas a partir do nosso objeto de estudo, que tem como recorte espacial a comunidade ribeirinha de Anã, no município de Santarém.

O turismo tem-se destacado no mundo contemporâneo como uma das atividades econômicas mais promissoras, apresentando-se com um alto grau de desenvolvimento. Dados da Organização Mundial do Turismo – OMT apontam que no ano de 2012 a chegada de turistas internacionais ultrapassou a casa de um bilhão, atingindo assim um crescimento de 4%. No ano de 2013, esse crescimento alcançou os 5%, o qual correspondeu a 52 milhões de chegadas de turistas a mais em relação ao ano anterior (OMT, 2013).

Entre os anos de 1995 e 2013, a chegada de turistas internacionais cresceu em torno de 550 milhões, alcançando assim o recorde em 2013, com a chegada de 1087 milhões de turistas. Tais dados revelam que nem mesmo a instabilidade econômica mundial impossibilitou o crescimento da atividade turística, pelo contrário, a mesma vem sofrendo uma grande evolução, demonstrando uma notável capacidade de adaptação, conforme ressalta o Secretario Geral da OMT, Taleb Rifai:

El sector turístico ha demostrado una notable capacidad de adaptación a las condiciones cambiantes de los mercados, así como para impulsar el crecimiento y la creación de empleo en todo el mundo, a pesar de los retos económicos y geopolíticos que persisten. De hecho, el turismo ha sido uno de los pocos sectores que ha aportado buenas noticias a muchas economías.³²

É possível considerar, a partir das informações fornecidas pela OMT (2014), que o turismo se constitui como um instrumento possível de promover o desenvolvimento econômico, desta forma, apontam-no como um das atividades econômicas mais promissoras, o qual vem contribuindo veementemente para a economia mundial, sintonizando a geração de emprego e renda, alcançando patamares na balança comercial mundial. Com isso, pode-se ratificar aquela velha concepção de turismo, enquanto panaceia principalmente das economias estagnadas de alguns países, fator que leva de imediato à corrida de instituições públicas e privadas a valorizar esta atividade em suas economias.

Longe, no entanto, de ser uma panaceia, o turismo tem se configurado como uma atividade dicotômica, pois ao mesmo tempo em que transforma lugares em territórios turísticos com a finalidade de desenvolvê-los economicamente e socialmente, a atividade tem

³²<http://media.unwto.org/es/press-release/2014-01-20/el-turismo-internacional-supera-las-expectativas-con-52-millones-llegadas-a>. Acesso em 29 de Janeiro de 2014.

a capacidade de provocar profundas transformações territoriais que afetam diretamente o modo de vida, a memória, a própria identidade das populações desses territórios.

Ao observarmos os dados apresentados pela OMT, podemos dizer que a atividade turística é vista apenas como uma grande mola propulsora de desenvolvimento econômico, quanto mais se elevam os números de chegadas de turistas internacionais, mais a atenção se volta para a atividade. Pode-se dizer com isso, que o turismo [...] “tem seu crescimento coordenado e orientado pelo mercado e pelos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, sem considerar, de maneira apropriada, os demais atores envolvidos no processo” (BARRETO, 2000, apud MENDONÇA, 2004). Isso fez e faz com que o Mercado exerça certo domínio sobre a população de algumas localidades, tornando a atividade turística excludente, uma vez que se desenvolve sem levar em consideração os interesses endógenos do lugar.

Parece, portanto, haver um paradoxo a ser considerado nesta reflexão. Apesar do potencial do turismo enquanto alternativa para a redução das desigualdades sociais e combate à pobreza, o enfoque de planejamento para o setor, prioritariamente centrado na perspectiva de desenvolvimento econômico, está ainda ancorado em uma lógica de mercado, que prioriza o lucro e o rápido retorno dos investimentos. Como resultado, o turismo tem sido também, frequentemente, um veículo significativo de impactos negativos sobre os destinos nos quais se desenvolve, contribuindo para o agravamento do processo de exclusão social (SANCHO; IRVING, 2011, p. 45).

Pode-se dizer que isso se dá pelo fato de o turismo, assim como as demais atividades econômicas, estar atrelada ao modelo capitalista, levando-a a ser implementada seguindo

uma ideologia economicista onde objetivos econômicos como crescimento, modernização tecnológica e do espaço urbano e ganhos de eficiência passam a ser perseguidos, ao frigidar dos ovos, como fins em si mesmos, o que se coaduna com a satisfação dos interesses econômicos e não-econômicos dos grupos dominantes, mas não do restante da sociedade (SOUZA, 2000, p. 82).

Desta forma, pensando na inclusão da população local no processo de desenvolvimento do turismo, surgiram algumas modalidades de turismo, dentre estas o turismo de base comunitária, uma modalidade recente do turismo, que vem se configurando gradativamente em cenário nacional e também mundial.

Tem-se assim um contraponto ao turismo convencional, que se trata do turismo de base comunitária, que visa não apenas o lucro, nem tão pouco os interesses de agentes

hegemônicos, mas que traz em seu bojo princípios que possibilitam o fomento da atividade pautada no desenvolvimento local.

buscar o desenvolvimento local a partir dessa atividade é uma estratégia que deve ser pensada (e, por que não dizer, executada) pelos governos estaduais e municipais, traçando políticas de turismo eficientes. [...] é através da consolidação das políticas de turismo numa localidade que o setor passará a ser tratado de forma organizada e dinâmica, onde o planejamento passa a ser coeso, levando-se em consideração a realidade e as características próprias de cada região, constituindo, desta forma, os fatores relevantes e imprescindíveis para que seja possível desenvolver a localidade a partir de turismo (SOUZA, 1996, p. 4-5).

Pensar o turismo como uma alternativa economicamente viável ao desenvolvimento local é vislumbrar sem dúvida a melhoria da qualidade de vida da população.

Pode-se dizer que ainda existe pouca produção teórica em torno do turismo de base comunitária, no entanto, tal prática tem despertado o interesse de vários estudiosos, principalmente ligados a área da geografia, incitando a produção de pesquisas em lugares que vêm desenvolvendo esta modalidade de turismo.

Diante das várias experiências de TBC no país e no mundo, diversificam-se também as terminologias e conceitos sobre tal modalidade, o que não quer dizer que seja um problema, mas sim um desafio para extrair de tais experiências suas especificidades e suas contribuições para a formulação de políticas de turismo que vislumbrem justamente o olhar, a inserção da população local. Para tanto

Não se pode falar em modelos ou quaisquer outras formas simplificadoras. A diversidade de contextos, histórias, lugares e personagens fazem de cada uma das iniciativas autoproclamadas “comunitárias” únicas. Tentar compreender essa diversidade e extrair ensinamentos que possam subsidiar a formulação de políticas públicas é sem dúvida um grande desafio. (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009, p. 16).

Levando em consideração a diversidade de experiências, identificamos algumas denominações que esta modalidade assume tanto na práxis como na literatura, os quais sejam: turismo comunitário, ecoturismo de base comunitária, turismo responsável, turismo rural comunitário, turismo justo, turismo solidário, dentre outras. Sendo assim apresentaremos a seguir reflexões de alguns autores que tem contribuído para a construção e o fortalecimento de um aporte teórico em torno da temática.

Cito inicialmente o conceito de ecoturismo de base comunitária apresentado por Mitraud (2003), o qual parte de uma perspectiva de *turismo responsável*³³. Sendo assim, este seria o tipo de “turismo realizado em áreas naturais, sendo determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (MITRAUD, 2003, p. 23). Vale ressaltar que este conceito se encontra no Manual de Ecoturismo de Base Comunitária elaborado pela WWF³⁴ no ano de 2003. Este manual apresenta algumas possíveis metodologias de desenvolvimento do ecoturismo no Brasil, uma vez que se vivenciava um período de desalento com a atividade turística tendo em vista os seus impactos negativos acarretados principalmente às áreas naturais e às populações residentes.

Utilizando a mesma terminologia, “ecoturismo de base comunitária”, a ONG CEAPS/Projeto Saúde é Alegria refere-se à prática como uma nova forma de gerir o turismo com ênfase no ser humano e nas relações com o outro. Vale ressaltar que a pertinente ONG projeto Saúde e Alegria atua no Estado do Pará, mais precisamente no oeste do estado desde o ano de 1987. Visando a geração de renda em comunidades ribeirinhas da região, a ONG propôs o projeto de Ecoturismo de Base Comunitária, que parte de uma perspectiva de turismo que

[...] propõe um modelo de desenvolvimento que privilegie o ser humano, que garanta condições de vida digna a todos os cidadãos, centrado em uma cultura de cooperação, parceria e solidariedade. [...] pretendendo ser antes de tudo um momento de encontro entre pessoas e culturas diferentes e este elemento precisa ser resgatado com muita ênfase, com todas suas implicações, para sair da lógica restrita e mercantilista do turismo de massa (ONG Projeto Saúde e Alegria, 2011).

Observa-se, nesse sentido, que o conceito apresentado pela ONG enfatiza uma contraposição ao turismo de massa, uma vez que privilegia as experiências vivenciadas tanto pelo residente quanto pelo visitante, uma experiência no e com o lugar, portanto busca-se não a fragmentação dos lugares, tão pouco a exclusão do feio, muito menos afastar o turista do pobre, do usual, conforme ressalta Carlos ao tratar do turismo contemporâneo, mas propor uma nova forma de turismo que valorize o lugar, as relações existentes, as experiências vividas neste lugar.

³³ Turismo responsável é aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários.

³⁴ World Wildlife Fund - Fundo Mundial da Natureza.

[...] nós vendemos o mundo como ele é, então não queremos mostrar um lado fantástico, do lugar que não é fantástico, nós mostramos o lado bom e o lado ruim, a gente tem que conhecer os problemas na Amazônia, temos que conhecer as dificuldades de uma comunidade isolada de tudo ribeirinha, como ver os lados positivos, alegres e culturalmente humanos dessas pessoas [...] (Entrevista concedida pelo coordenador do projeto de ecoturismo de base comunitária da ONG Saúde e Alegria, junho de 2011).

No âmbito do Estado, mais precisamente do Ministério do Turismo, órgão oficial do turismo no Brasil, o turismo de base comunitária, denominado ainda de solidário, de conservação, entre outras denominações, se configura como:

modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2008).

Convém destacar o conceito apresentado pela Rede Cearense de Turismo Comunitário - Rede Tucum³⁵, o qual destaca que o turismo comunitário nasce da percepção das próprias comunidades em relação ao turismo, que insatisfeitas com um modelo de desenvolvimento turístico pautado na concentração de renda e na geração de problemas socioambientais, passaram a requerer para si uma autonomia frente a atividade turística em seus territórios, redesenhando assim um turismo que vai “na contramão do convencional, pois a população local passa a ter o controle efetivo do planejamento das atividades e pela gestão das infraestruturas e serviços turísticos” (REDE TUCUM, 2013).

No site da Rede Tucum são apresentados ainda princípios e diretrizes que regem o turismo comunitário no Ceará, quais sejam:

1. As atividades de turismo são desenvolvidas por grupos organizados e os projetos são coletivos, de base familiar;
2. O turismo se integra à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais;
3. O planejamento e a gestão das atividades são de responsabilidade da organização comunitária local;
4. O turismo comunitário baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e os visitantes;
5. O turismo comunitário promove a geração e a distribuição equitativa da renda na comunidade;

³⁵ A Rede Tucum é um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará [...] formada por comunidades localizadas na zona costeira cearense. Atualmente, conta com a participação de dez comunidades costeiras, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais, dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza, além de duas ONG'S que fazem o apoio institucional à rede - Instituto Terramar (Brasil) e Associação Tremembé (Itália). (<http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/secao/18723>)

6. O turismo comunitário fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção, da cultura e das identidades locais;
7. O turismo comunitário promove o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre si;
8. O turismo comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade socioambiental. (REDE TUCUM, 2013).

Tais princípios e diretrizes nos remetem ao conceito de turismo comunitário elaborado por Coriolano, esta que tem desenvolvido de forma exponencial estudos sobre a temática em comunidades litorâneas no Estado do Ceará.

O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios. (CORIOLANO, 2009, p. 282).

Privilegia-se assim a escala humana (Coriolano, 2003), pois é onde de fato o turismo comunitário deve concretizar-se, portanto, ocorre sobre o olhar atento das populações locais, que passam a atuar diretamente no desenvolvimento da atividade.

Para Maldonado (2009), o Turismo Rural Comunitário (terminologia utilizada pelo referido autor) surge principalmente como uma forma de resistência das populações locais em seus territórios, uma forma de resistir às intensas transformações impostas pelo processo de globalização ao seu lugar.

O turismo de base comunitária, nesse sentido, “deve favorecer a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promoverá a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento”. (IRVING, 2009, p. 112).

O turismo de base comunitária nos permite desta forma repensar o sentido do lugar, partindo de uma reflexão “da maneira como as pessoas vivem nos lugares onde residem ou os que visitam, deles extraíndo uma experiência” (CLAVAL, 2001, p. 46 apud, MARANDOLA, pag. 78).

O turismo de base comunitária, segundo Bartholo (2009), invoca um sentido de proximidade, o qual dialoga com o sentido do lugar heideggeriano, uma vez que “[...] o lugar heideggeriano encaminha ao encontro face a face no vigor da proximidade. Nele a centralidade do encontro face a face não é meramente topológica.” (BARTHOLO, 2009 p. 45).

Diante disso, Bartholo (2009), discorre sobre o sentido de proximidade relacionando-o com as ideias da relação Eu-tu de Martin Buber, levando em conta que “a pessoa da relação Eu-Tu é o suporte relacional que permite fazer da alteridade uma presença, numa possibilidade relacional que se estende para além do campo do inter-humano”. O resgate do sentido de proximidade se dá em decorrência da própria negação do sentido de proximidade que se tem observado nos dias atuais, no contexto de uma sociedade que vive em “*tempos líquidos*”, no qual a valorização da relação *Eu-Issso*, se dá em detrimento da *Eu-tu*. Vale frisar que na relação *Eu-Issso* “não há lugar para proximidades vinculares, que lhe permanecem uma exterioridade. Ela não conhece encontros face a face [...]” (BARTHOLO, 2009, p. 51).

Portanto, o turismo de base comunitária permite um sentido de proximidade, que se concretiza nas experiências vividas e compartilhadas entre nativos e viajantes, ambos se permitem “uma atitude dialógica, o que significa a abertura para primordialmente falar com alguém, não de alguém ou alguma coisa” (BARTHOLO, 2009 p. 52).

Isso, indubitavelmente refletirá o desenvolvimento da atividade respeitando os valores de cada agente envolvido no processo, além do que induzirá não a literal comercialização dos patrimônios cultural e natural, mas a um momento em que haverá segundo Zaoual (2009) intercâmbio intercultural, assegurando também as durabilidades sociais e ecológicas.

Não se comercializam o que os turistas desejam; se disponibiliza o que entende ser valioso, em termos culturais e ambientais. O intercâmbio, as relações são o princípio fundamental do TBC. Assim como quem busca, está aberto a se adaptar e valorizar os códigos dos lugares visitados. Trata-se, portanto de um turismo que tem nas relações de hospitalidade a principal motivação. Entretanto, não se exclui o contrato. As relações econômicas são enriquecidas por outras relações que ultrapassam a racionalidade do lucro imediato (BURSZTYN & SAN SOLO, 2010 p. 150)

Vale ressaltar que isso só será possível mediante a participação ativa da população local principalmente no que condiz ao planejamento e gestão da atividade, conforme destaca Irving (2009, p. 112.).

O turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas do destino turístico forem sujeitos e não objetos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de comum, de coletivo.

Isso demonstra o diferencial do turismo de base comunitária das demais modalidades de turismo que existem, em que se tem como foco não a dimensão econômica, mas a

dimensão social, circunscrita numa perspectiva de maior autonomia das populações envolvidas no processo, propiciando assim o aumento da justiça social e da qualidade de vida, consolidando de fato um desenvolvimento territorial pleno.

Para tanto, vale destacar Irving (2009), ao elencar as premissas para o turismo de base comunitária, como forma de propor uma reflexão em torno deste, que possa vir a ultrapassar o sentido de “comunitário” e principalmente “comunidade”, que na maioria das vezes são remetidos, ou tidos como sinônimos de pessoas carentes, de baixa renda, e por assim também excluídos das políticas de Estado, e/o relegados a segundo plano em tais políticas:

- ✓ Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local;
- ✓ Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos;
- ✓ Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados;
- ✓ Geração de benefícios diretos a população local;
- ✓ Afirmação cultural e interculturalidade;
- ✓ O “encontro” como condição essencial

Tais premissas revelam a importância da população local nesse processo, em que não será o mercado a ditar as regras de o quê, como implementar o turismo em seu local. Trata-se de fato da presença dos atores locais durante todo o processo do planejamento da atividade até mesmo na execução da atividade, promovendo o desenvolvimento local a partir da iniciativa própria do local, firmando-os em seu território, em sua identidade, e fazendo do “encontro” com o turista, o seu principal “produto”, produto este que deve corresponder:

no compromisso ético, de respeito, e engajamento de quem está de quem vem e o intercâmbio real entre os sujeitos que recebem e os que são recebidos e destes, com o ambiente no qual interagem (...) nesse sentido atores locais, e turistas são simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos no processo. (IRVING, 2009, p. 116-117).

Nessa nova perspectiva de turismo, também se revela um novo perfil do turista, pois nesse caso não é o turista convencional que procura por experiências como estas, mas são turistas que, tomados de uma percepção de mundo diferenciada, em que se volta a conhecer e se mergulhar no outro, num modo diferente, que lhes permita vivenciar costumes, modos de vida totalmente diferentes do seu, mas que também se permita transmitir suas experiências enquanto não pertencente ao local visitado. Esse novo perfil de turista, revela a importância

dessas populações excluídas pelo turismo convencional, mas que possibilitam a inserção delas num segmento em que não é a lógica nem o “tempo” do mercado que prevalece, mas a lógica, o “tempo” de comunidades seja tradicional ou não, que estabelecem e se firmam com uma nova proposta de turismo, que faz do encontro entre turistas e visitados, um processo, uma descoberta, crítica e reinvenção de uma nova realidade (IRVING, 2009).

Conforme podemos observar, há uma gama de denominações e características que num esforço em conjunto buscam designar o turismo de base comunitária. Contudo, fez-se necessário optarmos por uma terminologia, o qual conduziu-nos na análise do nosso objeto de estudo.

Assim, utilizamo-nos, neste trabalho, da terminologia turismo de base comunitária, assim como nos assentamos nas premissas do TBC propostas por Irving (2009), as quais nos permitiram refletir o TBC enquanto possibilidade de uma comunidade, seja esta tradicional, ou não, firmar-se em seu território; direcionar o uso do seu território, seja este para o turismo ou não; ter autonomia no processo de planejamento, execução e monitoramento da atividade; e de proporcionar um desenvolvimento, que corresponda de fato a uma mudança social positiva; tornando-os de fato verdadeiros cidadãos.

Mas, ainda trataremos o TBC como um contraponto ao turismo convencional, utilizando Santos (2012b) buscaremos analisá-lo como uma contra-racionalidade hegemônica, no qual se busca a essência nas relações entre os sujeitos, essa busca, que se configura como “um movimento sem fim que inclui o sujeito em um processo dialético e o restitui a si mesmo”, e que faz restaurar a individualidade adormecida num período histórico em o “êxito” é norma essencial da vida.

3.2. O Turismo de Base Comunitária no Brasil: O Caso da Amazônia Paraense

Apesar da existência de práticas no Brasil desde a década de 1990, o Turismo de Base Comunitária só teve visibilidade por parte do Estado no ano de 2008, com o lançamento do Edital nº001/2008 do Ministério do Turismo, o qual selecionou 50 projetos (figura 3.1) específicos de Turismo de Base Comunitária para financiamento, num universo de 500 propostas. Tal número de propostas inscritas na seleção nos revela como esta prática vem ganhando força no país.

Figura 3.1. Estados que tiveram projetos de turismo de base comunitária selecionados através do Edital 001/2008 do Ministério do Turismo



Fonte: SILVA, RAMIRO e TEIXEIRA, 2009, p. 369.

Conforme podemos observar, 50 projetos distribuídos em 19 estados brasileiros foram contemplados com recursos do Ministério do Turismo, sendo que nos estados do Rio de Janeiro e Ceará houve uma maior concentração de projetos aprovados.

O lançamento do Edital nº 001/2008 do Ministério do Turismo foi sem dúvida um grande avanço para o reconhecimento da atividade na esfera do poder público, bem como para estimular a formulação de políticas públicas para a mesma. No entanto observa-se que as ações de incentivo a esta modalidade de turismo ainda são bem pontuais, porém “esse foi um marco das primeiras ações do poder público federal em apoio a outro modelo de turismo onde as populações tradicionais, os trabalhadores rurais, os pescadores, os representantes das culturas indígenas são os principais protagonistas” (BARTHOLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2009, p. 15).

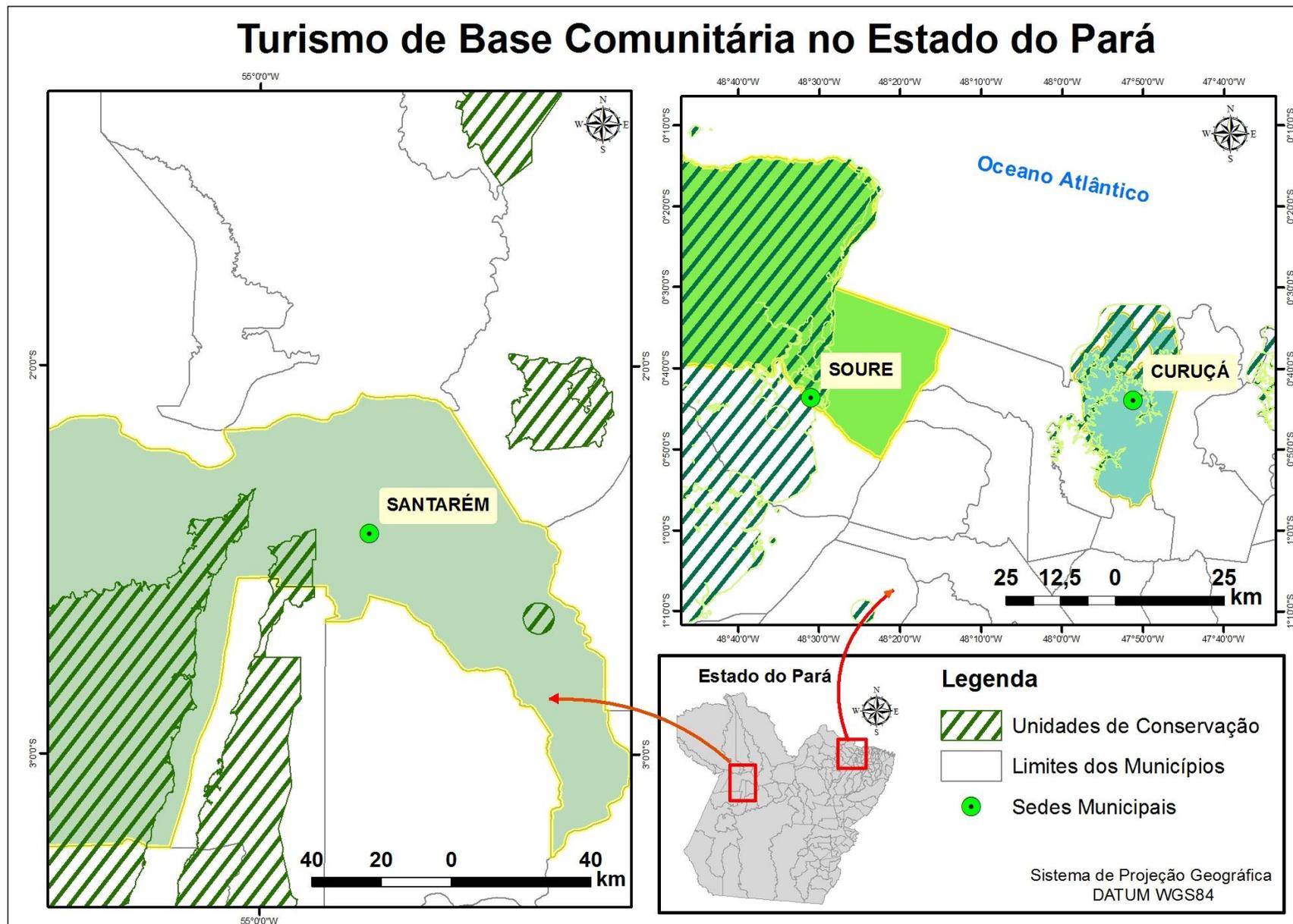
Como mencionado anteriormente vários estudos vêm sendo realizados sobre o turismo de base comunitária. No Brasil, pesquisadores têm se debruçado sobre os casos brasileiros de TBC, na perspectiva da elaboração de aportes teórico-metodológicos que possam fortalecê-lo enquanto uma nova forma de turismo, que transcenda a perspectiva convencional de turismo, a qual possa ainda repercutir, sobretudo, no desenvolvimento territorial e social das comunidades envolvidas.

Poder-se-ia apresentar várias experiências de TBC brasileiras, contudo, optamos por discorrer sobre a realidade da Amazônia, mais precisamente da Amazônia Paraense, a qual nos remeterá ao nosso recorte espacial.

O critério de escolha das experiências destacadas neste trabalho está relacionado aos projetos de TBC que foram contemplados para financiamento através do Edital 01/2008 do Ministério do Turismo, sendo estes: Projeto “Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá”; Projeto VEM: Viagem Encontrando Marajó; e o projeto “Ecoturismo de base comunitária no Polo Tapajós”.

O mapa (3.1) na página posterior nos mostra como estão espacializadas tais experiências no estado do Pará, identificando assim os municípios sedes de cada projeto de turismo de base comunitária que foram selecionados pelo Ministério do Turismo. No mesmo mapa, já podemos localizar a comunidade ribeirinha de Anã, recorte espacial de nossa pesquisa.

Mapa 3.1



É possível apontar nesse sentido alguns pesquisadores que se dedicaram aos estudos de tais projetos, dentre os quais cita-se Queiroz (2011) o qual dedicou-se aos estudos do **projeto da Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá** dentro de uma perspectiva das ciências agrárias. Em seu estudo, Queiroz (2011) busca analisar a experiência de Ecoturismo de base Comunitária, tomando como referência o Instituto Tapiaim, que se trata de uma organização local formada por filhos de agricultores familiares, pescadores e educadores locais, criado justamente para trabalhar o EBC, o qual também fica responsável por recepcionar grupos de turistas estrangeiros. Em linhas gerais, sua pesquisa buscou, sobretudo, analisar a participação da população local nesse processo, identificando ainda os agentes envolvidos, assim como estes se articulam para o fomento da atividade, além de avaliar em que medida o EBC tem se constituído como uma estratégia para a permanência dos jovens no local. A autora aponta, com base na literatura desenvolvida tanto no Brasil quanto na América Latina, que tal experiência de EBC caracteriza-se como ecoturismo, porém não se trata de base comunitária.

No que se refere aos projetos “Vem: Viagem encontrando Marajó”, e ao projeto “Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós³⁶, deu-se destaque aos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Geografia do Turismo da Universidade Federal do Pará (GeoTur), o qual sob a coordenação da professora Dra. Maria Goretti Tavares, desenvolveram pesquisas que tem suscitado a caracterização do TBC no estado do Pará. Desta forma, convém ressaltar Angelim (2010; 2013) e Lobato (2011), os quais desenvolveram estudos sobre o “Projeto VEM: Viagem Encontrando Marajó”, e Barreto (2012) que tem centrado seus estudos no projeto “Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós”.

Angelim (2013) busca aprofundar seus estudos em relação ao **Projeto VEM** e, para tanto, analisa a “contribuição do turismo de base comunitária para a construção do desenvolvimento sócio-espacial” (ANGELIM, 2013. p. 19). Nesse sentido, traça a identificação e análise dos agentes ligados a essa atividade e suas respectivas funções, apontando ainda possíveis indicadores que subsidiaram suas análises quanto à contribuição do TBC como possível vetor desenvolvimento sócio-espacial.

Já Barreto (2012), em seus estudos sobre o **projeto “Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós”**, traz uma reflexão sobre as experiências de turismo de base comunitária que vêm sendo desenvolvidas em comunidades tradicionais dos municípios de

³⁶ O Polo Tapajós faz parte de uma divisão regional do Turismo no Estado do Pará realizada no ano de 2001 e revisada no ano de 2008, visando atender as necessidades postas no Programa Nacional de Regionalização do Turismo.

Santarém e Belterra. A pesquisa apontou que são duas realidades completamente distintas, contudo ambas as experiências são implementadas em comunidades tradicionais localizadas em unidades de conservação. A autora destacou que o Projeto de EBC coordenado pela ONG Saúde e Alegria volta-se a comunidades ribeirinhas do Município de Santarém, enquanto, em Belterra, há uma prática de turismo desenvolvido pelas próprias comunidades tradicionais localizadas na Floresta Nacional do Tapajós, sendo que estas não recebem apoio da ONG Saúde & Alegria no que tange ao turismo e, passaram a desenvolvê-lo em seu território em decorrência do ProManejo³⁷, o qual lhes possibilitou várias capacitações, dentre as quais referentes à prática turística.

Apresentaremos a seguir uma breve caracterização do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós, buscando evidenciar a nossa área de estudo, que é a comunidade Ribeirinha de Anã.

Projeto de “Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós”

O projeto de ecoturismo de base comunitária, selecionado através do edital nº 001/2008 do Ministério do Turismo, teve como proponente a ONG Projeto Saúde e Alegria (PSA) - Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental/Ceaps.

O recurso, no valor de R\$148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), advindo do Ministério do Turismo, foi destinado ao fomento do turismo em 04 (quatro) comunidades ribeirinhas **Anã** (Localizada na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns), Atodí, Arimum e Vila Amazonas (no Projeto de Assentamento Extrativista Gleba Lago Grande), todas situadas no município de Santarém. Contudo, as ações da ONG em relação às práticas turísticas não estão restritas a estas, inclusive, a pretensão da ONG, conforme ressalta Barreto (2012) era ampliar o projeto para 15 comunidades até o ano de 2014.

Este projeto consolidou-se em três das comunidade envolvidas, sendo que Vila Amazonas em 2014 não fazia mais parte do projeto. Porém outras comunidades ribeirinhas passaram a ser envolvidas.

³⁷ O ProManejo - Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia - é um projeto inserido no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e implementado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo IBAMA, e tem como objetivo geral apoiar o desenvolvimento e a adoção de sistemas de manejo florestal na Amazônia, com ênfase na produção sustentável de produtos madeireiros, através de ações estratégicas e experiências-piloto em áreas prioritárias.

3.3. A Trajetória do turismo de Base Comunitária em Anã: A Atuação da ONG PSA

A trajetória do Turismo de base comunitária em Anã se dá mediante a firmação da atuação da própria ONG PSA em Anã pois, como vimos anteriormente e veremos mais adiante, este é parte de um amplo projeto criado e coordenado pela ONG Projeto Saúde e Alegria. Portanto, não se pode prescindir a trajetória do turismo de base comunitária em Anã, da presença e atuação da ONG PSA na comunidade.

O projeto de turismo de base comunitária implementado pela ONG, como já ressaltado, faz parte do programa “empreendimentos sustentáveis”, projeto que se concretizou a partir do ano de 2008. Contudo, anteriormente, a ONG já havia organizado viagens a algumas comunidades ribeirinhas da região com o objetivo inicial de facilitar e mediar à interação entre visitantes e comunidades ribeirinhas mediante a prática constante de receber parceiros e financiadores para viagens de trabalho, esta que teve início ainda no ano de 1987.

No ano de 2001³⁸, a ONG PSA organizou em parceria com o Projeto Bagagem³⁹, uma expedição pelas comunidades ribeirinhas de Santarém, o qual se denominou Roteiro Amazônia Ribeirinha, esta que também deu origem a ONG Projeto Bagagem. A partir desta primeira expedição, além da estruturação do projeto Bagagem como ONG, passou-se a organizar 2 (duas) expedições anuais, esta que consistia em levar pequenos grupos de turistas (entre 10 e 15 pessoas) a conhecerem uma fração do território santareno, mais precisamente o território de comunidades ribeirinhas do município. Essa expedição durava aproximadamente 9 (noves) dias, sendo que os turistas, ou melhor, os “bagageiros⁴⁰”, teriam que dormir em redes no barco, que servia como principal meio de transporte dos bagageiros pelos rios Tapajós e Arapiuns para chegarem às comunidades ribeirinhas envolvidas. Os bagageiros eram, em sua maioria, procedentes da região sudeste e centro-oeste do Brasil, inclusive logo na primeira expedição, vieram pessoas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, além de pessoas advindas do Distrito Federal.

³⁸ No site do Projeto Bagagem consta que a primeira expedição ocorreu no ano de 2002 (<http://www.projctobagem.org/>).

³⁹ O Projeto Bagagem é uma iniciativa sem fins lucrativos que promove o turismo comunitário em regiões do Brasil que apresentam um grau significativo de organização comunitária. Por meio de viagens, o projeto leva um grupo de pessoas interessadas em conhecer melhor o país, para conviverem de maneira direta com a população local. Mais do que visitar atrações turísticas, a ideia é dar aos visitantes a oportunidade de experimentarem a vida nas comunidades como ela realmente é, em um processo de aprendizagem e intercâmbio cultural, onde participantes e membros das comunidades saem ganhando. A viagem é também uma oportunidade de conhecer o trabalho da ONG parceira e fonte de renda para as comunidades (<http://www.projctobagem.org/>).

⁴⁰ Expressão utilizada para denominar os participantes da expedição.

Ao chegarem às comunidades, os bagageiros realizavam diversas atividades, tais como: gincana cultural, oficina de cestaria com grupo de artesãs, passeios de canoa, caminhadas em trilhas na mata, banhos de rio, participação de programa na rádio comunitária, oficinas com as crianças e grupo de jovens, noites culturais, visitas a projetos desenvolvidos pelas comunidades visitadas.

Esta experiência com o projeto Bagagem foi o marco inicial para o desenvolvimento de outros roteiros pela ONG Projeto Saúde e Alegria, não somente com o Projeto Bagagem, mas com outros parceiros, outras instituições, como *World Learning Brazil*, *Ambiental Expedições*, *I-To-I/IkoPoram*. Além destas viagens organizadas, a ONG PSA ainda organiza viagens demandadas pelos seus parceiros financiadores, com a finalidade de leva-los a conhecer os projetos desenvolvidos pela ONG nas comunidades.

Foi mediante tais experiências desenvolvidas pelo PSA que o mesmo, a fim de fomentar e consolidar o turismo como uma alternativa de renda nas comunidades ribeirinhas do município de Santarém, elaborou, no ano de 2008, um projeto intitulado “Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós”, o qual fora submetido ao Ministério de Turismo para concorrer na obtenção de financiamento disposto através do Edital nº001/2008 do MTur. Como já ressaltado anteriormente, esta foi a primeira vez em que o Estado contemplou em suas políticas de turismo, ações para esta modalidade de turismo; pela primeira vez, o chamado turismo de base comunitária ganhou visibilidade nas políticas do Estado.

Este edital surgiu com finalidade de financiar projetos de turismo de base comunitária, atendendo a princípios do desenvolvimento local com os da economia solidária. Assim, tais projetos deveriam indicar, em seu bojo, a estruturação produtiva das atividades turísticas protagonizadas por integrantes das comunidades. Desta forma, traduziu-se em umas das ações para atender um dos objetivos dispostos no Plano Nacional de Turismo 2007-2010, correspondendo assim ao fortalecimento de roteiros segmentados, com foco no território para o desenvolvimento local e inclusão social (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

É nesse contexto que a comunidade ribeirinha de Anã envolveu-se com o projeto de turismo de base comunitária desenvolvido pela ONG Projeto Saúde e Alegria. Como citado anteriormente, este projeto contemplou quatro comunidades ribeirinhas do município de Santarém, dentre as quais Anã. A seleção das comunidades para participação no projeto foi feita pela ONG PSA. Contudo, era uma escolha que dependia principalmente do próprio interesse das comunidades em participar do mesmo, e este foi um dos pontos avaliados pela ONG no momento em que esta levava a proposta às comunidades.

Como Anã já havia demandado este tipo de projeto, bem como já havia em Anã comunitários com cursos de “guia de turismo”, o qual fora ofertado pelo SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, para várias comunidades ribeirinhas de Santarém, tornou-se mais fácil a inserção de Anã no projeto de turismo de base comunitária elaborado pela ONG PSA, contudo, foi principalmente o interesse dos comunitários em participar do projeto, que levou a comunidade a fazer parte do grupo de comunidades envolvidas com o projeto de turismo.

Vale mencionar que não foi por este projeto de turismo de base comunitária coordenada pela ONG PSA que a comunidade de Anã, “conheceu” o turismo. Anteriormente ao projeto, Anã já havia recebido visitas de pessoas de outros Estados e países também, mas Anã servira apenas de passagem para outras comunidades. E mesmo quando as pessoas se locomoviam até Anã para conhecer os projetos que desenvolvia, como o projeto de criação de peixes, o projeto de manejo de abelhas dentre outros, os comunitários sempre eram surpreendidos, já que em momento algum, recebiam comunicados sobre as visitas; assim nunca fora deixado nenhum valor em dinheiro pelos visitantes, nem pelas agências de turismo que intermediavam a ida dos visitantes, ou melhor, que vendiam os projetos da comunidade em seus pacotes.

Com base nas entrevistas realizadas em 2010 durante seu trabalho de campo na comunidade de Anã, Barreto (2011) identificou que a comunidade em nenhum momento fora beneficiada com estas visitas intermediadas por agências de turismo procedentes principalmente de Santarém; o que ficava na comunidade era apenas o descontentamento por parte dos comunitários assim como o lixo produzido pelos visitantes, que geralmente era deixado na comunidade. Ratificando tais informações, cabe citarmos dois trechos de entrevistas realizadas com comunitários de Anã, uma delas realizada no ano de 2011 e outra no ano de 2014 em Anã (quadro 3.1).

Quadro 3.1. Trechos de Entrevistas realizadas com comunitários de Anã.

Trecho 1 - Entrevista realizada no ano de 2011 por Barreto (2012)	Trecho 2- de Entrevista realizada no de 2014 pela pesquisadora.
[...] as agências vendiam os pacotes, incluindo a nossa comunidade e os nossos projetos, e ninguém sabia de nada né, e nós ficávamos no prejuízo [...] porque as pessoas, era um fluxo direto de turismo, de visitantes passando na comunidade, mas não deixavam nenhum centavo e a única coisa que ficava era o lixo [...] então nós chegamos num momento em que a comunidade tomou uma decisão e chamamos, tivemos até reuniões com os donos das agências, na qual eles não aceitaram muito as nossas propostas, [...] então graças ao PSA ele dá esse foco de informação e com e com essa parceria nós conseguimos decidir o que nós queremos realmente [...] (Entrevista concedida pelo morador da comunidade de Anã, junho de 2011).	[...] Anã já servia de escada pra Alter do Chão, pois as agências de alter do chão, deixavam os visitantes deles em Maripá, que tinha uma maloca lá, nos não tínhamos nada nessa época, e deixavam eles na frente pra pegar o barco atravessar para outra comunidade pra comprar artesanato. E há um ano, dois anos, nos começamos a observar que as agências de alter. do chão tinham colocado nossas coisas dentro do pacote deles como os peixes, quando eles chegavam queriam ver a criação de pexie, iam na produção do mel, até que deixavam um dinheiro pois compravam o mel, mas era só, so deixavam lixo na comunidade. (Entrevista concedida pela Entrevistada D na comunidade de Anã)

Organizado com base em informações de Barreto (2012) e em entrevistas realizadas pela pesquisadora no ano de 2014 na comunidade de Anã, no município de Santarém-Pará.

Os trechos acima, além de ratificar as ideias expostas anteriormente, revelam outra face do turismo na comunidade, uma vez que os comunitários não eram envolvidos, tão pouco comunicados sobre a inserção da comunidade nos pacotes vendidos pelas agências de viagens do município de Santarém aos turistas, não havendo qualquer benefício à comunidade, além dos poucos produtos que eram vendidos aos visitantes.

Esta forma como Anã era inserida no turismo, ou melhor, nos roteiros das Agências de Viagens de Santarém, além da insatisfação, causou uma indignação nos comunitários o que levou os mesmos a se organizarem e criarem um movimento para impedir a passagem e ida desses visitantes à comunidade. Porém, em reunião com o ICMBio, foram informados que não poderiam criar esse tipo de barreira, uma vez localizados em uma Unidade de Conservação, e dentro desta unidade havia outras comunidades, que com aquele ato, se sentiram prejudicadas.

Foi justamente este fato, essa insatisfação por parte dos **comunitários** de Anã, que os motivou a buscar maiores esclarecimentos sobre o turismo, assim como a buscar capacitação, como o curso de guia de turismo comentado anteriormente, para justamente começarem a implementar o “turismo”, inseri-lo como uma atividade que deveria ser desenvolvida pela comunidade, e que os benefícios gerados por esta fossem direcionados principalmente a comunidade.

E nessa busca por esclarecimentos sobre o turismo, alguns comunitários de Anã começaram a participar de reuniões, levando-os a conhecer várias pessoas, dentre as quais o

Senhor Davide Pompermaier⁴¹, pertencente à ONG PSA, e responsável e coordenador do projeto de ecoturismo de base comunitária. Esse foi o primeiro contato de comunitários de Anã com a pessoa do Senhor Davide, porém não foi neste momento que fora apresentado o projeto a comunidade.

Com a elaboração do projeto, a ONG PSA, através da pessoa do senhor Davide Pompermaier, foi à comunidade de Anã apresentar a proposta, esclarecendo ponto a ponto, os objetivos do projeto para saber se os mesmos aceitariam ou não participar do mesmo. Contudo, conforme aponta a Entrevistada D, esta reunião foi sem dúvida a mais difícil, uma vez que nem todos os comunitários viam o projeto, tão pouco a presença da ONG de forma positiva para a comunidade; muitos acreditaram que isso era o início de um processo de venda da comunidade. Somente após a segunda reunião conseguiram a aprovação da comunidade. Devemos deixar claro, que mesmo nesta segunda reunião, ocorreu hesitação, alguns comunitários ainda permaneceram contrários à entrada da ONG na comunidade, porém outros comunitários acreditaram e aceitaram a proposta da ONG, inserindo Anã no projeto de “Ecoturismo de Base Comunitária⁴²”, o qual fora apresentado ao Ministério do Turismo para participar do Edital nº 001/2008 Mtur.

Vale destacar ainda que a participação de Anã no projeto da ONG PSA, como apontou o coordenador do Projeto de EBC, senhor Davide Pompermaier, se deu pelo fato também de perceberem em Anã uma comunidade com uma liderança significativa, além dos vários projetos que estavam desenvolvendo, os quais poderiam ser utilizados como atrativos, pontos de visitação na comunidade.

Convém mencionar que antes do projeto de ecoturismo de base comunitária, a ONG PSA atuava na comunidade, com ações inseridas no seu programa de Saúde, estas relacionadas aos atendimentos realizados por uma equipe de médicos através do Barco Abaré, e com o projeto de implantação dos microssistemas de abastecimento de água, o qual, Anã fora contemplada no ano de 2005, com a instalação de um microssistema, este último que trouxe grandes melhorias para a comunidade, uma vez que havia uma ocorrência grande de vômito e diarreia, principalmente entre as crianças e os idosos.

A inserção de Anã no projeto de ecoturismo de base comunitária desenvolvido pela ONG PSA foi fundamental para a organização da prática na comunidade, e apesar da

⁴¹Davide Pompermaier, de nacionalidade italiana, reside na Amazônia há 20 anos. Trabalha com o turismo desde antes de vir para o Brasil, quando ainda residia na Itália, porém trabalhando com o turismo dentro da ONG Projeto Saúde e Alegria, está desde o ano de 2008.

⁴²De acordo com Barreto (2011) a terminologia “ecoturismo” agregada a expressão base comunitária, é utilizada apenas por uma questão de marketing, segundo o próprio coordenador do projeto.

hesitação de alguns comunitários em relação ao pertinente projeto, os comunitários entrevistados, não somente os envolvidos, mas os não envolvidos com o projeto, apontam que a ONG PSA foi importante para a comunidade, principalmente pelos projetos que a mesma tem desenvolvido na comunidade, os quais, como vimos anteriormente, não se restringem apenas ao de ecoturismo.

Após a formalização de Anã no projeto de turismo da ONG PSA e com a seleção do projeto pelo Ministério do Turismo, através do Edital nº001/2008 para financiamento, iniciaram-se as oficinas de qualificações das comunidades, que como já citamos, além de Anã, haviam mais três comunidades envolvidas no projeto.

A oficina de qualificação foi dividida em 4 (quatro) módulos, os quais foram: Módulo 01 - Acolhida aos visitantes (Recepção); Módulo 02 - Educação Ambiental e o Lixo; Módulo 03 - Manipulação de Alimentos e Culinária regional; Módulo 04 – Intercâmbio. Cada módulo com carga horária de 24h.

Em seguida, os comunitários envolvidos nas oficinas foram levados à construção de um inventário, cada grupo das comunidades deveria identificar os atrativos existentes em suas comunidades, como os projetos que as mesmas desenvolviam, além de elementos de sua configuração territorial que consideravam interessantes, e que pudessem ser apresentados aos visitantes. A ONG fornecia uma ficha aos grupos de comunitários de cada comunidade, na qual deveriam preencher com informações relativas à infraestrutura da comunidade, quantidade de famílias, histórico da comunidade, como estava organizada a comunidade (grupos comunitários, associações e etc.), recursos hídricos, trilhas existentes na comunidade, dentre outros pontos considerados relevantes das comunidades.

Ao final do inventário de cada comunidade, apresentou-se ainda um “diagnóstico preliminar de ecoturismo”, o qual correspondia a possíveis atividades que os visitantes poderiam realizar nas comunidades, assim como as possibilidades e limitações de cada comunidade para o desenvolvimento do projeto.

Tratando-se mais especificamente de Anã, o diagnóstico apontou de forma preliminar, que os atrativos turísticos potenciais na comunidade, seriam: Trilhas, Lago do Anã e suas cabeceiras, praias, casa de farinha, igarapés, projetos (melipomel, MUSA, APRONÃ), artesanato, cultura da comunidade, modo de vida dos comunitários, piracaias (Expressão utilizada no Pará para designar “peixe assado na praia”).

Quanto às limitações encontradas na comunidade para o desenvolvimento do projeto, identificaram a inexistência de um local de recepção dos visitantes, falta de uma hospedagem,

refeitório, além de alguns cursos, como de culinária, inglês, primeiros socorros, e oficina de reciclagem.

Como local para as refeições dos visitantes, o barracão comunitário, a praia e o igarapé foram apontados como possibilidade. E neste caso, para se trabalhar na cozinha, para o preparo das refeições, foram indicadas as pessoas que geralmente cozinhavam nos eventos da comunidade.

Concluiu-se o diagnóstico, apresentando o grupo de comunitários que comporiam a comissão de ecoturismo de Anã, formada inicialmente por 5 (cinco) comunitários, que fizeram, no período de outubro a dezembro de 2008, o Curso de Capacitação básica de condutores ambientais locais, realizado pelo programa de apoio ao Ecoturismo e à sustentabilidade ambiental do turismo do Ministério do Meio Ambiente, com apoio do Instituto Chico Mendes – ICMBio

Antes mesmo do encerramento das capacitações e oficinas realizadas em Anã, a ONG PSA levou à comunidade a possibilidade de receberem um grupo de visitantes, os quais deveriam hospedá-los em sua residência. Seria, segundo o coordenador do projeto, a oportunidade de colocar a teoria em prática, e testá-los de fatos como anfitriões. Então, em novembro de 2008, receberam um grupo de 10 a 15 estudantes americanos, os quais ficaram uma semana hospedados nas casas das famílias, convivendo e compartilhando o cotidiano delas. A vinda desse grupo foi feita através de uma Organização, que possibilitava aos jovens um período de experiência na Amazônia. Parceria esta que se mantém até os dias atuais com a ONG PSA (POMPERMAIER, 2014⁴³).

Observa-se a partir disso, que a ONG atua também como um intermediador entre os visitantes e a comunidade. No início do projeto essa intermediação era bem forte; atualmente, a própria comunidade dá início a um processo de intermediadora, contudo, ainda a ONG apresenta-se como principal interlocutora nesse processo. Aliás, em vários processos que envolvem o projeto de turismo de base comunitária, como veremos mais adiante.

Após a primeira fase de qualificações e ao passar pelo primeiro teste ao receber o grupo de estudantes norte-americanos, percebeu-se que Anã encontrava-se preparada para a recepção de outros visitantes. Assim iniciou-se uma nova fase em que Anã, assim como as outras comunidades envolvidas no projeto, começaram a receber visitantes.

A ONG PSA passou a executar o roteiro proposto apresentado em seu projeto, o qual correspondia à visitação nas 4 comunidades participantes no projeto, as quais foram: Anã,

⁴³Davide Pompermaier, coordenador do projeto de turismo de base comunitária da ONG PSA, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em setembro de 2014, em Santarém/PA.

Atodí, Arimum e Vila Amazonas. O Roteiro tinha a duração de 5 (cinco) dias, geralmente o tempo em cada comunidade correspondia a um (1) dia, no qual percorriam os projetos, realizavam refeições, compartilhavam experiências com os visitantes através das rodas de conversas, momento este em que os visitantes e os comunitários trocavam conhecimentos.

No caso mais específico de Anã, os visitantes poderiam ir ao projeto de criação de peixes, projeto Melipomel (Manejo de Abelhas sem ferrão), além de terem uma refeição, esta concretizada através de uma Piracaia.

Após um período realizando este tipo de roteiro, em suas avaliações, a ONG juntamente com as comunidades, começaram a perceber a necessidade de encontrar outra forma de levar visitantes às comunidades, a qual possibilitasse a ampliação de benefícios às comunidades, uma vez que o tipo de pacote oferecido às pessoas, ao utilizar o barco para percorrer as 4 comunidades durante 5 (cinco) dias, encarecia o custo da viagem, deixando uma renda baixa para a comunidade, tendo em vista o custo alto com a locação da embarcação, compra de diesel, tripulação do barco (comandante, marinheiro, cozinheiro) além de mediadores culturais do projeto saúde e alegria, impedindo desta forma, conforme assinalou o coordenador do projeto da ONG PSA, uma transferência maior de renda à comunidade.

Outra limitação desta forma de roteiro, apontada pelo coordenador do projeto, era o fato de existir uma grande demanda para visitar as comunidades, porém parte desta demanda não se interessava por este tipo de viagem, ou melhor, ter que passar 5 (cinco) dias viajando em um barco, convivendo com outras pessoas, afinal o grupo recebia pessoas de diferentes estados, regiões do país, pessoas até então desconhecidas uma das outras. O fato é, que nem todas as pessoas que procuravam pelo ONG na busca do roteiro turístico pelas comunidades, estavam dispostas a este tipo de convivência, com pessoas desconhecidas, assim como com a experiência em ter que dormir durante 5 (cinco) dias em um barco.

Outro ponto retomado como limitação, foi a falta de infraestrutura adequada e necessária para atender os visitantes, uma vez que o barco utilizado no transporte servia como infraestrutura de apoio para as refeições, higiene pessoal dos visitantes dentre outras coisas, conforme apontou o coordenador do projeto de EBC da ONG PSA.

[...] no decorrer das visitas ficava evidente [...] a carência de infraestrutura na comunidade, a infraestrutura se levava tudo no barco, a cozinha, geladeira, a água, banheiro na comunidade, não tinha nada, na época de inverno, que o rio esta cheio, e o barco chega bem perto, não é tão difícil durante a visita você ir no barco se precisar de alguma coisa, no verão, com a seca não, o barco fica longe, as vezes se você precisa ir no banheiro é uma tragédia, leva 1 hora pra chegar no barco, e na

comunidade não tinha infraestrutura nenhuma pra isso [...] (POMPERMAIER, 2014⁴⁴).

Foi levando em consideração todos esses pontos que a ONG PSA, juntamente com as comunidades, mais especificamente Anã, começaram a pensar na possibilidade de criar uma pequena infraestrutura que viesse atender essas pequenas necessidades. No ano de 2009, deu-se início, ao processo de discussão sobre a construção de uma pousada comunitária, que além de possuir uma área que serviria como dormitório, teria uma área para cozinha, e banheiros. Apresentou-se assim um projeto de uma hospedaria, tanto para Anã, quanto para a outra comunidade, Atodí, comunidades que atualmente⁴⁵ apresentam estruturas de hospedagem em seu território. Em Anã, a pousada recebeu o nome de “Hospedaria Comunitária de Anã”, portanto adotaremos o termo hospedaria.

A estrutura das pousadas, contudo, deveria ser adequada à realidade das comunidades, justamente para evitar custos altos com a construção e com a própria manutenção, até mesmo pelo fato de as comunidades localizarem-se distantes do núcleo urbano de Santarém, e o acesso a elas se dar exclusivamente por via fluvial, impedindo assim que haja uma ocupação frequente nas hospedarias. Então o primeiro desafio foi, sem dúvida, pensar em um modelo de hospedaria que minimizasse os altos custos com a sua construção, e maximizasse os benefícios para a comunidade, desde o processo de construção até processo de funcionamento da mesma.

No ano de 2010, a ideia da construção da hospedaria ganhou corpo, através da formulação de um documento, o qual fora apresentado a um dos parceiros da ONG PSA, o Núcleo Oikos⁴⁶, que aprovou a ideia do projeto e de imediato se propôs a concretizá-lo. A forma inicial de ajuda concedida pelo Núcleo Oikos ocorreu ainda em 2010, ao apresentarem um arquiteto que elaborou um desenho preliminar da hospedaria, e que juntamente com os comunitários envolvidos, e a ONG PSA, encontraram uma área na comunidade, onde a mesma seria construída a hospedaria. Com a elaboração do desenho, da hospedaria e a escolha da área para a construção, organizou-se um projeto que fora encaminhado para o

⁴⁴ Davide Pompermaier, coordenador do projeto de turismo de base comunitária da ONG PSA, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em setembro de 2014, em Santarém/PA.

⁴⁵ Referência ao ano de 2014.

⁴⁶ O Núcleo Oikos é uma associação sem fins lucrativos, criada em abril de 2008 para realizar investimento social privado com foco em iniciativas que integrem meio ambiente, cultura e geração de renda. Sua área territorial de atuação é na Amazônia e no Vale do Ribeira. A parceria com a ONG PSA ocorre desde o ano de 2007, apoiando o Projeto Arapiuns, cujas ações se inserem no contexto do Programa de Desenvolvimento Territorial – Empreendimentos Sustentáveis de Geração de Renda do Projeto Saúde & Alegria, que estimula o ecoturismo de base comunitária e a produção artesanal juntamente com iniciativas de segurança alimentar, agroecologia e outros componentes estratégicos para a conservação de florestas, geração de renda e desenvolvimento regional (<http://nucleooikos.org.br/>).

ICMBio, para que o mesmo avaliasse e autorizasse a obra, uma vez que a construção da hospedaria dar-se-ia em uma área localizada em uma unidade de conservação.

Após esta fase, consolidada com a autorização concedida pelo ICMBio, elaborou-se um orçamento do custo da projeto, o qual fora dividido em etapas, e a partir disso, iniciou-se o processo de captação de recursos para a execução do projeto. Foram várias as formas encontradas para a captação de recursos desde a forma de doação por parte de pessoas físicas, como de recursos advindos de financiamentos por outros institutos e parceiros da ONG PSA.

Uma das formas de arrecadação de recursos foi através de uma campanha realizada com os próprios visitantes que se deslocavam à comunidade de Anã. Outra forma encontrada foi através das viagens realizadas pelo Núcleo Oikos a comunidade, pois anualmente esta instituição, juntamente com outros institutos, realizam viagens a essas comunidades onde a ONG PSA desenvolve projetos. Os grupos que realizam essas viagens são formados geralmente por pessoas, empresários interessados em apoiar iniciativas como o proposto no projeto de construção da pousada, sendo através de uma dessas viagens que se obteve recursos para o pagamento do arquiteto, o qual elaborou o desenho e acompanhou o processo de construção da pousada em Anã. Desta forma, a presença dos grupos de visitantes em Anã foi fundamental para obtenção de recursos para a concretização do projeto da pousada.

Utilizou-se também a internet, através de redes sociais e sites como mecanismo de divulgação do projeto, bem como para a realização de campanhas para a obtenção de recursos, como o caso do site da ONG Garupa⁴⁷, no qual fora lançada uma campanha (figura 3.2) para arrecadação de recursos para a construção da pousada. Neste caso, a campanha não fora bem sucedida, não atingindo a meta estabelecida de R\$ 23.746,00, retornando os valores doados ao fim da campanha para as pessoas que haviam feito as doações.

⁴⁷ “Garupa veicula, em uma plataforma de *crowdfunding*, ideias boas de quem pratica um turismo que protege a natureza, melhora a qualidade de vida das pessoas e a economia do lugar onde acontece. (...) Funciona como uma espécie de ‘vaquinha’ online. Primeiro, uma ONG, empresa ou indivíduo inscreve seu projeto na Garupa: conta qual é a ideia, por que ela faz sentido, e de quanto dinheiro precisa para tirar o plano do papel. E aí qualquer pessoa pode entrar no site, se apaixonar por uma daquelas ideias e colaborar com uma quantia – o procedimento de doação é todo feito pelo site. (...) Caso o valor arrecadado seja menor que o pleiteado, nada feito: as doações são devolvidas aos apoiadores e o empreendedor pode remodelar o seu projeto para tentar uma segunda campanha, se quiser”. (<http://garupa.org.br/>).

Figura 3.2. Campanha veiculada na internet para arrecadação de recursos para a construção da pousada em Anã.

Figura 05.

www.garupajuntos.com/vc/projetos/ana

GARUPA CROWDFUNDING PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL

EXPLORE PROJETOS ENVIE PROJETOS COMO FUNCIONA contato@juntos.com/vc

UM CANAL JUNTOS.COM.VC

UM MERGULHO NA CULTURA DA GENTE DO PARÁ

SANTARÉM, PARÁ

PROponente PROJETO SAÚDE E ALEGRIA

Dormir na rede com o balanço do barco, apreciar o peixe fresco assado na brasa e serviço com agilidade, descobrir os frutos que só as árvores da Amazônia têm. Todas essas experiências são possíveis numa visita à comunidade de Anã, onde uma hospedaria comunitária precisa da sua doação para alavancar o negócio e continuar contribuindo para manter a floresta de pé.

ALEGRIA

27 DOADORES

3 DIAS PARA ACABAR

R\$ 6.180,00 ALCANÇADOS DE R\$ 23.745,75

QUERO CONTRIBUIR

26% da meta

Garupa: Um mergulho na cultura da gente do Pará

Ampliando as oportunidades de geração de renda para a população local

2.991 pessoas curtiram isso.

Figura 05. B

www.garupajuntos.com/vc/projetos/ana

disponível atualmente não será capaz de dar conta de todos os alimentos que precisam ser armazenados. Além disso, o sistema de geração de energia instalado é insuficiente para todas as necessidades atuais. A compra de uma nova geladeira e a ampliação do sistema fotovoltaico para geração de energia devem resolver essas dificuldades.

PRA QUEM ELE TRAZ BENEFÍCIOS?
O projeto vai impactar diretamente 40 pessoas da comunidade que trabalham na Hospedaria Comunitária Paraíso de Anã. Indiretamente, as 97 famílias da comunidade - que fornecem serviços e matéria-prima para a Hospedaria - também serão beneficiadas.

QUAL É A META?
O projeto pretende arrecadar R\$ 23.745,75, que serão investidos como segue abaixo:

- 8 módulos solares fotovoltaicos de 140 W - R\$ 5.280,00
- 1 Inversor 1500 W - R\$ 1.500,00
- 2 controladores de carga 60 amperes - R\$ 2.190,00
- 6 baterias estacionárias 150 W - R\$ 4.500,00
- 1 Refrigerador 420 litros duas portas - R\$ 3.000,00
- Material elétrico para instalação - R\$ 800,00
- Mão de obra - R\$ 950,00
- Frete dos equipamentos - R\$ 800,00
- Custo com recompensas - R\$ 505,00
- Taxa financeira estimada - R\$ 1.130,75

FOTOS

4 DOAÇÕES

R\$ 340,00

1 Mandala Ciranda, feita de Palha de Tucumã + Nome do doador em placa na hospedaria e no site + carta de agradecimento aos moradores com fotos +

3 DOAÇÕES

R\$ 650,00

1 Conjunto de Soupiat Amazônico + 1 conjunto de descanços de panela + Nome do doador em placa na hospedaria e no site + carta de agradecimento com fotos

2 DOAÇÕES

R\$ 1.200,00

Pote grande de Palha de Tucumã + Nome do doador em placa na hospedaria e no site + carta de agradecimento com fotos

1 DOAÇÕES

R\$ 2.300,00

Pacote de 4 dias para casal na Hospedaria Comunitária de Anã + Nome do doador em placa na hospedaria e no site + carta de agradecimento com fotos

0 DOAÇÕES

< VOLIAR

VOLIAR AO TOPO

EXPLORE PROJETOS ENVIE PROJETOS COMO FUNCIONA QUEM SOMOS ONGS TERMOS DE USO CONTATO

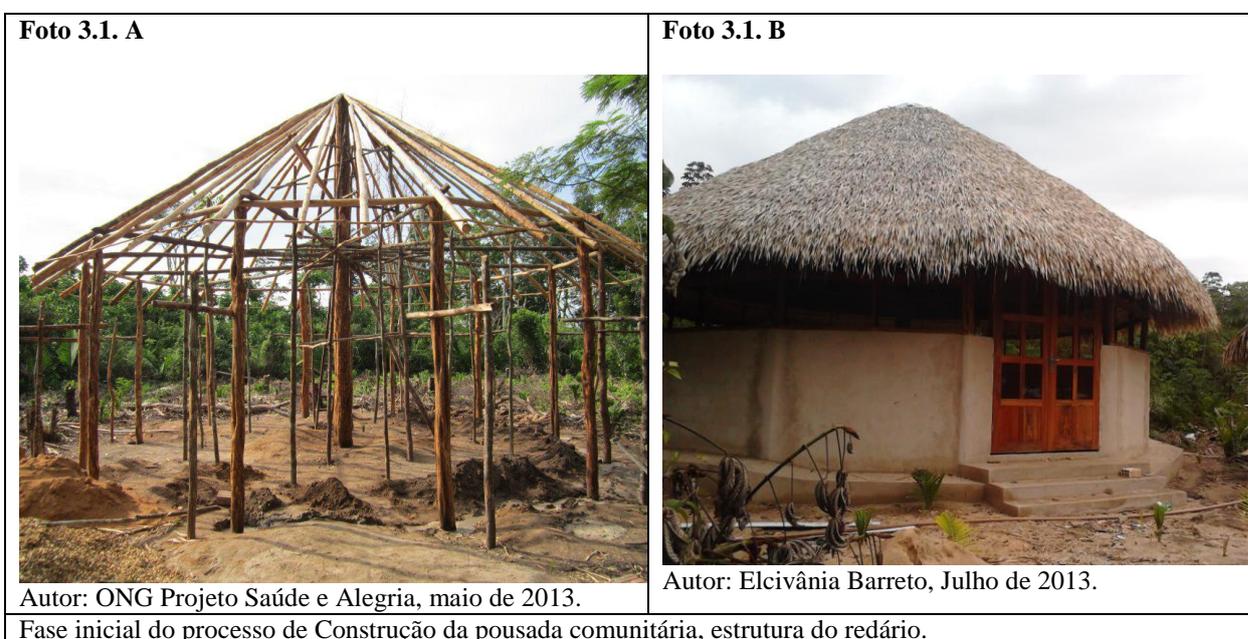
Print feito do site da ONG Garupa divulgando a campanha para arrecadação de recursos ao projeto de Ecoturismo de Base Comunitária em Anã. as doações seriam utilizadas para a compra de um freezer e de placas solares para a instalação de um sistema de geração de energia na pousada.

Fonte: www.garupa.juntos.com/vc

Conseguiram por intermédio de doações uma arrecadação de R\$ 20.000,00⁴⁸, (Vinte Mil reais), para dar início à construção da hospedaria. Como se tratava de uma quantia pequena, a dúvida era o que se começaria a construir primeiro, já que tudo era necessário, banheiros, cozinha e o redário⁴⁹. No ano final de 2012, um dos parceiros da ONG PSA, a cooperação Alemã, estava com um recurso disponível em caixa e o mesmo seria devolvido, foi então que a ONG PSA apresentou o projeto da construção da pousada comunitária, e conseguiu obter um valor de R\$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais), o qual somou-se ao valor de R\$ 20.000,00, que foram fundamentais para a fase inicial construção da pousada. Porém, outras doações foram feitas, como já ressaltado, por pessoas físicas e jurídicas, as quais acreditaram na proposta do projeto.

A construção da pousada começou de fato no ano 2013, sendo construído, primeiramente, o redário (foto 3.1), e posteriormente uma parte dos banheiros (foto 3.2), concluindo-os ainda no mesmo ano, sendo já possível receber pessoas para pernoitar na comunidade. O local onde os visitantes faziam refeições (foto 3.3) ainda permanecera na praia da comunidade, pois a construção do refeitório da hospedaria ainda não havia iniciado, abem como faria parte da próxima etapa de construção da hospedaria.

Foto 3.1. Construção do Redário da hospedaria comunitária de Anã



⁴⁸ Referencia ao ano de 2011.

⁴⁹ Local apropriado onde se coloca as redes para o descanso e balanço, muito utilizado na região Amazônica, como uma forma de leito. Diz-se ainda de um espaço entre duas bases (pilar/parede), com fixação de ganchos para ser colocada as extremidades da rede para sua sustentação e o devido balanço ou descanso.

Foto 3.2. Banheiros em fase de construção

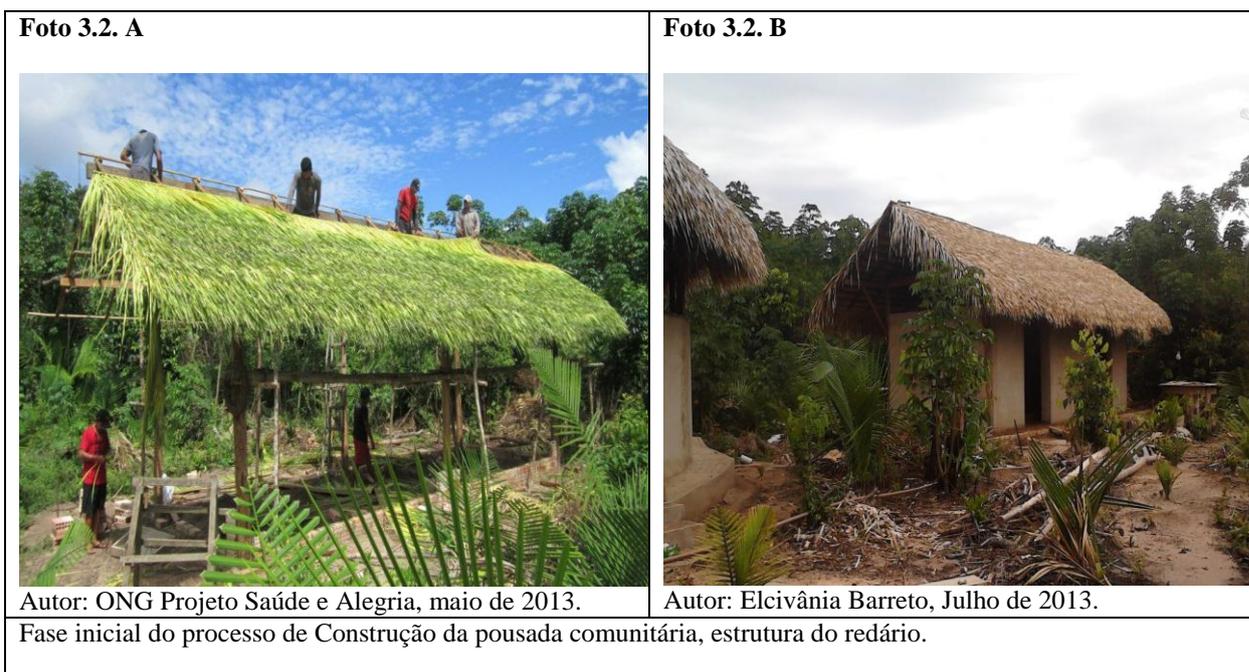
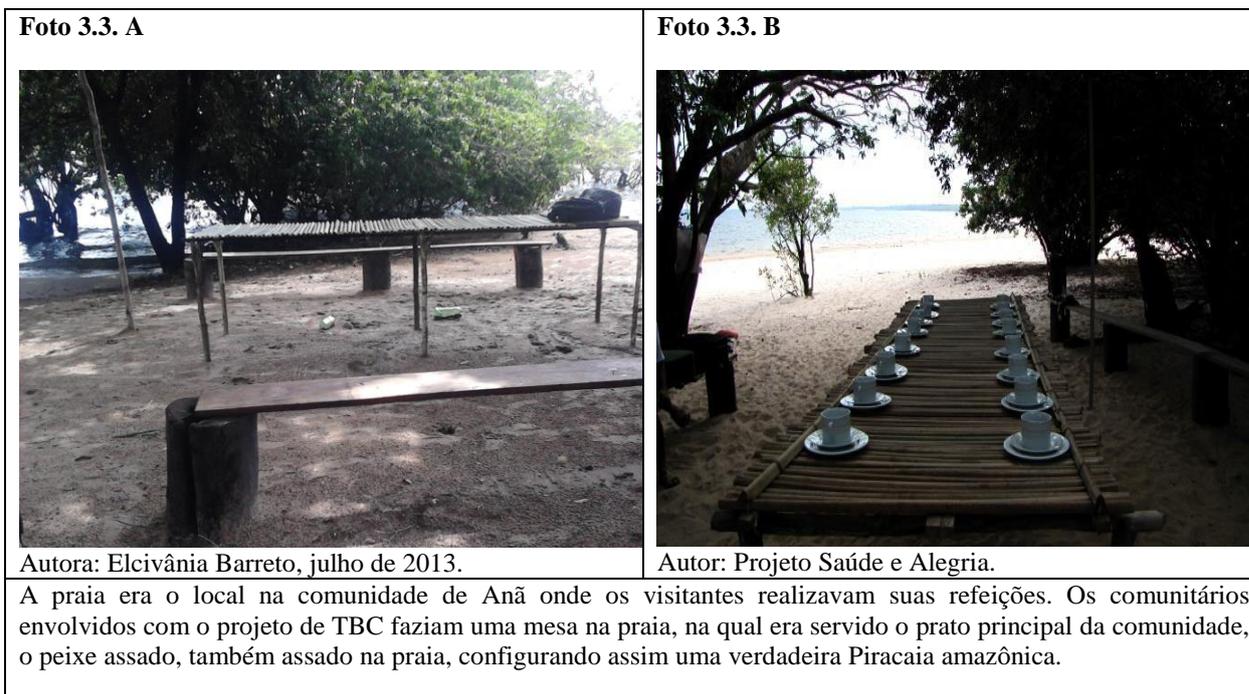


Foto 3.3. Local onde eram servidas as refeições aos visitantes



Logo após a finalização da construção do redário e dos banheiros, deu-se início a outra fase do projeto, a construção da cozinha e do refeitório, pois no final do ano de 2013 conseguiram recursos de outro órgão financiador. Até setembro de 2014, foram arrecadados e empregados na construção da pousada um valor de R\$ 160.000,00 (Cento de sessenta mil reais).

Convém destacar, que a construção da pousada foi feita pelos próprios comunitários de Anã, os quais, divididos em grupos, ficaram incumbidos de determinados trabalhos para a construção da pousada. A quantia que seria paga a cada pessoa pelo trabalho fora estipulada em reunião prévia, anterior ao início da construção da pousada, apresentando um valor único e correspondente à forma de contribuição feita pelo comunitário.

Houve um período em que não havia recurso para custear a mão de obra, momento em que as obras foram quase que completamente paralisadas, pois conforme apontou a presidente da associação que acompanhou todo o processo de construção da pousada, sendo esta inteiramente envolvida com o projeto de ecoturismo de base comunitária, só não paralisou completamente pela motivação de poucos comunitários que trabalharam de forma voluntária durante esta fase.

Em setembro de 2014 o projeto da pousada comunitária de Anã estava praticamente todo concretizado, toda a estrutura finalizada, redário (foto 3.4), banheiros (foto 3.5), cozinha (foto 3.6) e refeitório (foto 3.7), estes dois últimos também foram mobiliados.

Foto 3.4. Redário da Hospedaria Comunitária

<p>Foto 3.4. A</p>  <p>Autora: Elcivania Barreto, setembro de 2014.</p>	<p>Foto 3.4. B</p>  <p>Autor: Projeto Saúde e Alegria.</p>
<p>Estrutura que representa o redário da pousada comunitária. Parte externa do Redário.</p>	<p>Interior do Redário da hospedaria comunitária de Anã. Tem a capacidade para alojar 20 pessoas.</p>

Foto 3.5. Banheiros da Hospedaria Comunitária

Foto 3.5. A



Autora: Elcivânia Barreto, setembro de 2014.

Foto 3.5. B



Autor: Projeto Saúde e Alegria.

Parte da Estrutura da hospedaria comunitária de Anã, parte externa dos banheiros da hospedaria, localizado ao lado do redário. Foram construídos 4 banheiros.

Foto 3.6. Cozinha da Hospedaria Comunitária

Foto 3.6. A



Autora: Elcivânia Barreto, setembro de 2014.

Foto 3.6. B



Autora: Elcivânia Barreto, setembro de 2014.

Parte interna da estrutura correspondente a cozinha da hospedaria comunitária de Anã. Quando o espaço do refeitório não atende a demanda dos visitantes, é utilizada esta área da cozinha para servir as refeições aos visitantes.

Foto 3.7. Refeitório da hospedaria comunitária de Anã

Foto 3.7. A



Autora: Elcivânia Barreto, setembro 2014.

Foto 3.7. B



Autora: Elcivânia Barreto, setembro 2014.

O Refeitório foi a última parte da hospedaria construída. Assim como os moveis da cozinha, os moveis do refeitório foram doados pela Companhia Vale do Rio Doce. A capacidade do refeitório é para 60 pessoas.

Atualmente, os comunitários envolvidos com o projeto de turismo de base comunitária e a ONG PSA estão trabalhando em busca de recursos para a compra de placas solares, uma vez que não há energia elétrica na comunidade, e a melhor alternativa para a geração de energia na pousada seria através das placas solares, utilizando assim a energia solar.

Como se pode perceber, a atuação da ONG PSA em Anã se consolidou com o projeto de ecoturismo de base comunitária que a mesma desenvolve na comunidade desde o ano de 2008. Apesar de sua atuação anterior, com projetos ligados ao seu programa de Saúde, a implementação do projeto de EBC em Anã configurou uma nova relação entre a ONG e a Comunidade. Atualmente, a atuação da ONG na comunidade não se restringe apenas ao projeto de EBC; paralelo a este projeto, há outros projetos em desenvolvimento, como o caso do projeto do viveiro.

É necessário ressaltar que quando se fala em comunidade de Anã, partimos da referência do território de Anã, porém nem toda a comunidade é envolvida ativamente no projeto. Até setembro de 2014, das 96 famílias existentes em Anã, participavam de forma direta e indireta aproximadamente 30 famílias, dentre as quais, aquelas participando de forma direta na recepção dos visitantes, realização das refeições, e aqueles que participam vendendo seus produtos para atender a demanda de visitantes, principalmente no que se refere aos produtos utilizados no preparo das refeições aos visitantes, como a galinha caipira, o peixe, hortaliças, frutas para o preparo do suco.

As famílias envolvidas com o projeto de EBC foram organizadas em pequenos grupos para que todos os envolvidos pudessem participar, sendo assim, é feito um rodízio desses grupos, quando há presença de visitantes na comunidade. Contudo, identificou-se que 4 (quatro) pessoas envolvidas no projeto sempre estão presentes durante as visitas dos grupos. Questionada, a presidente da comunidade e até então responsável pelas finanças da pousada, justificou que duas dessas pessoas são comunitários que prestam serviços voluntários à pousada, pois mesmo quando não há presença de visitantes na comunidade, se responsabilizam pela limpeza e vigilância do local, não recebendo pagamento por este trabalho, portanto justificável a convocação destes toda vez que há presença dos grupos de visitantes na comunidade.

A presença das outras duas pessoas, no caso uma delas responsável pelas finanças da pousada e outra por guiar o grupo de visitantes na comunidade, foi justificada por ainda não haver, até aquele momento, na comunidade, pessoas que demonstrassem interesse em assumir tais responsabilidades. No caso do guia, fora apontada a desenvoltura do mesmo, com os visitantes, esta, fundamental na recepção dos visitantes, característica ainda pouco encontrada entre as pessoas envolvidas com o projeto, uma vez que a maioria dos comunitários envolvidos ainda demonstra timidez com a presença dos visitantes. O rodízio dos grupos se dá principalmente na cozinha, na preparação das refeições dos visitantes.

No entanto, tais informações não estão claras a todos os comunitários, seja a alguns envolvidos seja aos não envolvidos com o projeto. E isso, como identificado nas entrevistas, tem causado certa insatisfação, principalmente entre os envolvidos no projeto, pois não entendem o porquê da convocação permanente de tais comunitários durante a presença dos visitantes, uma vez que foi colocado como dinâmica de convocação o rodízio dos grupos de comunitários, o qual, como fora apontado, não tem sido respeitado.

A renda gerada atualmente pela recepção dos grupos de visitantes é distribuída entre os comunitários que trabalham no dia da visita e entre os fornecedores de produtos para o preparo das refeições, sendo uma parte direcionada aos projetos que são visitados na comunidade, e outra parte direcionada ao caixa da associação dos comunitários de Anã; o restante fica no caixa da hospedaria.

As pessoas que são convocadas para compor o grupo das cozinheiras recebe uma diária de R\$30,00 (trinta reais). Cada projeto que está inserido no roteiro dos visitantes é cobrado um valor específico, variando ainda de acordo com a quantidade das pessoas que estarão realizando a visita. Referente ao Grupo MUSA, que insere o projeto de criação de peixes no roteiro, é cobrado o valor de R\$40,00 (quarenta reais) para um grupo de cinco

pessoas. A visitação ao Projeto de Melipomel é feita por um valor de R\$30,00 (trinta reais). Para a associação dos comunitários é destinado um valor de R\$10,00 (dez reais) por visitante.

Há ainda um comunitário que foi escolhido pela ONG PSA para ser o gerente da pousada, é a pessoa que fica responsável pela pousada, a qual também recebe uma diária de R\$30,00 (trinta reais). Outro ponto que não está esclarecido entre alguns comunitários que foram entrevistados.

Além de atuar como principal intermediadora para a vinda dos visitantes à comunidade de Anã, estabelece ainda algumas funções aos comunitários envolvidos com o projeto, dentre os quais, cita-se a escolha da “gerente” da pousada, que é a pessoa que fica responsável pela hospedaria e por indicar quem será a chefe da cozinha no dia em que há grupo de visitantes.

A ONG assume de certa forma uma papel de agenciadora, conforme menciona a presidente da associação de Anã, ao relatar sua preocupação na urgência em regulamentar a hospedaria, para que possam efetuar pagamentos às pessoas que prestam serviço para pousada e emissões de notas fiscais. Uma vez que a emissão de notas fiscais tem sido feita pela Associação dos Produtores Rurais de Anã, algo que pode prejudicar futuramente a associação, tendo em vista que esta é uma instituição sem fins lucrativos.

Diante disso, do fato da necessidade de regularizar o projeto de turismo de base comunitária na comunidade, mais precisamente a hospedaria comunitária, é que surgiu a ideia da criação de uma cooperativa. Tal ideia fora apresentada pelo coordenador do projeto. A atual presidente da associação, que também é envolvida com o projeto de EBC, incorporou a ideia, e juntou-se com comunitários de mais 7 (sete) comunidades, que estão enfrentando o mesmo problema, totalizando 8 (oito) comunidades envolvidas nesse processo de formação da cooperativa, das quais, 4 (quatro) trabalham com o turismo e 4 (quatro) trabalham com artesanato. Assim como Anã, as outras comunidades estão com o mesmo problema para a comercialização de seus produtos, seja quanto o turismo, seja quanto ao artesanato.

Diante disso, o coordenador do projeto de turismo de base comunitária da ONG PSA, que também apoia as iniciativas das outras comunidades, lhes propôs a ideia de criação de uma cooperativa das 8 (oito) comunidades, a qual poderia sanar justamente o problema que tais comunidades estão enfrentando.

Desta forma, na busca por apoio para a criação da cooperativa, representantes das comunidades foram à cidade de São Paulo, juntamente com o coordenador do projeto de EBC apresentar o projeto da cooperativa aos representantes da própria ONG PSA – CEAPS, que a princípio, segundo a presidente da associação da comunidade de Anã, não entenderam a

finalidade da proposta, uma vez que a ONG estava conseguindo gerenciar os produtos e serviços que as comunidades realizavam, desta forma, não haveria a necessidade de criação de uma cooperativa.

A presidente da associação da Comunidade de Anã, eleita para expor a proposta da cooperativa, justificou a criação desta pela necessidade de regulamentar as atividades que tais comunidades vinham desenvolvendo, bem como pelo fato de futuramente acarretar problemas à ONG PSA, por ser esta uma instituição sem fins lucrativos e, desta forma, não ter como justificar a comercialização seja das viagens, seja dos artesanatos das comunidades.

Como apontou a presidente da associação de Anã, a criação da cooperativa é uma necessidade das comunidades, e é sem dúvida o começo de uma nova fase para tais comunidades, uma vez que com a cooperativa poderá gerenciar e conduzir de forma autônoma da ONG suas atividades, “[...] e aí realmente corta o cordão umbilical. Porque até hoje é o Saúde e Alegria que cuida de tudo. A partir disso daí, são as comunidades mesmo que se empoderam” (Godinho, 2014)⁵⁰.

Desta forma, o próximo passo é a criação da cooperativa, que no caso de Anã, será fundamental para formalizar a hospedaria comunitária, garantindo ainda mais a participação dos comunitários no processo de gestão da mesma. Diante disso, tem-se estimulado os comunitários a buscarem qualificação, além daquelas oferecidas pela ONG PSA, para que futuramente possam auxiliar na cooperativa.

Aqui nós temos uma pessoa que faz administração de empresa, aí o Davide já vai colocar ela para ir trabalhando com a parte de burocrática e financeira da cooperativa. Ele quer colocar ela desde o começo pra fazer um acompanhamento, porque agora não é só Anã, são mais sete comunidades (GODINHO, 2014)⁵¹.

Por mais que a cooperativa represente, de certa forma, uma independência das comunidades mais especificamente o caso de Anã em relação a ONG PSA, em relação ao projeto de turismo, a presidente da associação, assim como o coordenador do projeto ressaltam que as parcerias irão permanecer, assim como o acompanhamento do projeto por parte da ONG PSA. Com a cooperativa, os comunitários irão assumir a responsabilidade frente ao turismo, segundo a presidente da associação.

⁵⁰ Maria Odila Duarte Godinho, Presidente da Associação dos Comunitários Rurais de Anã, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em setembro de 2014, em Anã, Santarém/PA.

⁵¹ Maria Odila Duarte Godinho, Presidente da Associação dos Comunitários Rurais de Anã, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em setembro de 2014, em Anã, Santarém/PA.

Como foi possível perceber, diante do apresentado, é que o turismo de base comunitária ou Ecoturismo de base comunitária em Anã é consequência da consolidação da atuação da ONG PSA na comunidade, através de projetos. Anã já havia demandado por um projeto como este, motivada justamente pela inserção da comunidade em roteiros comercializados por agências do município de Santarém, que comercializavam visitas aos projetos desenvolvidos em Anã sem que houvesse a participação da comunidade, portanto pouco ou quase nenhum benefício fora sentido com esta forma que os agentes de turismo e o próprio turismo utilizavam seu território.

Observou-se que a ONG atua como principal intermediadora entre visitantes e a comunidade de Anã, contudo, vale considerarmos que o projeto iniciou em 2008, e no ano de 2015 completará 7 (sete) anos de existência na comunidade, e conforme mencionou o coordenador do projeto, a construção da hospedaria foi a segunda fase do projeto, e outras fases virão, dentre estas a continuação das capacitações dos comunitários, fundamentais para que os mesmos possam assumir completa responsabilidade pela hospedaria.

3.4. As (in) ações do Estado para o desenvolvimento do turismo de base comunitária em Anã.

A comunidade ribeirinha de Anã, como ressaltado anteriormente está localizada em uma unidade de conservação, denominada Reserva Extrativista Tapajós-Arapiúns. Assim como as demais comunidades localizadas na Resex, Anã recebe poucas ações do Estado, seja este em nível municipal, estadual e federal.

Não podemos considerar o Estado ausente em Anã, uma vez que identificou-se ações concretas do poder municipal e federal na comunidade, contudo em áreas como educação e saúde e habitação, em relação ao turismo, podemos considerar o Estado em todas as esferas praticamente ausente, uma vez que desenvolveu ações pontuais em Anã.

Para identificarmos como ocorre e se ocorre esta atuação do Estado em Anã, além de realizarmos entrevistas com os comunitários de Anã e o coordenador do projeto de TBC da ONG PSA, fizeram parte como sujeitos desta parte da pesquisa, duas pessoas que foram secretários de turismo do município de Santarém, respectivamente entre os anos 2009-2011 e 2011-2012, além de entrevistarmos também a pessoa que até então correspondia à secretária de turismo do município, porém esta permanecera como secretária até março de 2015.

Realizamos ainda a análise de documentos como plano de marketing Destino referência em ecoturismo Santarém/Pa (2012); Plano de desenvolvimento turístico do Estado do Pará (2001); Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (2012-2020); e o Plano de Manejo da Resex Tapajós Arapíuns (2014). Buscamos a partir das análises de tais documentos, identificar em que medida se dá as ações do Estado para o desenvolvimento do turismo de base comunitária em Anã e nossas análises nos levaram à conclusão de que tais documentos não contemplam a experiência de ecoturismo de base comunitária em Anã. Porém, dois entre esses documentos que fazem referência ao projeto de ecoturismo de base comunitária desenvolvido pela ONG PSA, sendo predominante a atuação dessa entidade, como será detalhado a seguir.

O Plano de Marketing - Destino Referência em Ecoturismo – Santarém/Pa, foi elaborado a partir de uma exigência apresentada no diagnóstico do planejamento estratégico já desenvolvido no município, e fundamental para o desenvolvimento do “Projeto Fortalecimento do Destino Referência em Ecoturismo – Santarém/Pa⁵²”

Neste Plano de Marketing, identificamos que é apontado o Projeto de “Turismo de base comunitária” da ONG PSA que dá foco nas comunidades. Nesse sentido, a atuação da ONG PSA é apontada como um ponto forte para estruturação da oferta e divulgação do destino turístico.

Quanto ao Plano de desenvolvimento turístico do Estado do Pará (2001) e ao Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (2012-2020), nenhum dos dois faz referência ao projeto desenvolvido pela ONG. Contudo, o Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (2012-2020) apresenta algumas ações a serem realizadas em comunidades tradicionais, porém nada relacionado à comunidade de Anã, nem ao projeto de turismo de base comunitária desenvolvido pela ONG PSA nas comunidades ribeirinhas da Resex Tapajós-Arapíuns.

Em nossas pesquisas encontramos o Plano de Manejo da Resex Tapajós (2014), o qual tivera o ICMBio como responsável pela sua elaboração, em parceria com outras instituições. No Plano é citado o projeto de turismo desenvolvido em Anã como parte da caracterização econômica da Resex, apontando-o como “uma prática mais próxima do Turismo de Base Comunitária – TBC” (ICMBio, 2014). Contudo não identificamos nenhuma ação voltada para o projeto desenvolvido em Anã, embora o mesmo apresente o turismo como uma alternativa de renda para outras comunidades da Resex.

⁵² O município de Santarém foi escolhido entre outros municípios brasileiros para ser estruturado como “Destino Referência em Ecoturismo” pelo Ministério do Turismo no ano de 2007, sendo assim, o inseriu no “O Projeto Fortalecimento do Destino Referência em Ecoturismo”, este que reúne diversas ações cujo principal objetivo é fortalecer a cadeia produtiva do ecoturismo local.

No que se refere ao âmbito municipal, não encontramos documentos que pudessem nos auxiliar em nossas análises, pois a Secretaria de Turismo ainda está trabalhando na elaboração do Plano Municipal de Turismo. Identificamos, todavia, que não há ações para o projeto que tem sido desenvolvido em Anã. Se levarmos em consideração o ano de implementação do projeto pela ONG PSA na comunidade, ano de 2008, até o ano de 2014 não houve qualquer tipo de ação voltada para esta prática em Anã.

A ONG PSA, juntamente com alguns comunitários de Anã participaram, de algumas reuniões realizadas pela Secretaria de Turismo no período de discussão da construção do Plano de Marketing - Destino referência em ecoturismo Santarém/Pa (2012), porém foram participações pontuais e voltadas de forma específica à construção do Plano de Marketing, e esta participação também se deu pelo fato da ONG PSA ser membro do Grupo Gestor do Turismo de Santarém⁵³.

Conforme ressaltamos anteriormente, de 2008 até 2014, não houve qualquer forma de ação por parte do Estado, no que se refere às esferas municipal e estadual. No que tange à atuação do Estado a nível federal, identificamos apenas o edital nº 001/2008 do Ministério do Turismo, que direcionou uma verba de 147.766,50 (cento e quarenta e sete mil e setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) ao projeto de ecoturismo de base comunitária que fora submetido pela ONG PSA, contemplando além de Anã, três comunidades envolvidas no projeto.

De acordo com o coordenador do projeto de turismo de base comunitária desenvolvido em Anã, além do recurso advindo do Ministério do Turismo, não houve qualquer outra forma de manifestação do Estado para com o projeto de Turismo de Base Comunitária, seja em Anã ou em outras comunidades. A ONG procurou algumas vezes articular e solicitar algumas ações por parte dessa entidade, porém não foram exitosas, até pelo fato da falta de objetividade do Estado em suas ações, bem como da urgência em realizar e consolidar o projeto de turismo de base comunitária nas comunidades, mais especificamente em Anã, principalmente no período de construção da hospedaria, que houve uma maior necessidade de captação de recursos. Porém não descarta a possibilidade de parcerias com este.

[...] Aqui, mesmo, com a secretaria de turismo, nós já colocamos algumas questões, só que assim, eu não dedico muita energia a correr atrás desse tipo de relação porque

⁵³ Os Grupos Gestores deveriam atuar de forma vinculada aos Conselhos Municipais de Turismo, no que diz respeito ao planejamento de ações e a discussões de assuntos relevantes para o desenvolvimento do turismo na cidade e em todo o seu entorno. O Grupo Gestor do Turismo de Santarém foi criado em 2010 e sua atuação ocorreu até o ano de 2011.

ela não se formaliza. Geralmente como é que funciona, quando eu vou atrás de um parceiro, eu apresento a ideia, eles dizem eu posso oferecer tanto, ou me interessa atuar nessa área, me apresenta um projeto nessa área, e eu apresento e a coisa procede. Com o estado e as prefeituras é vamos conversar, vamos fazer... mas não tem nenhum encaminhamento prático, então... eu corro atrás dos parceiros me manifestam uma predisposição mais concreta de trabalho. Não vejo por parte do estado e do município efetivo (POMPERMAIER, 2014⁵⁴).

Assim como o coordenador do projeto, os comunitários entrevistados em Anã desconhecem qualquer forma de atuação por parte do Estado em relação ao turismo na comunidade. Dos 19 (dezenove) entrevistados, somente três afirmaram que não há atuação efetiva do poder público seja local e/ou estadual, frente ao turismo, os demais não sabem informar se há ou não qualquer forma de atuação. Contudo, identificamos que um dos órgãos que tem auxiliado a comunidade em alguns momentos é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), conforme podemos observar abaixo:

[...] este poder público nosso aqui que está zerado... O municipal não forneceu nenhum prego sequer.... não, não ainda não veio. [...]
Do estadual até agora também só tem promessas...
Aonde a gente tem um apoio, e colaboração, ainda não veio em dinheiro, mas vem através de não medir esforços pra documentos, pra licenciar, pra divulgar, pra emitir documentos. O ICMBio é um órgão que a gente, que tá junto com a gente, a gente pode contar com ele... [...]
Então o poder público, aonde e quando a gente encontra o apoio, e precisa de verdade, é no federal, é no gestor da unidade de conservação... (GODINHO, 2014⁵⁵).

Diante disso, identificamos a pouca ou quase nula atuação do poder público local e estadual, o federal se faz presente através do ICMBio, este que é o gestor da Resex e, através de algumas ações, tem auxiliado o desenvolvimento do projeto de turismo como apontado por Godinho (2014).

Como ressaltamos, o projeto de TBC existe em Anã desde o ano de 2008, e ao longo desse período, assim como apontado pelo coordenador do projeto, e um dos comunitários de Anã, não houve qualquer forma de atuação efetiva do poder público estadual em relação ao turismo. Na esfera municipal, podemos constatar este fato também nas entrevistas realizadas com os ex-secretários de turismo e com a pessoa que estava a frente da secretaria no período de realização desta pesquisa (2013-2015); apesar de estes terem conhecimento do projeto de TBC desenvolvido pela ONG PSA nas comunidades ribeirinhas de Santarém, durante o

⁵⁴ Davide Pompermaier, coordenador do projeto de turismo de base comunitária da ONG PSA, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em setembro de 2014, em Santarém/PA.

⁵⁵ Maria Odila Duarte Godinho, Presidente da Associação dos Comunitários Rurais de Anã, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em setembro de 2014, em Anã, Santarém/PA.

período de gestão dos mesmos não fora programada qualquer tipo de ação para a comunidade, como poderemos ver a seguir.

O órgão responsável pelo turismo no município de Santarém durante o período que realizamos o trabalho foi a Secretaria Municipal de Turismo. Em março de 2015 o órgão foi reestruturado e o turismo passou a ser vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo.

Nossas entrevistas foram realizadas com o senhor Arnaldo Andrade, que trabalhou na secretaria de turismo no período de 2006 a início de 2011. Como secretário de turismo atuou de 2009 a 2011, e entrevistamos ainda, o senhor Arildo Nogueira, que foi secretário de turismo de 2011 a 2012. No período que estes atuaram como secretários de turismo, Santarém estava sob a gestão do Partido dos Trabalhadores, sob a pessoa da Senhora Maria do Carmo Martins Lima, que tivera dois mandatos à frente da prefeitura de Santarém, correspondentes aos períodos, 2005-2008 (primeiro mandato) e 2009-2012 (segundo mandato).

Durante a gestão do senhor Arnaldo Andrade (2009-2011), não foi realizada nenhuma ação referente ao projeto desenvolvido pela ONG PSA nas comunidades. O entrevistado aponta que tinha conhecimento sobre o projeto, porém a secretaria de turismo não direcionou ações e não houve qualquer forma de acompanhamento do mesmo, pois considerava o projeto de certa forma fechado ao recebimento de ações externas. Assim, durante este período, não houve qualquer tipo de apoio, inclusive, em nenhum momento a ONG PSA solicitou apoio da secretaria, pelo menos durante a sua gestão.

No entanto, vale ressaltar que, no decorrer de sua gestão, foram realizadas ações ao implemento do turismo em comunidades, as pertencentes ao eixo forte⁵⁶ do município de Santarém. Foram ações em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Santarém, voltadas, sobretudo para a capacitação dessas comunidades, desde a recepção aos visitantes a cursos voltados para elaboração de refeições.

Durante a sua gestão, não havia um plano municipal de turismo, e também como o mesmo apontara, não fora possível elaborar, ora pela falta de recursos, já que no período, à secretaria de turismo era destinado um orçamento muito baixo, sendo o segundo menor orçamento do Governo, ora pela falta de parceiros, que inviabilizava, por definitivo, a formulação de um plano.

Assim como o senhor Arnaldo Andrade, o ex-secretário de turismo no período de 2011 a 2012, senhor Arildo Nogueira, afirmou que a secretaria de turismo tinha conhecimento

⁵⁶ Nome que recebe o conjunto de comunidades rurais de Santarém, as quais estão interligadas pela rodovia Everaldo Martins, que se uniram para transformar suas habilidades artísticas e agrícolas em produto turístico.

do projeto desenvolvimento pela ONG, até pelo fato de esta ser membro do Grupo Gestor do Turismo de Santarém, e expor em diversos momentos o projeto de TBC que estavam desenvolvendo nas comunidades de Santarém.

No período de sua gestão, no momento de discussão com o próprio grupo gestor, houve a participação de um dos líderes da comunidade de Anã juntamente com o coordenador do projeto de TBC da ONG, o qual expôs a forma como Anã estava sendo inserida nos roteiros turísticos de agências de viagens de Santarém, e que foi a saída que encontraram para se inserirem, através do projeto de TBC proposto pela ONG PSA.

Apesar de demonstrar bastante conhecimento sobre o projeto, o mesmo informou que no período que esteve à frente da secretaria de turismo, não foi realizada nenhuma ação voltada ao projeto. Contudo, informou que a secretaria ofertava cursos de qualificação em parceria com instituições como a PARATUR e o Ministério do Turismo, sendo disponibilizadas vagas para todos os segmentos dentro do município, e para todos aqueles que se interessassem pelos mesmos, mas como afirma,

[...] em relação a esse trabalho de base comunitária do Anã, não houve um trabalho direcionado especificamente. Onde foi que nós trabalhamos mais, na área do eixo forte, houve um atenção maior a área do eixo forte, e na área também de Alter do Chão, inclusive fizemos reuniões em Ponta de Pedras, reuniões em Alter do Chão, com participação de várias comunidades, do eixo forte que estavam trabalhando essa questão do turismo de base comunitária. E aí podemos destacar algumas ações como Ponta de Pedras, o fortalecimento do festival do Charutinho, Santa Luzia o Festival do Açaí, em Alter do Chão tirando a questão do Sairé (Çairé) que já é algo conhecido nacional e internacionalmente, mas também o festival Borari, que foi feito um trabalho para o fortalecimento, onde envolve as comunidades [...] (NOGUEIRA, 2014⁵⁷).

As ações da secretaria de turismo no período de sua gestão estavam voltadas principalmente para a qualificação dos profissionais da área urbana, e para as comunidades pertencentes ao eixo forte de Santarém. Pelo exposto, é possível considerarmos esta como uma continuação das ações da gestão anterior, que correspondeu a do Senhor Arnoldo Andrade.

Convém ressaltar que o ex-secretário aponta como positivo o trabalho desenvolvido pela ONG PSA nas comunidades ribeirinhas de Santarém, citando como exemplo o caso de Anã que, segundo se ponto de vista, apresentou evolução com a presença da ONG em seu território, uma vez que tem incentivado cada vez mais a produção do peixe, já que este é o

⁵⁷ Arildo Nogueira, secretário de turismo do município de Santarém no período de 2011 a 2012, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em setembro de 2014, em Santarém/PA.

produto principal utilizado na refeição do visitante, e dos próprios moradores do lugar, além da renda que tem sido gerada com a presença dos visitantes e com a construção da pousada. Diante disso, destaca a relevância da experiência de turismo de base comunitária desenvolvida pelo ONG PSA para Santarém, mas reconhece que se faz necessário um apoio maior do poder público para que possa haver uma ampliação dessas experiências no município.

A secretária mais recente do turismo, a qual exercera o cargo no período de janeiro de 2013 a fevereiro de 2015, quando fora extinta a secretaria de turismo, e criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo, a senhora Irene Belo, também afirmou ter conhecimento sobre o projeto de turismo de base comunitária que a ONG PSA tem desenvolvido nas comunidades ribeirinhas de Santarém, porém não tem acompanhado o desenvolvimento do projeto, a não ser apenas como uma expectadora.

Conforme revela a entrevistada, a secretaria de turismo tem desenvolvido ações, voltadas para a qualificação comunitária, porém não para as comunidades que fazem parte do projeto, como o caso de Anã; revela também que a secretaria não tem sido demandada para a realização de ações em tais comunidades, mas reconhece a importância da atuação da ONG PSA em tais comunidades, principalmente a referência que tem sido o projeto de TBC implementado pela ONG, apontado este como uma iniciativa positiva, uma vez que tem agregado valor ao saber tradicional além de divulgar o destino Santarém, uma vez que a ONG “[...] tem a capacidade de conseguir inserções televisivas e uma série de mídias de divulgação que o município não consegue com tanta facilidade.” (BELO, 2014⁵⁸).

Além disso, a secretária acredita que o projeto de turismo desenvolvido pela ONG PSA é uma ótima referência e que pode ser replicado para outras comunidades. A falta de apoio da secretaria ao projeto não é sinônimo de “ausência de relações” com a ONG PSA, pelo contrário, como revela Belo (2014⁵⁹),

a relação da secretaria de turismo com a ONG é uma relação cordial, de parceria de colaboração mútua, e sempre que possível nós trocamos nossas experiências, impressões e conhecimentos sobre os assuntos do turismo em geral.

Na visão de Belo (2014), o turismo de base comunitária é uma vertente complementar a outras formas de turismo, que interessa a uma parcela do público turístico que visita Santarém, mas que não interessa necessariamente a todos. Por outro lado, destaca que esta

⁵⁸ Irene Bello, secretária de turismo de Santarém no período de janeiro de 2013 a fevereiro de 2015, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em Santarém/PA.

⁵⁹ Irene Bello, secretária de turismo de Santarém no período de janeiro de 2013 a fevereiro de 2015, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em Santarém/PA.

modalidade só vem a acrescentar ao destino, “porque quanto mais diversidade de produtos turísticos tivermos maior é... mais abrangente será a área de atuação, a área de atratividade do destino” (BELO, 2014⁶⁰).

No período correspondente à realização desta pesquisa, a então Secretaria Municipal de Turismo de Santarém estava em fase de elaboração do plano de desenvolvimento turístico do município, o qual segundo Belo (2014) contemplaria a modalidade turismo de base comunitária. Contudo, a realização de ações mais específicas às comunidades em que já vem desenvolvendo essa “modalidade”, como no caso de Anã, irão depender:

do trabalho que está iniciando e da importância que os nossos emissores dão pra esse tipo de atividade, pq o planejamento e desenvolvimento turístico leva em conta, os atrativos os produtos, a opinião do trade e da sociedade local, mas também a opinião do mercado, dos operadores e agentes de viagens que comercializam o destino (BELO, 2014⁶¹).

Diante do exposto, podemos considerar que no que se refere à atuação do Estado, através do poder público municipal de Santarém, desde o período em que se iniciou o projeto em 2008, até o ano de 2014, não houve ações efetivas e direcionadas à comunidade ribeirinha de Anã, no que tange ao turismo de base comunitária desenvolvido sob a coordenação da ONG PSA.

Pelo que podemos identificar no exposto, tanto os ex-secretários como secretária que estava à frente da secretaria de turismo durante o período, reconhecem a importância do projeto que a ONG tem desenvolvido, assim como apontam a relevância da ONG nessas comunidades, principalmente quando observam a efetivação dos projetos nas comunidades ribeirinhas.

Como não foram solicitadas ações por parte da ONG, assim como pela comunidade Anã à secretaria de turismo, esta também não manifestou interesse em colaborar com ações efetivas ao projeto implementado em Anã. A ONG apresenta um grau de independência, principalmente no que se refere aos projetos e sua atuação nas comunidades ribeirinhas, que leva de certa forma à atenuação da atuação do poder público em tais comunidades, principalmente no que se refere à comunidade de Anã, nosso local de estudo. A atuação do

⁶⁰ Irene Bello, secretária de turismo de Santarém no período de janeiro de 2013 a fevereiro de 2015, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em Santarém/PA.

⁶¹ Irene Bello, secretária de turismo de Santarém no período de janeiro de 2013 a fevereiro de 2015, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em Santarém/PA.

poder público se dá, como ressaltado, na prestação de serviços básicos, como saúde, educação e habitação.

Claro que não podemos falar do desenvolvimento do turismo de base comunitária sem ressaltar as ações que o mesmo realiza nas áreas citadas acima, pois o sucesso no caso do projeto de TBC depende também da implementação de boas políticas em tais áreas, contudo a comunidade tem a necessidade de ter alternativas de geração de renda compatíveis com o permitido para uma unidade de conservação e principalmente compatível com o seu cotidiano.

A presença da ONG foi fundamental para estabelecer a organização da modalidade turismo de base comunitária, contudo a organização da comunidade de Anã, através de sua liderança comunitária foi fundamental para o desenvolvimento e consolidação de projetos, como este de TBC.

3.5. Implicações sócio-espaciais do Turismo de Base Comunitária em Anã

O projeto de turismo de base comunitária em Anã irá completar 6 (seis) anos, período que também se consolidou a relação da ONG PSA com a comunidade como assinalado anteriormente.

Apesar de sempre enfatizarmos “comunidade Anã”, nem todos da comunidade são envolvidos no projeto, inclusive houve resistência por parte de alguns comunitários no ano de 2008, no momento em que a ONG levou a proposta de projeto aos comunitários. Contudo, a liderança que esteve à frente da associação, juntamente com alguns comunitários acreditou na proposta, até pelo fato de os problemas que estavam passando com a presença de visitantes na comunidade por intermédio de agências de viagens de Santarém, e pelo fato de não estarem usufruindo de nenhum tipo de benefício por parte destes. Desta forma, formou-se um grupo dentro da comunidade, que incorporou o projeto proposto pela ONG.

Olha, a princípio, nas primeiras vezes o povo sempre dizia não, depois foi organizando um pequeno grupo, e esse grupo, ele permanece até hoje. Então não foi assim, não foi aprovado de um modo geral, que foi aprovado em comunidade. [...] Na verdade aqui hoje não é por aí, então o turismo fica restrito a um pequeno grupo na comunidade (ENTREVISTADO I, 2014⁶²).

⁶² Entrevistado I, comunitário de Anã, não envolvido com o projeto de turismo de base comunitária, em entrevista realizada por Elcivânia Barreto, em Anã - Santarém/PA.

Conquanto tenha havido resistência de alguns comunitários em relação do projeto, não identificamos entre os comunitários entrevistados uma desconfiança em relação ao trabalho realizado pela ONG, inclusive nenhum entrevistado apontou ser contra o projeto tão pouco a presença da ONG na comunidade, pelo contrário, apontam que a ONG foi fundamental para o desenvolvimento de vários projetos na comunidade, inclusive a geração de renda para vários comunitários.

No entanto, constatamos que há comunitários que possuem várias dúvidas em relação ao projeto de turismo de base comunitária, principalmente sobre a propagação dos benefícios que este tem gerado à comunidade, assim como a forma que o mesmo tem sido administrado.

Convém mais uma vez lembrar que Anã é uma comunidade que está dentro de uma unidade de conservação do município de Santarém, a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Vale mencionar que a criação da reserva extrativista foi uma conquista das comunidades, que assim como Anã fazem parte da atual reserva, e estavam passando por problemas como a pressão de empresas madeireiras sobre o seu território, assim como a pressão da pessoa que se dizia proprietário da área e que estava reivindicando a posse da mesma.

Anã, assim como as demais comunidades da RESEX, traz em sua história uma trajetória de luta pela conquista da terra, pela conquista e permanência em seu território, que as levaram à criação da RESEX Tapajós-Arapiuns.

Anã é uma comunidade que tem desenvolvido vários projetos que objetivam contribuir na geração de renda para os comunitários, dentre os quais o que tomamos como base deste estudo, que é o projeto de turismo de base comunitária, desenvolvido desde 2008, pela ONG PSA. Apesar dos projetos desenvolvidos em Anã, no caso mais específico o de TBC, identificamos que há 30 (trinta) famílias envolvidas no projeto. Destaque-se, com base em Barreto (2011), que logo quando o projeto iniciou havia somente 9 (nove) famílias envolvidas.

Dentre os comunitários entrevistados envolvidos com o TBC e os que não são envolvidos, todos ainda mantêm seu roçado, cultivando principalmente a mandioca, que é matéria-prima da produção da farinha, base alimentar não apenas da população de Anã, mas da população amazônica. Há ainda as famílias envolvidas com o projeto de criação do peixe e a produção do mel.

A população de Anã vive de uma forma simples, em um espaço em que a modernização ainda não dita regras, e tão pouco se faz imperar, conquanto, a população já possua coisas que lhes aproximem dessa modernização. Mas o tempo e o espaço em Anã, ainda estão atrelados a um cotidiano marcado pelas relações próximas e conflituosas também

de uma comunidade ribeirinha que clama por melhores condições de vida, que travam lutas cotidianas que revelam o anseio do comunitário em permanecer em Anã.

Diante disso, o projeto de turismo de base comunitária vai justamente ao encontro dentre outros, deste anseio, em contribuir na geração de renda da comunidade, até pelo fato de Anã ser apontada como a comunidade situada na parte menos produtiva da RESEX.

Eu sempre vi o turismo na comunidade como um primeiro, um meio de participação, já que nós estamos dentro da unidade de conservação na parte que é chamado de pobre, porque da comunidade de Apriranga pra cá, que é aí pra dentro do Arapiúns, é comunidade do Santir, que é aí pra dentro do Tapajós. Nós não temos mais copaíba, não temos andiroba, não temos castanha, não temos cumaru em grande quantidade, tem um pouquinho só, nós não temos a madeira, pra fazer o manejo da madeira, pra vender, nós não temos, então é considerado a parte pobre da RESEX (GODINHO, 2014⁶³).

Levando em consideração o ano de implementação do projeto até o ano de 2014, além de contribuir na geração de renda dos comunitários envolvidos diretamente, assim como os comunitários que não são envolvidos, tendo em vista a porcentagem da renda que é gerada pelo turismo e é destinada à associação da comunidade, foram apontados apenas pontos positivos em relação ao projeto. Porém, como revelado até aqui, há informações que ainda não estão claras sobre o projeto, principalmente no que diz respeito à porcentagem da renda que é gerada pelo projeto e que é destinada à associação, pois como revela um dos comunitários, não é apresentada uma prestação de contas do dinheiro que entra e tampouco no que este dinheiro tem sido empregado na comunidade, uma vez que a maioria dos comunitários pagam mensalidades à associação.

Então assim, não tem que se diz assim, isso aqui é do turismo, isso aqui é uma invenção do turismo. [...] Mas a gente não observa nada que tem do turismo, tem sim, de outros movimentos que tem, que vem que faz, mas assim de ver isso aqui, com dinheiro do turismo, não se pode garantir.

[...] dizia que o turismo deixava dinheiro, mas pra onde é que ia... então nessa época a gente questionou, então na época, dizia que ficava 10% da renda no caixa da associação. [...] Mas eu estou desinformado disso...

Água, energia, com isso é mantido por nos mesmo, mas nos sabemos quanto é que tem, porque é feito uma prestação de contas, mas do turismo não se vê quase isso... (ENTREVISTADO I, 2014).

... so que assim, infelizmente os que estão na coordenação, eles prestam muito assim, não fazem uma prestação de contas, do que entra e do que sai, e no que é

⁶³ Maria Odila Duarte Godinho, Presidente da Associação dos Comunitários Rurais de Anã, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em setembro de 2014, em Anã, Santarém/PA

investido... acho assim, na minha opinião tinha que ter um pouco mais de esclarecimento sobre essas coisas neh... (ENTREVISTADO E, 2014⁶⁴).

Outros comunitários apontam que a associação tem prestado contas sobre esta renda que entra na associação através do turismo. Contudo, 9 (nove) dos entrevistados afirmam que saber como se dá a distribuição da renda gerada pelo projeto, assim como não ter conhecimento da porcentagem que é destinada à associação.

As mudanças apontadas pelo projeto de TBC em Anã estão relacionadas principalmente pela questão da renda que foi gerada ao grupo que é envolvido diretamente com o projeto. Contudo, há aquelas que são envolvidas indiretamente, como o caso do comunitário que aluga o barco para o transporte dos visitantes a outras comunidades; a venda de galinhas caipiras; comunitários que vendem hortaliças; outros que vendem frutas; a própria farinha produzida pelos comunitários.

Como já mencionado, há comunitários que não são contrários ao projeto, mas criticam a forma que este tem se organizado na comunidade, uma vez que este se centraliza em um pequeno grupo da comunidade, e apontam que os principais beneficiados são os comunitários pertencentes ao grupo, e que as mudanças provenientes do projeto foram para estes.

Levando em conta este fato, há comunitários que apontam que não se pode falar em comunidade, uma vez que tudo é decidido nesse pequeno grupo, poucas decisões são passadas pelo conselho comunitário, revelando que a atual liderança comunitária concentra as decisões, assim como os projetos que chegam à comunidade, pois há pouca informação sobre estes, bem como falta de comunicação entre a liderança e os comunitários.

[...] pelo que a gente observa aqui mais na área do Arapiuns, é que falta mais aqui, é comunicação entre lideranças e povo neh, porque eles entram com o projeto com o objetivo de organização comunitária, mas entre aspas, dentro da comunidade, vamo supor quem ta no grupo e ai eles ficam, eles prendem e não levam a todos os comunitários, não comunicam. Isso é verdade. O que falta muito aqui na comunidade, é em termo de comunicação, entre lideranças e os projetos que vem através da saúde e alegria (ENTREVISTADO I, 2014⁶⁵).

Vale ressaltar novamente, que no início do projeto poucos comunitários foram a favor, e os que foram favoráveis se envolveram, formando “o grupo do turismo”, contudo durante este período houve renovação do grupo, comunitários permaneceram e outros saíram, assim

⁶⁴ Entrevistado E, comunitário de Anã não envolvido com o projeto de turismo de base comunitária, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em setembro de 2014, em Anã/Santarém-PA.

⁶⁵ Entrevistado I, comunitário de Anã não envolvido com o projeto de turismo de base comunitária, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em setembro de 2014, em Anã/Santarém-PA.

como novos comunitários passaram a participar. Dentre as exigências estabelecidas para a inserção no grupo é a participação nos cursos de capacitação que são ofertados pela ONG PSA, considerados tanto pela presidente da associação, quanto pelo coordenador da ONG, fundamentais para o desenvolvimento e consolidação do projeto.

Há, contudo, comunitários que são contra a forma como esta participação é imposta à comunidade, assim a forma que o coordenador do projeto coloca as regras de participação, nas reuniões em que há participação de comunitários que buscam capacitar-se para inserir-se no projeto, utilizando a expressão de um dos comunitários, “acha que ele pega pesado”.

[...] eu estive numa reunião que houve um encerramento de um curso, que ele trouxe um curso de arte culinária, aí no final eu participei, só que eu não participei da abertura, que eu não fui de noite, porque eu não sabia que ia ter de noite e eu não fui, aí eu só participei no dia e até no encerramento, e aí ele chegou pra fazer a avaliação, e a mulher a professora foi entregar o trabalho, e ele foi e perguntou se todo mundo tinha participado, aí claro que ela não ia dizer que sim, disse que não, que as pessoas não tinha participado da abertura, porque nem todos sabiam que ia ser a noite a abertura, e muitos não foram.

Então ele disse: já que não tinham participado, então que esses daí tirassem o cavalinho da chuva que não iam receber o certificado. Eu não respondi nada, mas pra mim o certificado deles não me interessou, porque eu não ligo pra certificado.

E aí quando, esses dias quando foi agora, poucos dias, que ele fez uma reunião aí, eu achei que numa parte ele foi muito grosseiro. Com eles que estavam lá, eu só fui porque fui participar de uma reunião (ENTREVISTADO, M, 2014⁶⁶).

Além desta comunitária que critica a forma como o coordenador do projeto coloca as regras para participação no grupo, não fora apontada por nenhum comunitário a insatisfação com o coordenador, porém apontam uma crítica, insatisfação quanto a forma como o grupo, referindo-se principalmente pelos comunitários envolvidos, ou melhor há alguns comunitários que fazem parte do grupo e que parecem concentrar as informações sobre o projeto, assim como a falta de informação sobre a vinda de grupos que fazem visita ou trabalhos na comunidade, o que não tem sido apresentado na reunião da associação.

Logo na entrada deles (ONG) a gente tinha algumas coisas por lá, mas depois eu vi, quando eles vieram agora ultimamente participei de uma reunião ali, sobre a questão da pousada.

Onde o senhor Davide, falou uma coisa que eu fiquei meio assim um pouco esquisito, porque ele disse assim, o trabalho do saúde e alegria do turismo é pra toda a comunidade, mas pra trabalhar no saúde alegria precisa ter uma formação.

[...] Aí eu fiquei assim, eu vim aqui pra casa fiquei meditando, analisando, ate certo ponto eu concordo, porque você não vai assumir uma coisa se você não tem uma

⁶⁶ Entrevistado M, comunitário de Anã não envolvido diretamente com o projeto de turismo de base comunitária, porém faz parte de um projeto dentro da comunidade que é inserido no roteiro dos visitantes, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em setembro de 2014, em Anã/Santarém-PA.

capacitação pra aquilo. Mas ele disse que quem quer fazer o nome tem que dar o nome, então fica assim, em termos de liderança, fica responsável, de fazer isso e isso. E ate hoje eu fico me perguntando. E como a gente mora dentro da RESEX... então qualquer coisa eu preciso, eu pouco tiro as duvidas aqui, eu corro vou logo na RESEX, ICMBIO e de lá eu pego uma informação, . E eu tava olhando, lendo o estatuto da RESEX a poucos dias, e disse assim, lá diz que o turismo, é pra todos os comunitários, entre aspas, eu fico me perguntando, aqui tá dizendo que tá no papel, que é pra todos os comunitários, mais na verdade não é. Um grupo, que vão escolhendo entre pra fazer o desenvolvimento do turismo.

Pelo que eu entendo, pelo que eu observo, a questão é que em, porque as coisas que diz, vem de lá da ONG. Só que aqui dentro da comunidade tem umas lideranças que se diz que tem conselho, e este conselho, ele tem por direito reunir a comunidade pra que possam discutir, então vai depender da decisão do povo, sim ou não. Mas aquilo que tô lhe falando, na verdade, isso não acontece, então o grupinho chega se reuni, ai a gente sabe porque tão reunido ali, mas não sabe quais são as propostas deles, os projetos... (Entrevistado I, 2014⁶⁷).

E quando questionado sobre as mudanças observamos que há comunitários que apontam que houve mudanças, principalmente quanto à geração da renda, porém sempre se referem que tais mudanças são particularmente pra o grupo que está envolvido com o projeto.

Contudo, é possível identificar mudanças para além do grupo, a presidente da associação revela que há um percentual da renda gerada pelo projeto, destinada à associação dos comunitários, sendo a hospedaria comunitária uma estrutura que consolida o projeto de turismo de base comunitária em Anã e se configura como um objeto fixo criado para dar suporte ao projeto. Há uma preocupação da ONG, assim como da presidente da associação na capacitação constante dos comunitários que estão envolvidos, assim como daqueles que desejam se envolver no projeto, levando em conta a importância da inserção deste no projeto assim como em recepcionar bem os visitantes, mas também dotar o comunitário de conhecimentos para que possam consolidar a hospedaria como uma referência para outras comunidades dentro da RESEX.

Questionados sobre as implicações que o projeto de turismo de base comunitária tem acarretado à comunidade, os comunitários entrevistados apontaram que ainda não houve implicações negativas do projeto, as positivas sempre se referem ao fato da contribuição na renda dos comunitários assim como a construção da hospedaria.

No entanto, ao expormos a situação sobre a insatisfação de alguns comunitários sobre o grupo que está à frente do projeto do turismo na comunidade, percebemos que há nesse ponto implicações nas relações entre os comunitários não exatamente pelo projeto, mas pela

⁶⁷ Entrevistado I, comunitário de Anã não envolvido com o projeto de turismo de base comunitária, em entrevista realizada por Elcivânia de Oliveira Barreto, em setembro de 2014, em Anã/Santarém-PA.

falta de comunicação entre as lideranças locais, ou seja, o grupo que está a frente do turismo com os demais comunitários que não estão envolvidos no projeto.

A presença da ONG na comunidade possibilitou a concretização do projeto de turismo de base comunitária em Anã assim como viabilizou a implantação de alguns objetos fixos no espaço de Anã, além, é claro, da instalação de um novo fluxo, internalizando uma nova dinâmica em Anã, esta que, no entanto é sentida principalmente pelos comunitários envolvidos no projeto.

Observou-se ainda que o Projeto em si, bem como a ONG não são apontados como problemas, ou fator de conflitos pelos comunitários. Na verdade, apontam a liderança atual da comunidade como centralizadora de informações e dos projetos, além de não mostrar flexibilidade quanto às decisões em comunidade, levando a comunitários apontar que o sentido de comunidade em Anã não existe mais, sendo esta lembrada em tom de nostalgia por um dos comunitários ao lembrar o tempo que Anã era uma comunidade.

[...] Era uma comunidade muito atrasada quando eu me entendi. Nós eramos 11 famílias que morava aqui nessa comunidade. Mas era tudo espalhado, uma aqui, outra acolá.

Mas nesse tempo a gente era uma comunidade, comunidade não, pq nesse tempo, eram famílias, mas eram famílias unidas quando começou a se formar aqui a comunidade. Ai as famílias tudo se ajuntava pra trabalhar tudo junto, trabalhava tudo unido, tudo bonitinho, tudo junto, tudo animado, e quando era o dia de trabalho na comunidade, era tudo junto, criança, tudo. [...] (ENTREVISTADO A, 2014.)

Há, contudo, um grande esforço da liderança atual em promover ações que possibilitem a vinda de projetos para a comunidade, justamente por acreditar que através destes o jovem de Anã terá possibilidade de ter uma melhor qualidade de vida, além de projetos como o de turismo de base comunitária, se constituir como uma alternativa a mais de geração de renda, uma vez que poucos jovens almejam ir para as roças para trabalhar no cultivo da mandioca. Esta é dentre outras uma das preocupações apontadas pela Presidente da Associação, que sempre aponta os benefícios coletivos gerados pelo trabalho que tem desenvolvido em parceria com a ONG PSA, dentre outras instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala ou se pensa em Amazônia, geralmente atrela-se esta a recursos naturais, biodiversidade, o grande potencial desta para implementar alternativas sustentáveis de desenvolvimento, ou como esta representa um grande laboratório científico a céu aberto, e quase sempre esquecemos do fator humano, fator populacional que compõe esta fração do território brasileiro.

Relembramos em nossas discussões as políticas de desenvolvimento direcionadas para a Amazônia, com uma visão exógena, trazendo em seu bojo promessas de um progresso para todas as populações, exceto para as chamadas populações tradicionais, que quase sempre ficaram alheias a tais políticas, tornando-se por certos momentos ou rotineiramente “invisíveis” aos “olhos” do Estado.

Tais comunidades travam lutas cotidianas para permanecer em seu território, seja pela pouca ação do Estado em seu território, seja pela pressão de empresas madeireiras, dentre outros fatores. Esta situação se revela na constituição histórica e geográfica de Anã, comunidade ribeirinha da Amazônia, tomada como recorte espacial de nossa pesquisa.

A configuração sócio-espacial de Anã deu-se de forma espontânea, com a presença inicial de seis famílias, e posteriormente a presença da Igreja Católica, que passou a organizá-los como comunidade, estruturando o primeiro barracão comunitário, a primeira igreja. Foi ainda através da igreja católica, que a comunidade teve acesso a educação, ao levar um professor que passou a lecionar para os comunitários.

Já na década de 80, Anã foi uma das comunidades a reivindicar a criação da reserva extrativista Tapajós-Arapiuns, uma vez que assim como as demais comunidades existentes na área estava enfrentando constantemente pressão de madeireiros, inclusive de pessoas que até então apresentavam-se como proprietários da área. A criação da RESEX em 1998 foi fundamental para assegurar-lhes seu território.

E é desta forma que a configuração sócio-espacial de Anã vai se definindo historicamente, com lutas cotidianas que marcam a resistência de um modo de vida, de uma população que tivera ora seus direitos negados, ora reconhecidos. Além disso, tal configuração é marcada também pela ação e inação do Estado, que apesar de direcionar determinadas ações para a comunidade, nem sempre são eficientes mediante a demanda da comunidade, deixando uma lacuna em aberto, ocasionando a entrada de outros sujeitos como o caso da ONG PSA, suprimindo o que chamamos da presença ausente do Estado.

Atualmente, Anã tem se estacado como uma das comunidades da RESEX que mais tem empreendido projetos, ressaltando a eficácia destes para a comunidade. Dentre tais projetos, destacamos neste trabalho o projeto de turismo de base comunitária, o qual tem sido realizado em parceria com a ONG PSA desde o ano de 2008, período este que marca o início da forte atuação da ONG PSA junto a comunidade de Anã.

Contudo, vale ressaltar que anteriormente ao envolvimento de Anã com o projeto de TBC coordenado pela ONG PSA, Anã mesmo sem saber, e conseqüentemente sem dar autorização, fazia parte de roteiros de agências de turismo de Santarém, as quais levavam visitantes para conhecer os projetos existentes, e não contribuía com a comunidade, pelo contrário, deixavam apenas lixo. Diante disso, as lideranças da comunidade começaram a mobilizar-se e a buscar informações de como poderiam desenvolver o “turismo” na comunidade. Foi este o ponto de partida para alguns comunitários iniciarem a saga por esclarecimentos acerca do turismo. Nesse contexto, que iniciaram seus primeiros contatos em relação ao turismo com a ONG PSA, pois conforme apontamos, a ONG já desenvolvia ações do seu programa “Saúde Comunitária”.

Em nossa pesquisa, partimos do entendimento do turismo de base comunitária enquanto um contra-movimento, uma racionalidade contra-hegemônica, que diante dos ditames da lógica racional do turismo convencional, busca reavivar valores, encontros entre o *Eu e tu* (Martin Bubber), e proclamar a desalienação, adormecidos no atual período técnico-científico e informacional.

Diante disso, identificamos como se dava a relação do uso do turismo de base comunitária com os demais usos na comunidade, apontando nesse sentido, os espaços da comunidade que são compartilhados com os visitantes, como a área do lago da comunidade onde localiza-se os tanques redes para a criação de peixes (Projeto MUSA); os quintais das famílias onde existem o projeto MELIPOMEM, no entanto identificou-se que este último concentra a visita na casa apenas de uma família.

Diante disso, comprovamos que os usos preexistentes na comunidade são apropriados pela prática de TBC, ganhando novos significados para além daqueles criados pela comunidade, uma vez que servem como pontos de visita, além daqueles que oferecem produtos comercializados durante a presença dos visitantes. São espaços pontuais, como podemos constatar, que são compartilhados com os visitantes.

Além do mais criou-se dentro da comunidade uma infraestrutura para dar suporte aos visitantes, que trata-se da hospedaria comunitária, que além de possuir um redário, possui banheiros, refeitório e a cozinha.

Pelo que analisamos as decisões tomadas em relação ao tbc na comunidade, centralizam-se no grupo de turismo, assim como na ONG Projeto Saúde e Alegria. Sendo que esta última configura-se como principal agente hegemônico do turismo na comunidade, intermediando a ida dos grupos a comunidade, selecionando os visitantes, uma vez que aplica um questionário para identificar se a pessoa que se predispõe a conhecer não somente Anã, mas outras comunidades que desenvolvem o projeto de TBC tem o perfil adequado, já que como revelado, é uma viagem diferenciada.

A ONG como sujeito hegemônico também é identificada na divisão das funções entre as pessoas que compõem o grupo de turismo, como o caso da pessoa que foi indicada para assumir a função de “anfitrião da comunidade”.

Como ressaltamos, a relação da comunidade Anã com a ONG PSA estreitou-se a partir de 2008, quando a ONG lançou a proposta do projeto de TBC para a comunidade, que envolveria além desta, mais 3 (três) comunidades. Tal projeto foi submetido ao Ministério do Turismo para obtenção de recursos, o qual foi fundamental para o desenvolvimento do projeto em tais comunidades.

Com base em nossas análises, identificamos que a ONG PSA foi e é determinante para a implantação e continuidade do projeto em Anã. Apesar da invocação contínua do termo comunidade ao referir-se a experiência de TBC em Anã, das 96 famílias que há, 30 famílias participam do projeto, porém uma parcela da renda gerada pelo projeto é destinada à Associação da Comunidade, sendo assim o projeto tem alcançado direta e indiretamente as famílias. Contudo, há comunitários que não tem conhecimento desta renda que é direcionada a associação, assim como aqueles que revelam que nunca viram o emprego do dinheiro do TBC em melhorias para a comunidade.

A participação dos comunitários no projeto de TBC se dá principalmente na cozinha da hospedaria, pois é onde se concentra uma maior demanda de tarefas a serem executadas durante a presença dos visitantes. Há dois comunitários que lideram o grupo de turismo, organizando-o para os dias em que haverá visitantes na comunidade. Tais comunitários são geralmente os quais discutem com a ONG PSA o desenvolvimento e organização do projeto de TBC, contudo mais uma vez, foi possível identificar que a ONG ainda detém maior hegemonia nas discussões em relação do projeto de TBC.

O projeto de turismo de base comunitária em Anã consolidou-se com a construção da hospedaria comunitária, tornando possível hospedar os visitantes e assim fazê-los permanecer mais de 1 (um) dia na comunidade, este que durante sua estada podem realizar visitas a outros

projetos desenvolvidos pela comunidade, como o projeto de criação de peixes, o projeto melipomel, além do viveiro.

Vale destacar, que o visitante que chega à comunidade tem uma relação mais direta com os comunitários que são envolvidos com o projeto, mais precisamente os quais são escalados para trabalhar durante o dia de visitas, sendo assim, o visitante não mantém contato com os demais comunitários não envolvidos.

Apesar da consolidação e evidência do projeto de TBC coordenado pela ONG PSA no município de Santarém, identificamos que houve poucas manifestações do Estado em prol deste, esta manifestada principalmente e unicamente por ações no âmbito nacional, como a contemplação do projeto de TBC no ano de 2008 pelo edital nº001/ MTur, além da atuação do ICMBio, que viabilizou autorizações a comunidade para a construção da hospedaria comunitária.

No que se refere às ações no âmbito estadual, constamos a inexistência de tal, assim como em seus planos, não foram identificadas ações nesse sentido, que pudessem contemplar o turismo de base comunitária em Anã, ou no próprio município de Santarém. Contudo, identificamos que o Governo Estadual, se faz presente na comunidade através do Sistema Modular de Ensino Médio. Constatamos ainda, no que se refere a outros programas da ONG, que o este nível de Estado, foi parceiro da ONG PSA entre os anos 2012 e 2013.

Na esfera municipal, identificamos que este atua nas áreas de educação e saúde, porém o órgão responsável pelo turismo no município não havia, até setembro de 2014, realizado, nem planejado ações para o projeto de TBC em Anã, considerando a ONG avançada e organizada nessa questão, e, portanto sendo desnecessária uma ação efetiva da Secretaria, até pelo fato de serem escassos os recursos financeiros desta, inviabilizando assim uma maior atuação desta no município. Consideram ainda a autossuficiência da ONG na execução deste projeto, bem como a proteção desta em relação aos projetos que desenvolve, bem com relação as comunidades em que é atuante, como no caso de Anã. .

Diante disso, podemos considerar que a ONG PSA, assume papel hegemônico na implementação de ações que conduzam o desenvolvimento territorial das comunidades ribeirinhas contempladas com seus projetos. Constitui-se como um ator crucial para tais comunidades, implementando ações muito mais efetivas do que o próprio Estado. O Estado por outro lado, considerando a presença da ONG, mais especificamente em relação ao turismo de base comunitária, e tratando-se do Estado em âmbito municipal, considera desnecessário o direcionamento de ações para Anã, uma vez que a ONG vem desempenhando com êxito seu trabalho.

Quanto às implicações do projeto de turismo de base comunitária, identificou-se que certos conflitos foram gerados na comunidade, porém, em nenhum momento os comunitários entrevistados apontaram o projeto de TBC ou a ONG PSA como elementos causadores deste. Tais conflitos são gerados principalmente pela falta ou pouca informação repassada nas reuniões da associação sobre o projeto de TBC, assim como outros projetos que chegam à comunidade. Sendo assim, para sanar tais conflitos, torna-se necessário haver maiores informações e clareza destas para a comunidade, uma vez que o turismo faz uso do território de Anã, bem como estabelece uma nova lógica no lugar, passando a inserir mesmo que indiretamente um novo elemento no cotidiano de tais comunitários.

Levando em consideração a presença hegemônica da ONG PSA na organização do espaço para o turismo em Anã, não é possível neste momento apontá-la como uma contraracionalidade hegemônica, assim como a lacunas existentes entre o grupo de comunitários que são envolvidos com o TBC e os comunitários que não são envolvidos. Ainda que, é possível identificarmos o elemento econômico sobrepondo-se a comunidade, tendo em vista a desconfiança que é gerada em decorrência do valor que é repassado do projeto de TBC à associação dos comunitários, que assim como a forma de gestão da hospedaria comunitária, tem sido a causa de descontentamentos de certos comunitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Referenciada

ANGELIM, B. R. *Políticas de turismo e desenvolvimento socioespacial no município de soure (ilha do Marajó - Pará) - o turismo de base comunitária como alternativa*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

_____. *TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL: um estudo de caso na Vila de Pesqueiro (Marajó PA)*. Belém, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Pará. 45-54.

BARRETO, E. B. *Possibilidades e limites do turismo de base comunitária no Polo Tapajós/Pará: um estudo nos municípios de Santarém e Belterra*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Geografia) – Licenciatura Plena e Bacharelado em Geografia. Universidade Federal do Pará, Oriximiná, 2012.

BECKER, B. O Estado da Nação. In.: D'INÇÃO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Org.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. (Belém-Pará): Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, pp. 101-107.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas – 2003/2007*. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <www.institucional.turismo.gov.br/>. Acesso em: 11 jun. 2005.

_____. Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo - roteiros do Brasil: sustentabilidade ambiental - princípio fundamental*. Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010*. Brasília, 2007.

_____. Ministério Do Turismo. *MINISTÉRIO DO TURISMO – Mtur*. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2003/Volume1/V24%20-%20MTUR.pdf>. Acesso março de 2014.

BARTHOLLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009.

BOYER, Marc. *História do Turismo de Massa*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

BURSZTYN, I. *Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia*. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012. VIII, 243 p.: il.; 29,7 cm. Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Júnior. Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2012.

CASTRO, I. E. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CASTRO, C. A. T.; NASCIMENTO, F. P. Regionalização do turismo no Estado do Pará. In: *ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 17., 2010. Anais... Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2708>>. Acesso em: 12 nov. 2011

CORIOLOANO, L. N. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009, pp.277-288.

_____. O desenvolvimento voltado às Condições Humanas e o Turismo. In: CORIOLOANO, L. N.; LIMA, L. C. (Org.). *TURISMO COMUNITÁRIO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*. Fortaleza: EDUECE, 2003, pp. 26-46.

COSTA, W. M. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. 2 ed. 2 reimpr. São Paulo: Edusp, 2013.

COUTINHO, Joana A. *ONGs: caminhos e (des)caminhos*. Lutas Sociais (PUCSP), São Paulo, v. 13/14, p. 57-65, 2005.

CRUZ, R. de C. A. *Introdução a Geografia do turismo*. 2ª ed. São Paulo. Roca, 2003.

_____. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. In: *Geosul*, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005.

_____. Planejamento governamental do turismo: convergência e contradições na produção do espaço. IN: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M. *América Latina: cidade, campo e turismo*. San Pablo: CLACSO, 2006, pp. 337-350.

_____. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SAN SOLO, D. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009, pp. 92-107.

ENDRES, A. V. Políticas de turismo, desenvolvimento e o papel do estado: cenários e inquietações. In: *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 5. n. 1 (1) agosto-dezembro/2008, pp. 74-97.

GASKELL, G. *Entrevistas individuais e grupais*. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 3º Ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

GÜNTHER, H. *Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?*. Psicologia: Teoria e Pesquisa (UnB. Impresso), v. 22, p. 201-209, 2006.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IRVING, I. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009, pp. 108-121.

LANDIM, L. **A INVENÇÃO DAS ONGS: Do serviço invisível à profissão impossível**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 1993. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/ONG%27s,%20OSSIP%27S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20Inven%27E3o%20das%20ONGs.pdf>. Acesso em Agosto de 2014.

LOBATO, A. S. *Turismo de base comunitária e desenvolvimento socioespacial na Vila do Pesqueiro, município de Soure (ilha do Marajó-PA)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

MALDONADO, C. Fortaleciendo redes de turismo comunitário. In: @local.glob - número 4, 2007, pp. 8-14.

_____. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009, pp. 25-44.

MARIANO, K. P. Globalização, integração e o estado. In.: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política. On-line version* ISSN 1807-0175. Lua Nova no.71 São Paulo 2007

MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N. C. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. *Novos Cadernos do NAEA*. V. 7, N. 1, P. 91-122, JUN. 2004, pp. 91-122.

MIRANDA, H. R. *O desenvolvimento local na Amazônia: conceituação, características, possibilidades objetivas e instrumentalizações necessárias*. 2008. Disponível em: <<http://livrepensar.wordpress.com/2008/04/25/>>. Acesso em: 25 jun. 2008.

MITRAUD, S. (Org.). *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramenta para um planejamento responsável*. Brasília, DF: WWF Brasil, c 2003.

NEDER, R. T. AS ONGS NA RECONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL. *Ciência & Ambiente, PETRÓPOLIS*, v. 89, n.6, p. 42-50, 1995.

NÓBREGA, W. R. M. *Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do estado do Pará*. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2012.

OLIVEIRA, F. A reconquista da Amazônia. In.: D'INÇÃO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Org.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. (Belém-Pará): Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994, pp. 85-93.

PARÁ. Governo do Estado. *Ações para o incremento do turismo no Estado do Pará*. Belém: PARATUR; THR, 1998.

_____. Governo do Estado. *Plano de desenvolvimento do turismo do estado do Pará (PDT-PA)*. Belém: PARATUR; THR, 2001.

_____. Governo do Estado. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do estado do Pará*. Belém: PARATUR, 2011.

QUEIROZ, J. S. *Ecoturismo de Base Comunitária (EBC): O caso do Instituto Tapiaim em Curuçá – PARÁ*. Belém, 2011. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal do Pará.

ROLA, A. M.; HESPANHOL, R. A. M. *Desenvolvimento local, o desafio das políticas públicas*. 2005. Disponível em: <http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_33825983889.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2010.

SANCHO, A; IRVING, M. A. Tendências de inclusão social no Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma interpretação preliminar. *Geografias Artigos Científicos*. Belo Horizonte, 07(1) janeiro-junho de 2011, pp. 44-57.

SANSOLO, D. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009, pp. 122-141.

SANSOLO, D; BRUSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009, pp. 142-161.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. 5 reimpressão. São Paulo: Edusp, 2009a.

_____. *Pensando o Espaço do Homem*. 5ª ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009b.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009c.

_____. *O Espaço do cidadão*. 7ª ed., 1 reimpr – São Paulo, 2012a.

_____. *Da Totalidade ao Lugar*. 1ª ed., 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

_____. *Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Política*. 6 ed., 2. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2012c.

_____. *Da Política dos Estados À Política Das Empresas*. Disponível em: <<http://ricardoantajr.org/wp-content/uploads/2013/05/%E2%80%9CDa-Pol%C3%ADtica-dos-Estados-%C3%A0-Pol%C3%ADtica-das-Empresas%E2%80%9D.-Milton-Santos.pdf>>

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEEMANN, J. « Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções », Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 1| 2012, posto online no dia 06 Novembro 2012, consultado o 25 Fevereiro 2015. URL: <http://terrabrasilis.revues.org/180>; DOI: 10.4000/terrabrasilis.180.

SENNETT, R. *Juntos - Os Rituais, Os Prazeres e a Política da Cooperação*. Rio de Janeiro: RECORD, 2012, 377p.

SERRA, H. R. H. *A concepção de turismo e de sua espacialidade no Plano de Desenvolvimento de Turismo do Pará (PDT-PA)*. 2007. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SILVA, A. C. As Categorias como Fundamentos do Conhecimento Geográfico. In: SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia. A. (Org.). *Espaço Interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986.

SILVA, K. T. P.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S.; Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009, pp. 359-373.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro. *ACTA Geográfica*. Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.151-163.

SOUZA, M. L. *A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial*. Revista TERRITÓRIO, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 1996.

_____. *O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista*. Revista TERRITÓRIO, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan./jun. 2000.

_____. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TAVARES, M. G. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas Considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA). In: BARTHOLLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009, pp. 249-260.

TODESCO, C. *Estado e produção terceirizada da política pública de turismo para a Amazônia Legal*. Tese (Doutorado em Geografia - Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Rita de Cássia Ariza da Cruz. São Paulo, 2013.

_____. *Estado e terceiro setor na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira*. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2007 (Dissertação de Mestrado).

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009, pp. 55-75.

2. Consultada

CRUZ, R. C. A. *Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007.

BECKER, B. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In.: Santos, M. et al. *Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ª ed. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, pp. 22-40.

DIEGUES, A. C. S. *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Ed. Hucitec, 2004.

SANTOS, M. O Dinheiro e o território. In.: Santos, M. et al. *Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ª ed. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, pp. 13-21.

SILVA, C. A.(org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. 1ed. Rio de Janeiro: Lamparina-FAPERJ, 2011, v. 1, p. 23-38.

SPÓSITO, E. S. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ARRETCHE, M. *O Mito da Descentralização: Maior Democratização e Eficiência das Políticas Públicas?* .http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/RBCS_96.pdf

BUCLET, B. *Os peritos não governamentais da biodiversidade amazônica e seus financiadores internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns*. Revista Pós Ciências Sociais vol. 6, nº12, 2009.

FIGHERA, D. T. “Estado e território: suas relações e a globalização”. In: SANTOS, Milton; Silveira, Maria Laura; Souza, Maria Adélia A. de. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 108-115.

BARROSO, M. M. *Projeto Saúde e Alegria: um ensaio crítico*. Cadernos Gestão pública e Cidadania. FGV. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 43p.

RABINOVICI, A. ONGs Transnacionais na Amazônia Brasileira, Divergências entre Militantes e Militares. In: *IV Anppas – Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade*. Brasília, 2008.

APÊNCIDES

Apêndice A. Roteiro de Entrevista destinado aos moradores da Comunidade de Anã.

Projeto de Pesquisa: Turismo de Base Comunitária e Uso do Território em Comunidade Ribeirinha da Amazônia: O caso de Anã no Município de Santarém/Pará

Pesquisadora: Elcivânia Barreto.

1. Há quanto tempo você reside na comunidade?
2. Em algum momento você deixou a comunidade para ir morar em outro local? Se sim, por que retornou?
3. Como você tem avaliado a “entrada” da ONG Saúde e Alegria na comunidade?
4. Como se dá a sua relação com a ONG Saúde e Alegria?
5. A ONG introduziu um projeto de ecoturismo de base comunitária na comunidade, você acompanhou e/ou tem acompanhado o desenvolvimento deste projeto? Se sim, como?/ Se não, por quê?
6. Você acredita que o projeto de ecoturismo de base comunitária ocasionou mudanças na comunidade? Se sim, quais?
7. Como você avalia a presença de visitantes na comunidade com o projeto de EBC?
8. Recentemente foi finalizada a construção de uma pousada comunitária para a recepção de visitantes, como você acompanhou o processo de construção dessa pousada?
9. Você tem conhecimento de como se dá a distribuição da renda gerada pelo projeto de EBC na comunidade?
10. O poder público local e/ou estadual forneceu e/ou tem fornecido apoio ao desenvolvimento do projeto de ecoturismo de base comunitária?

Apêndice B. Roteiro de Entrevista destinado ao Coordenador do projeto de Ecoturismo de Base Comunitária da ONG Saúde e Alegria.

Projeto de Pesquisa: Turismo de Base Comunitária e Uso do Território em Comunidade Ribeirinha da Amazônia: O caso de Anã no Município de Santarém/Pará

Pesquisadora: Elcivânia Barreto

1. Há quanto tempo a ONG Saúde e Alegria atua na comunidade de Vila Anã?
2. Quais os objetivos da ONG PSA ao chegar em Vila Anã? Houve mudanças em tais objetivos?
3. Como é a relação da ONG PSA com a comunidade de Vila Anã?
4. Por que a ONG decidiu implementar um projeto de ecoturismo de base comunitária junto a comunidade de Vila Anã?
5. Como tem ocorrido a participação da comunidade no projeto de EBC?
6. Foram construídas pousadas comunitárias em 2 comunidades envolvidas com o projeto de EBC, Vila Anã e Atodí, houve algum critério para as escolhas de tais comunidades? Se sim, quais?
7. No caso de Vila Anã, como foi a aceitação da comunidade para a construção da pousada?
8. Como foi o processo de construção da pousada em Vila Anã, desde a obtenção de recursos até a finalização da construção da pousada?
9. Você acredita que o projeto de ecoturismo de base comunitária ocasionou mudanças na comunidade? Se sim, quais?
10. Até aqui, como você avalia o projeto de ecoturismo de base comunitária na comunidade?
11. O poder público local e/ou estadual forneceu e/ou tem fornecido apoio ao desenvolvimento do projeto de ecoturismo de base comunitária?

Apêndice C. Roteiro de Entrevista destinado a Secretária de Turismo de Santarém.(2013-2015)

Projeto de Pesquisa: Turismo de Base Comunitária e Uso do Território em Comunidade Ribeirinha da Amazônia: O caso de Anã no Município de Santarém/Pará

Pesquisadora: Elcivânia Barreto

1. A SEMTUR tem conhecimento do projeto de Ecoturismo de Base Comunitária desenvolvido pela ONG Saúde e Alegria? Se sim, como a SEMTUR acompanhou e/ou tem acompanhado o processo de desenvolvimento do projeto?
2. A SEMTUR tem dado apoio (financeiro, recursos humanos, cursos de qualificação) para o fortalecimento do projeto de ecoturismo de base comunitária coordenado pela ONG Saúde e Alegria?
3. Como a secretaria avalia a atuação da ONG Saúde e Alegria em relação ao desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária no município de Santarém?
4. Como é a relação da SEMTUR com a ONG Saúde e Alegria?
5. Como a SEMTUR entende o turismo de base comunitária?
6. A SEMTUR desenvolveu e/ou tem desenvolvido algum planejamento, políticas públicas de fomento ao turismo de base comunitária?
7. Qual a relevância do turismo de base comunitária para a SEMTUR?

Apêndice D. Roteiro de Entrevista destinado a Ex-secretário de turismo de Santarém.

Projeto de Pesquisa: Turismo de Base Comunitária e Uso do Território em Comunidade Ribeirinha da Amazônia: O caso de Anã no Município de Santarém/Pará.

Pesquisadora: Elcivânia Barreto

1. No período em que o senhor esteve a frente da Secretaria de Turismo o senhor teve conhecimento do projeto de Ecoturismo de Base Comunitária desenvolvido pela ONG Saúde e Alegria? Se sim, como acompanhou o processo de desenvolvimento do projeto?
2. Nesse período a SEMTUR forneceu algum tipo de apoio (financeiro, recursos humanos, cursos de qualificação) para o fortalecimento do projeto de ecoturismo de base comunitária coordenado pela ONG Saúde e Alegria?
3. Foi desenvolvido algum planejamento, política pública de fomento ao turismo de base comunitária no período de sua gestão? Por que sim ou por que não?
4. O senhor teria alguma crítica (positiva ou negativa) em relação à atuação da ONG PSA em comunidades no município de Santarém?

Apêndice E. Termo de Consentimento de Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou ciente sobre a pesquisa intitulada “**Turismo de Base Comunitária e Uso do Território em Comunidade Ribeirinha da Amazônia: O caso de Anã no Município de Santarém/Pará**”, desenvolvida pela mestrandia Elcivânia de Oliveira Barreto do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, que tem como objetivo analisar a relação do turismo e o uso do território na comunidade ribeirinha Vila Anã no Município de Santarém/Pará, em que a ONG Saúde & Alegria coordena o projeto de turismo de base comunitária. Estou plenamente esclarecido (a) de que:

1. Ao responder as questões que estão contidas no instrumento da pesquisa (entrevista) estarei participando da coleta de dados, assim como a coesão de documentos correspondentes a temática e a necessidade da pesquisadora.
2. As informações fornecidas por mim terão finalidades acadêmicas, e poderão ser publicadas, assim seja a vontade da acadêmica, assumindo a mesma inteira responsabilidade sobre as informações.
3. Por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não terei direito a nenhuma remuneração. A participação na pesquisa não incorrerá em riscos ou prejuízos de qualquer natureza, podendo em caso de necessidade, da acadêmica, citar o meu nome na elaboração e divulgação de sua pesquisa.
4. Poderei solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação da mesma.

Ao assinar este documento estou aceitando participar da pesquisa

Nome Sr. (a): _____

Empresa/ Associação/ Sindicato: _____

Idade: _____ Sexo: () F () M Natural de: _____

Endereço: _____

Telefone para contato/ e-mail: _____

RG/ outro documento de identificação: _____

_____ (PA) _____ de _____ de 2014.

Assinatura: _____

Apêndice F. Termo de Cessão de direitos.

CESSÃO DE DIREITOS

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, SOM DE VOZ, NOME E DADOS BIOGRÁFICOS.

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo o uso da minha imagem, som da minha voz e dados por mim revelados em depoimento pessoal concedido para compor a pesquisa da mestranda Elcivânia de Oliveira Barreto que tem como título “**Turismo de Base Comunitária e Uso do Território em Comunidade Ribeirinha da Amazônia: O caso de Anã no Município de Santarém/Pará**”, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA.

A presente autorização abrange os usos acima indicados e sua posterior divulgação tanto em mídia impressa (artigos, livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (site), sem qualquer ônus à Universidade Federal do Pará (UFPA) ou a terceiros a ela relacionados, desde que o uso seja eminentemente acadêmico, sem qualquer vinculação financeira.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

_____ (PA) _____ de _____ de 2014.

Assinatura: _____

Nome Sr. (a): _____

Empresa/ Associação/ Sindicato: _____

Idade: _____ Sexo: () F () M Natural de: _____

Endereço: _____

Telefone para contato/ e-mail: _____

RG/ outro documento de identificação: _____